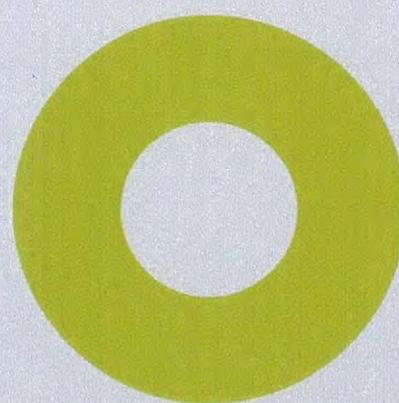
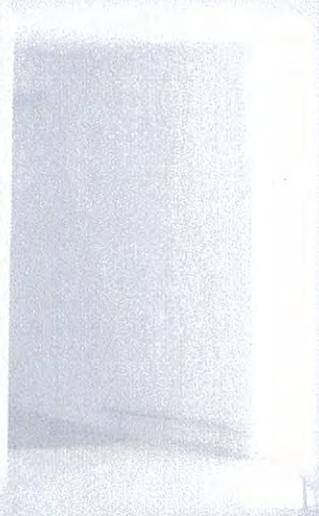


Handwritten signature and initials in blue ink.



RELATÓRIO
E CONTAS
2010





GAIURB, EEM

Urbanismo e Habitação, EEM

Largo Aljubarrota, nº 13

4400-012 Vila Nova de Gaia

www.gaiurb.pt

Entidade Empresarial Municipal | Capital Estatutário € 250 000

Nº Matrícula | NIPC 506 064 433 da C.R.C. de Vila Nova de Gaia

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alberto de Amorim Pereira, Dr.

(Presidente não Executivo)

António Carlos de Sousa Pinto, Dr.

(Administrador não Executivo)

Luis Filipe Caeiro Castanheira, Eng.

(Administrador não Executivo)

Carlos Alexandre de Sousa Bogas, Arq.

(Administrador não Executivo)

Manuela Clara Carmona Juncal, Arq.

(Administradora Executiva)

FISCAL ÚNICO

MGI & Associados, SROC, Lda.

CONSELHO GERAL

Constituído de acordo com o art.º 12º dos estatutos da Empresa

Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EEM

Iniciou a sua actividade em 01/01/2011 a empresa Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EEM, resultante da fusão entre a empresa Gaiurb – Gestão Urbanística e da Paisagem de Gaia, EEM, GaiaSocial, EEM e CidadeGaia – Sociedade de Reabilitação Urbana, EEM, por incorporação destas últimas na empresa Gaiurb.

O presente Relatório e Contas, relativo ao ano de 2010, é assinado pelo actual Conselho de Administração, que apresenta a seguinte constituição:

Alberto de Amorim Pereira, Dr. (Presidente não Executivo)

André Sanches Correia, Dr. (Administrador Executivo)

António Carlos de Sousa Pinto, Dr. (Administrador não Executivo)

César Fernando Couto Oliveira (Administrador não Executivo)

José António Bastos Cardoso, Dr. (Administrador não Executivo)

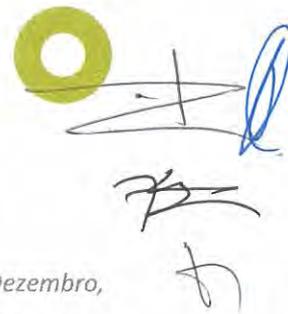


ÍNDICE

ÍNDICE	5
INTRODUÇÃO	7
PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	11
ESTRUTURA ORGANIZATIVA	17
RECURSOS HUMANOS	21
ACTIVIDADE DA EMPRESA	29
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS	31
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	39
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	45
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO	61
DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA	71
DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA	91
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA	99
DEPARTAMENTO DE PAISAGEM URBANA	107
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	121
DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL	129
ARTIGO 397.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	131
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	133
PERSPECTIVAS PARA O ANO 2010	135
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	137
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	139
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	147
ANEXO: CONTRATO-PROGRAMA	161
CERTIFICAÇÃO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	169



INTRODUÇÃO



No cumprimento do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, apresenta o Conselho de Administração o Relatório e Contas da Gaiurb – Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia, EEM, que inclui a análise da actividade que explora, as contas da Empresa Municipal e a Proposta de Aplicação dos Resultados.

Relativamente às actividades, elas são detalhadamente apresentadas e analisadas no contexto de cada departamento. Durante o ano de 2010 a Gaiurb, EEM promoveu uma Conferência sob o tema “Construção sustentável em Vila Nova de Gaia. Novos modelos de desenvolvimento do território”, dando o sinal de partida para a implementação da certificação energética do edificado.

Em complemento das actividades exercidas promoveu-se a formação profissional, através da organização de um “Curso Prático sobre alterações decreto-lei n.º 26/2010” no contexto de uma preparação especializada nas questões técnicas e jurídicas atinentes à gestão urbanística.

O Contrato-Programa que, no âmbito da realização de objectivos sectoriais e de investimento de rendibilidade não demonstrada, foi celebrado entre a Gaiurb, EM e a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, faz ainda parte integrante deste documento ao qual se encontra anexo.

Este Contrato-Programa definiu o apoio financeiro que foi concedido à Empresa em 2010 para cobertura parcial dos custos suportados pela empresa no desenvolvimento das actividades descritas no presente relatório.

O presente relatório e contas do Conselho de Administração é ainda acompanhado da Certificação e Parecer do Fiscal Único.



PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS



Missão

A empresa municipal GAIURB, EEM tem como missão desenvolver em Vila Nova de Gaia uma política urbanística de excelência nos domínios do planeamento, licenciamento, fiscalização e paisagem urbana, contribuindo deste modo para a sustentabilidade do concelho e para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Responsabilidade perante os Clientes, a Câmara de Gaia e os Trabalhadores

A Empresa tem responsabilidades especiais perante os seus Clientes, munícipes de Vila Nova de Gaia e principais destinatários da sua actividade, perante a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, enquanto detentora da totalidade do capital estatutário da Empresa e enquanto responsável pela sua superior orientação e ainda perante os seus Trabalhadores, sem os quais a sua actividade seria impossível.

Objectivos

A Empresa tem como objectivo principal o ordenamento do território e gestão urbanística do Município de Vila Nova de Gaia, nomeadamente:

- a. Promover qualidade estética da paisagem urbana do concelho;
- b. Elaborar os planos municipais de ordenamento do território e submetê-los à aprovação dos órgãos autárquicos competentes;
- c. Propor a delimitação das áreas de desenvolvimento urbano e construções prioritárias com respeito pelos planos nacionais e regionais e pelas políticas sectoriais;
- d. Propor a delimitação das zonas de defesa e controlo urbano, de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, dos planos de renovação de áreas degradadas e de recuperação de centros históricos;
- e. Propor a aprovação de operações de loteamento;
- f. Participar na elaboração do respectivo plano regional de ordenamento do território e dar parecer à Câmara sobre a sua aprovação;

- g. Informar a Câmara sobre a integração e a exclusão de áreas na Reserva Ecológica Nacional e na Reserva Agrícola Nacional;
- h. Propor à Câmara que requeira a declaração da utilidade pública, para efeitos de expropriação e posse administrativa, de terrenos necessários à execução dos planos de urbanização e dos planos de pormenor plenamente eficazes;
- i. Dar parecer sobre o licenciamento, mediante prévia autorização da Administração Central, de construções nas áreas dos portos e praias;
- j. Gerir todos os procedimentos de obras particulares, designadamente obras de edificação, nos termos do Dec-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e das alterações previstas no Dec-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, e submetê-los à decisão dos órgãos autárquicos competentes;
- k. Gerir todos os procedimentos relativos a loteamentos urbanos, obras de urbanização, pedidos de viabilidade e de informação prévia e destaques de parcelas;
- l. Elaborar estudos de estruturação viária e propor alinhamentos em vias municipais;
- m. Gerir a aplicação e concretização de instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente, através de sistemas de execução, compensação e indemnização;
- n. Assegurar a fiscalização urbanística, levantar os competentes autos de notícia por infracções urbanísticas e propor a aplicação das medidas sancionatórias legalmente previstas;
- o. Acessoriamente, quaisquer outras actividades relacionadas com as supra mencionadas.



PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE GESTÃO

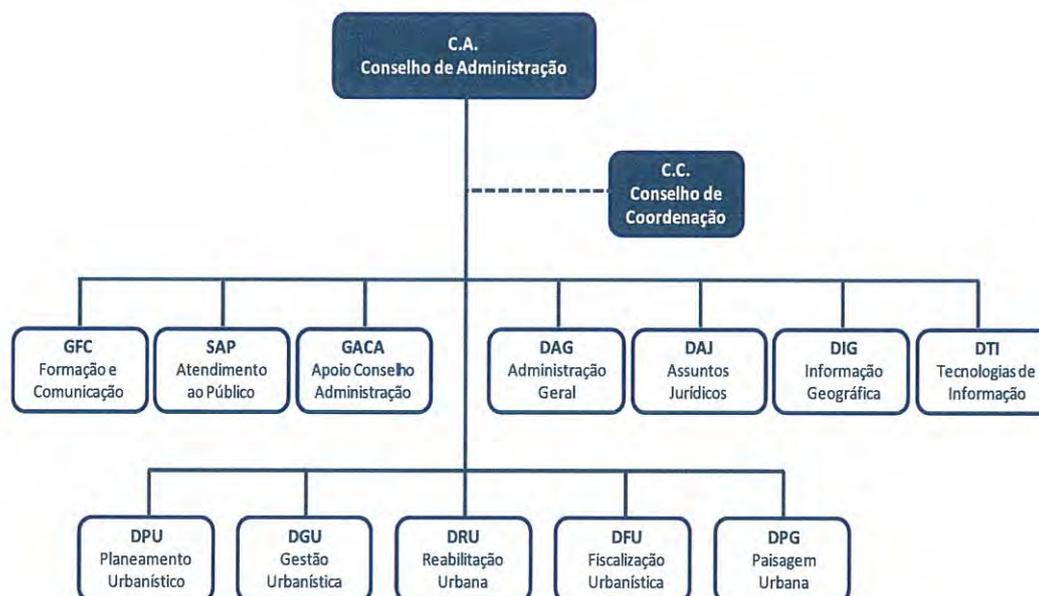
- a. Cumprir todos os objectivos definidos nos seus estatutos;
- b. Assegurar a estabilidade económica e financeira da Empresa;
- c. Facilitar o contacto, do público em geral e dos Clientes, com os serviços da Empresa, atender prontamente as suas necessidades e pedidos de informação, analisando com isenção as suas reclamações;
- d. Proporcionar aos Clientes serviços de atendimento e consulta de alta qualidade e usando de total transparência;
- e. Assegurar a manutenção de todos os postos de trabalho e regalias dos Trabalhadores;
- f. Recorrer, sempre que possível, à sub-contratação de tarefas a empresas da especialidade, em vez de aumentar custos fixos, reservando para os Trabalhadores da Empresa as funções estratégicas de controlo e fiscalização.



ESTRUTURA ORGANIZATIVA



A macro estrutura organizacional da Empresa, implementada em Janeiro de 2008, apresentava a composição expressa no organigrama que se segue. O organigrama da Empresa, com apenas um nível de direcção abaixo da Administração, encurtará o processo de decisão, eliminando grande parte da burocracia;



CA. Conselho de Administração

DIG. Dep^{to} de Informação Geográfica

CC. Conselho de Coordenação

DTI. Dep^{to} de Tecnologias de Informação

GFC. Gabinete de Formação e Comunicação

DPU. Dep^{to} de Planeamento Urbanístico

SAP. Serviço de Atendimento ao Público

DGU. Dep^{to} de Gestão Urbanística

GACA. Gabinete de Apoio ao C.A.

DRU. Dep^{to} de Reabilitação Urbana

DAG. Dep^{to} de Administração Geral

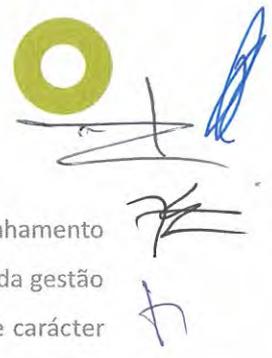
DFU. Dep^{to} de Fiscalização Urbanística

DAJ. Dep^{to} de Assuntos Jurídicos

DPG. Dep^{to} de Paisagem Urbana



RECURSOS HUMANOS



MISSÃO

Consultor interno da organização, a unidade de Recursos Humanos assegura o alinhamento das actividades dos departamentos com as linhas de orientação estratégica ao nível da gestão do capital humano da Empresa. Gere ainda um conjunto de actividades de apoio de carácter técnico e administrativo, de modo a assegurar à organização a afectação racional dos meios necessários ao seu funcionamento.

- Diminuição de custos específicos relativos à gestão e manutenção dos Recursos Humanos;
- Contribuir para o fortalecimento da cultura da Gaiurb, fazendo espelhar a missão e valores na actuação diária dos colaboradores;
- Contribuir para a construção e fortalecimento de espírito de grupo;
- Envolver os colaboradores na prossecução da estratégia da GAIURB dando a conhecer os objectivos globais da mesma.

PRINCIPAIS INDICADORES

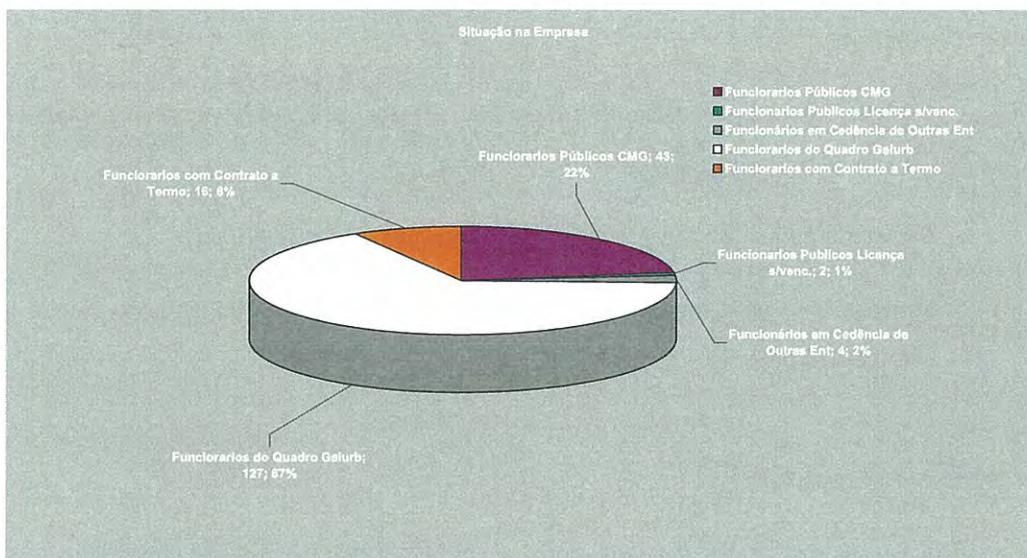
O quadro de pessoal da Gaiurb tem vindo a reduzir, adaptando-se às necessidades da Empresa.



Em 31 de Dezembro de 2010 a GAIURB E.E.M, integrava nos seus quadros 143 trabalhadores, sendo 16 com contrato a termo certo e 127 com contrato a termo indeterminado.

Colaboram também nas instalações da Gaiurb 45 Funcionários com vínculo à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e 4 com vínculo a Outras Entidades.

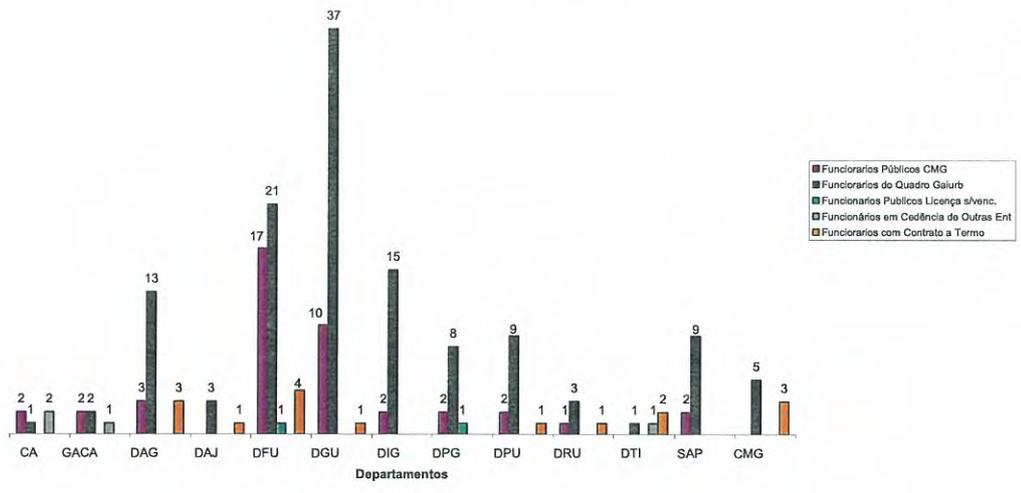
Da totalidade dos colaboradores da Gaiurb, 5 fazem parte dos Órgãos sociais da Empresa e 2 encontram-se com Licença sem vencimento, estando activos 185 colaboradores.



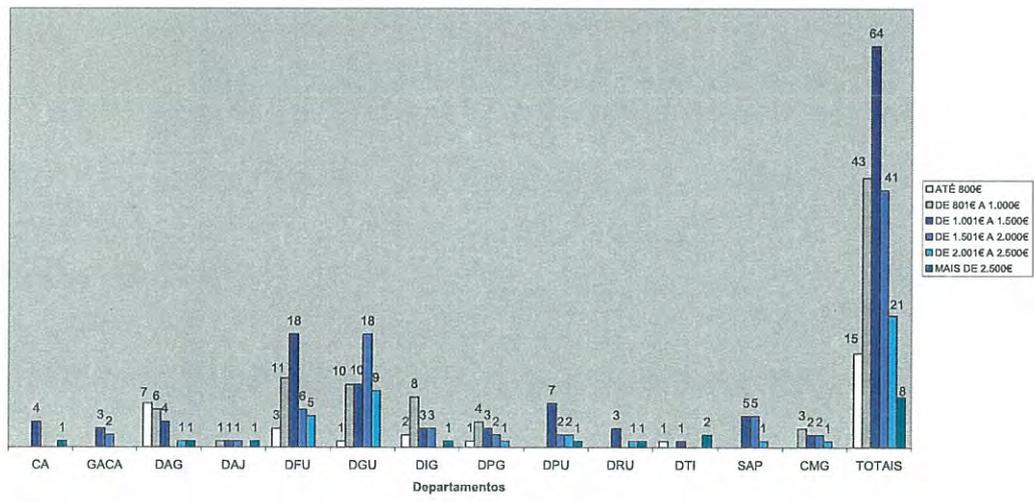
Movimento de Pessoal		2009	2010
1-Entradas	Órgãos Sociais	1	3
	Admissões	8	
	Total	9	3
2-Saídas	Órgãos Sociais		1
	Cessaçao Contratos de Cedência	3	4
	Demissões		5
	Caducidade de contrato	1	6
	Total	4	16
3-Variacão		5	-13



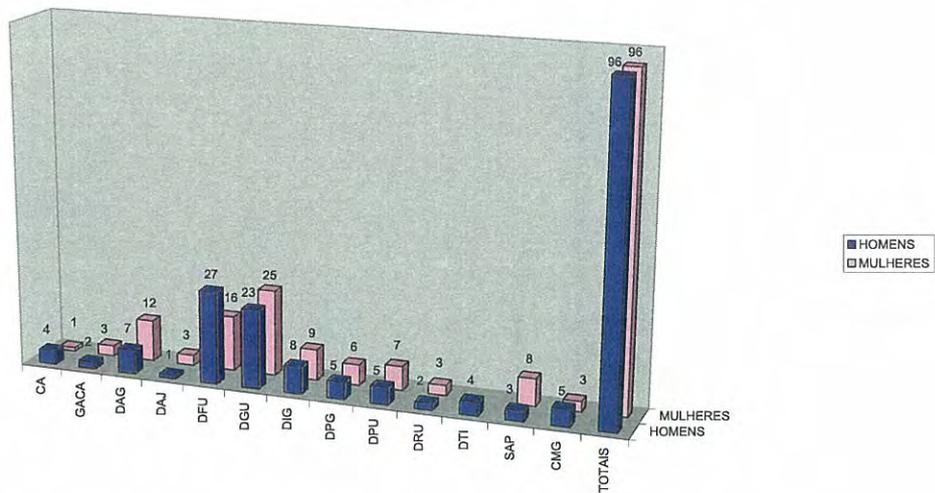
Distribuição por Departamento



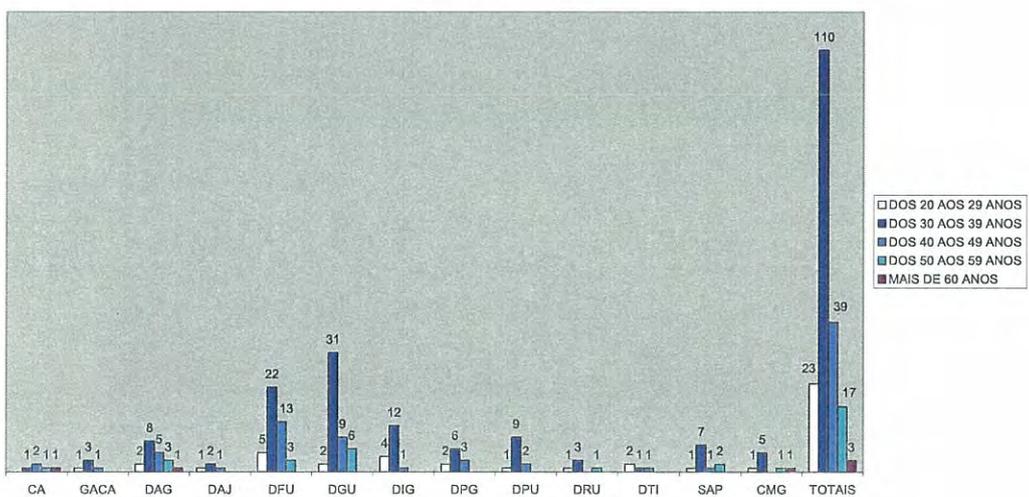
Nível de Remuneração

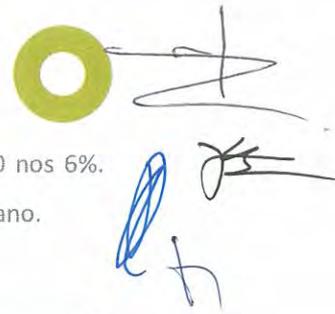


Distribuição por gênero

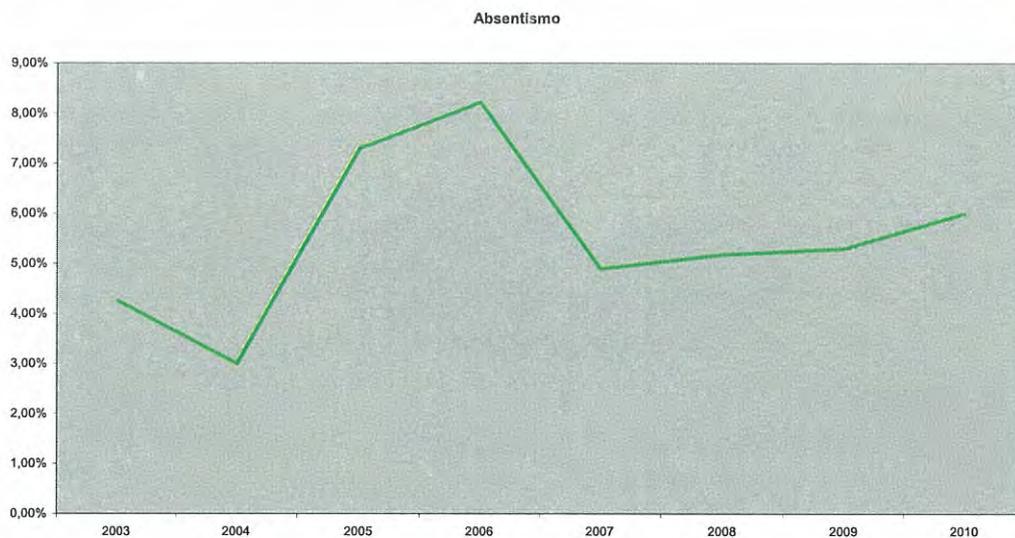


Distribuição por grupo etário





A Taxa de absentismo mantém um nível estável desde 2007, situando-se em 2010 nos 6%. Esta taxa inclui 11 licenças de maternidade e 6 de paternidade, registadas durante o ano.



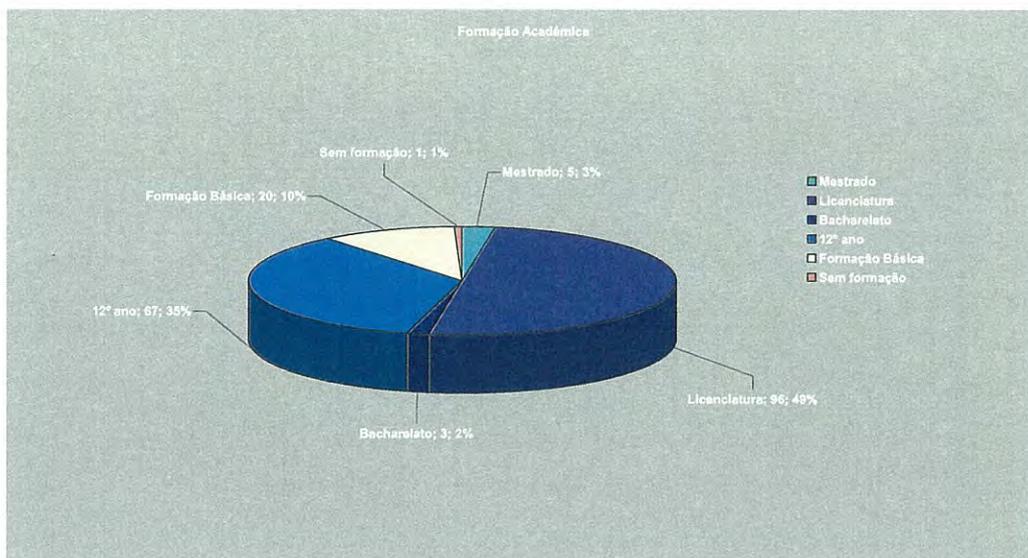
FORMAÇÃO

A qualificação dos recursos humanos é um dos maiores garantes de sucesso da Organização e a empresa apoia e promove a qualificação curricular, tendo neste momento 9% de trabalhadores estudantes.

Em relação à experiência e qualificação, a maioria dos colaboradores da GAIURB é licenciada e procuramos desafiá-los constantemente com soluções de formação oferecidas pela empresa. A Gaiurb, EEM procura manter os colaboradores motivados no desempenho das funções, tal como com a formação mais actualizada e orientada às necessidades das suas tarefas.

Foram efectuadas em 2010, acções de formação profissional, totalizando 1.065 horas, proporcionando aos trabalhadores competências especializadas na sua área de intervenção.

Em 2010 a empresa abrigou também vários estagiários, colaborando com instituições de ensino na formação prática através de estágio em contexto de trabalho. Acolhemos 5 estagiários na área da informática, 3 na área de desenho assistido por computador, 2 na área de Engenharia Geográfica e 1 na área de Arquitectura.



HIGIENE E SEGURANÇA

A GAIURB considera que a promoção da segurança e saúde no trabalho deve ser consequência de uma acção integrada e global, efectuada pela aplicação de medidas de prevenção, nomeadamente nos domínios da prevenção técnica, de formação e de informação, bem como na mobilização dos serviços adequados internos e externos à organização. Nesse sentido foi contratualizado a um fornecedor externo o serviço de Higiene segurança e saúde no trabalho. Salienta-se neste âmbito:

- Exames médicos (na admissão, periódicos e ocasionais) que visam promoverem a vigilância da saúde dos colaboradores;
- Disponibilização de instalações e equipamentos seguros, higiénicos e ergonómicos;
- Informação para implementação de boas práticas no dia-a-dia de trabalho.



ACTIVIDADE DA EMPRESA



DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

MISSÃO

Compete ao Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ), de forma integrada, acompanhar as matérias de natureza jurídica da Gaiurb, quer promovidas pelos quadros especializados da Empresa, quer pelos consultores externos por ela contratados. Genericamente, presta apoio e consultadoria a todos os departamentos da Gaiurb, ainda que, maior incidência nalguns deles que assim o exigem.

Tendo por base critérios de oportunidade, conveniência e eficiência, o Departamento conta com a colaboração directa de três juristas, integrando outros três o serviço de contra-ordenações, e uma outra a unidade técnica de fiscalização urbanística, embora todos eles sob a dependência funcional do Departamento que, por sua vez, depende hierárquica e funcionalmente da Administração.

O DAI é, portanto, um Departamento de incidência transversal a toda a Empresa, com maior intervenção nas áreas do Urbanismo, da Fiscalização e da Paisagem Urbana.

Durante o ano de 2010, a actividade do Departamento de Assuntos Jurídicos traduziu-se nas seguintes tarefas:

1. No âmbito da Empresa :

- Prestação de assessoria jurídica à Administração;
- Coordenação das actividades e acções do Departamento, na linha geral de orientação definida pelo Conselho de Administração;
- Prestação de informações técnico-jurídicas sobre todas as questões que lhe foram submetidas pela Administração e pelos diversos Departamentos da Empresa;

- Uniformização, em matéria de interpretação, das posições jurídicas assumidas pela Empresa, em especial em matéria de procedimentos de fiscalização e licenciamento, sem prejuízo das orientações definidas pela Direcção Municipal de Urbanismo, no âmbito das competências do Município;

2. Em matérias de Gestão e Fiscalização Urbanísticas:

Promoveu a articulação da Direcção Municipal de Urbanismo e os Departamentos Municipal de Fiscalização e Departamento Municipal de Urbanismo, na promoção de realização das seguintes tarefas:

- Assegurou a prestação de informação técnico-jurídica sobre todas as questões ou processos administrativos que lhe foram remetidos pelo Director Municipal de Urbanismo, no âmbito da Gestão Urbanística;
- Deu parecer nos processos administrativos de licenciamento e de fiscalização urbanística em coordenação com o Departamento Municipal de Fiscalização e o Departamento Municipal de Urbanismo tendo em vista a fundamentação das decisões a proferir pelos órgãos decisores;
- Assegurou e geriu a prestação de informações no âmbito de processos de publicidade, quanto a dúvidas de ordem técnico-jurídica, tendo em vista a fundamentação das decisões a proferir;
- Prestou informação sobre todos os pedidos de isenção, redução e dispensa do pagamento de taxas municipais;
- Habilitou a Direcção Municipal de Urbanismo e os Departamentos Municipal de Fiscalização, de Urbanismo e de Paisagem Urbana, no âmbito das suas competências específicas, a preparar resposta aos Tribunais, Autoridades Judiciárias, outras entidades e Direcção Municipal de Assuntos Jurídicos, controlando os prazos para prestação dessa resposta, solicitando, de forma articulada, aos diversos Departamentos da Empresa os elementos conducentes àquela informação;



- Informou e acompanhou, em todos os seus trâmites, as reclamações e recursos hierárquicos de actos administrativos, em estreita coordenação com a Direcção Municipal de Assuntos Jurídicos;
- Proceceu à actualização jurídica, legislativa e jurisprudencial em matéria de urbanismo e sua divulgação e explicitação pelos departamentos da empresa proporcionando o desenvolvimento formativo de todos os técnicos;
- Prestou informação, através de novo formato, aos diversos Departamentos da Empresa de alterações legislativas com impacto no desenvolvimento e gestão da sua actividade ou outras de interesse geral;
- Apoiou todos os Departamentos da Empresa no cumprimento da lei e dos regulamentos municipais, prestando a informação jurídica solicitada, de forma responsável e autónoma;
- Realizou e acompanhou inúmeros atendimentos aos munícipes, no âmbito dos processos administrativos.

3. Articulação dos assuntos entre a Administração e a Assessoria Externa:

- Acompanhamento dos processos em matéria de recursos humanos;
- Acompanhamento dos processos em curso nos consultores externos da Empresa, designadamente, em matéria de contratação pública, acção administrativas, (providências cautelares e contencioso pré-contratual) acções judiciais e contencioso tributário;
- Articulação, preparação e acompanhamento dos pedidos de Parecer, no âmbito do Direito do Urbanismo.

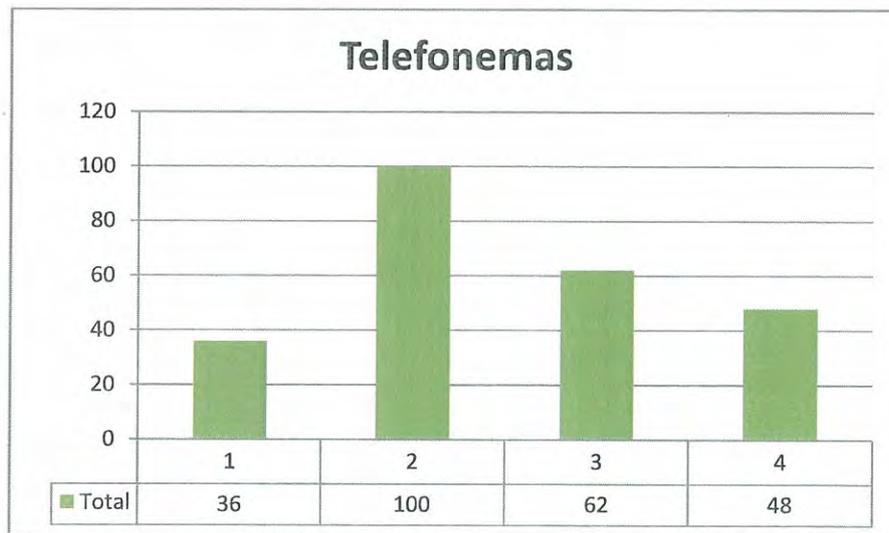
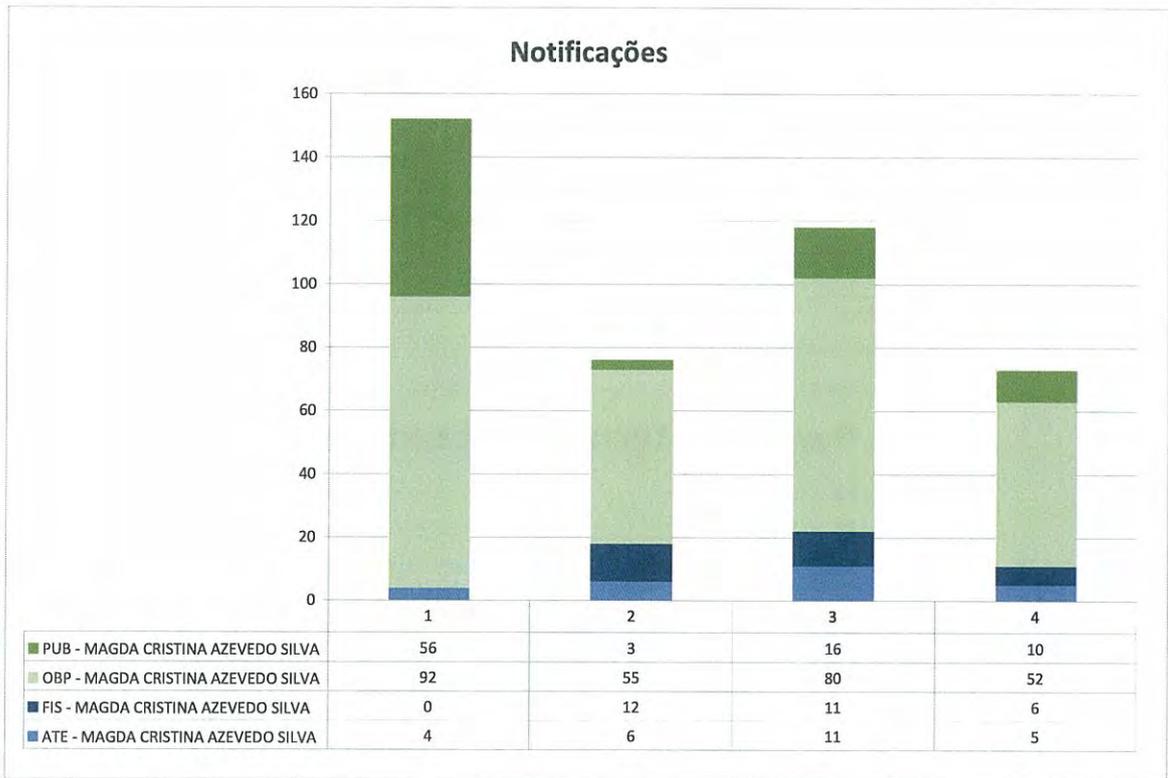
Destacam-se de 2010:

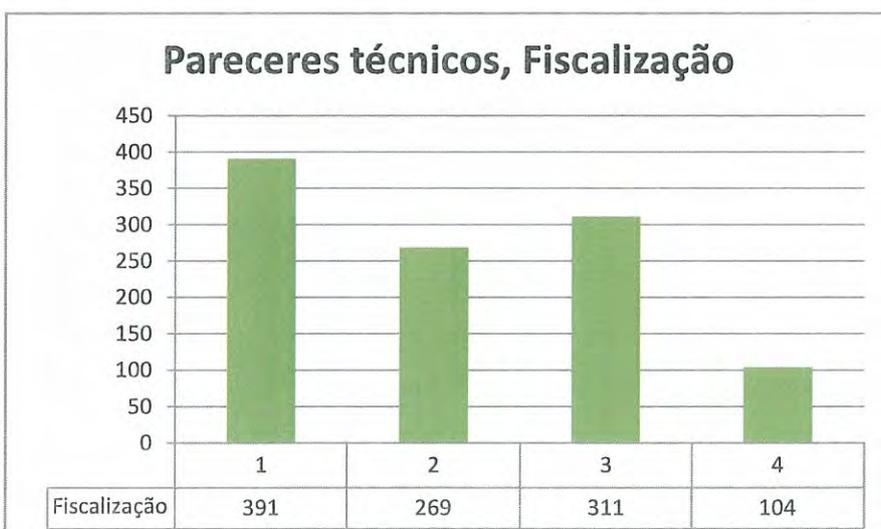
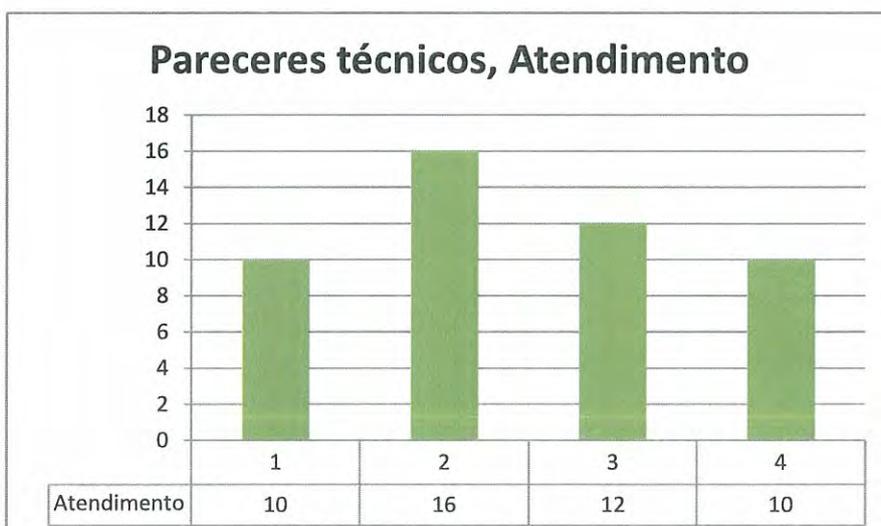
- Participação na publicação "Guia do Utente", criado para simplificar o acesso dos munícipes aos procedimentos da gestão urbanística, da fiscalização, da publicidade e paisagem urbana, do planeamento e reabilitação urbanística, melhorando, assim, a relação entre a Administração e os Particulares.

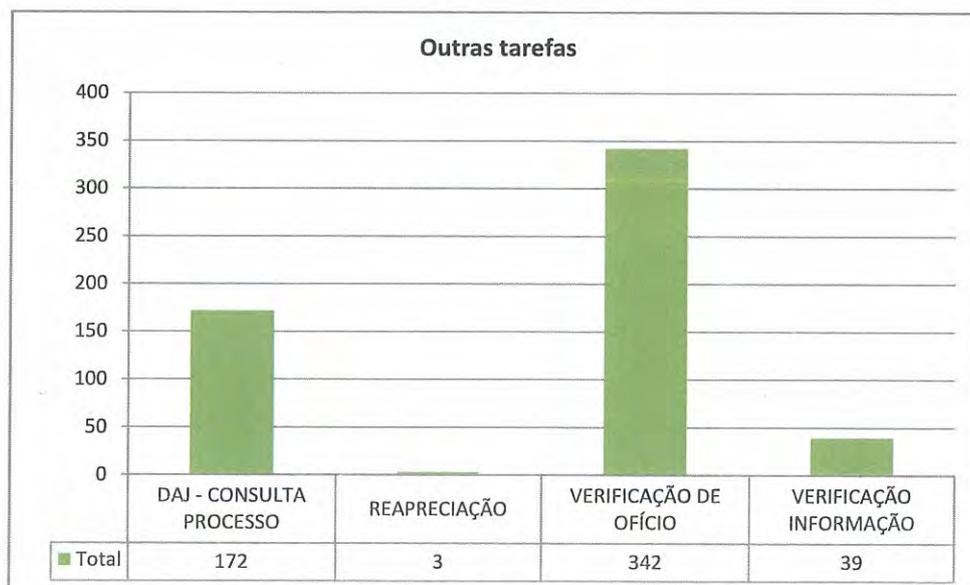
- Apresentação de uma pasta de Legislação na página da Internet: apesar do formato ainda embrionário com os principais diplomas legais e regulamentares, este modelo foi concebido para permitir uma dinâmica e actualização constantes.
- Acompanhamento da elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, aprovado em Reunião da Câmara Municipal de 3 de Março de 2010.
- Tratamento e divulgação interna e externa das alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de Março e suas principais repercussões na gestão e fiscalização urbanísticas. O caso concreto do regime excepcional de extensão de prazos para a apresentação do pedido de emissão de título da operação urbanística, de execução de obras e de caducidade.
- Intervenção num *workshop* promovido pela Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, no âmbito da aplicação da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, que aprovou o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização de obra e pela direcção de obra, e a experiência da Gaiurb, EEM neste âmbito, designadamente, pelo relato das principais dificuldades na aplicação desta Lei e receptividade junto dos técnicos projectistas.
- Acompanhamento e prestação de informações de natureza técnico-jurídica na Intervenção Urbanística na Escarpa da Serra da Arrábida.
- Acompanhamento e prestação de informações de natureza técnico-jurídica na Intervenção sobre Requalificação Urbanística da Zona da Orla Marítima e Frente de Rio, em estreita colaboração com o Departamento de Fiscalização Municipal.
- Participação nas reuniões de trabalho para a revisão do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas de Vila Nova de Gaia.



O ANO EM NÚMEROS







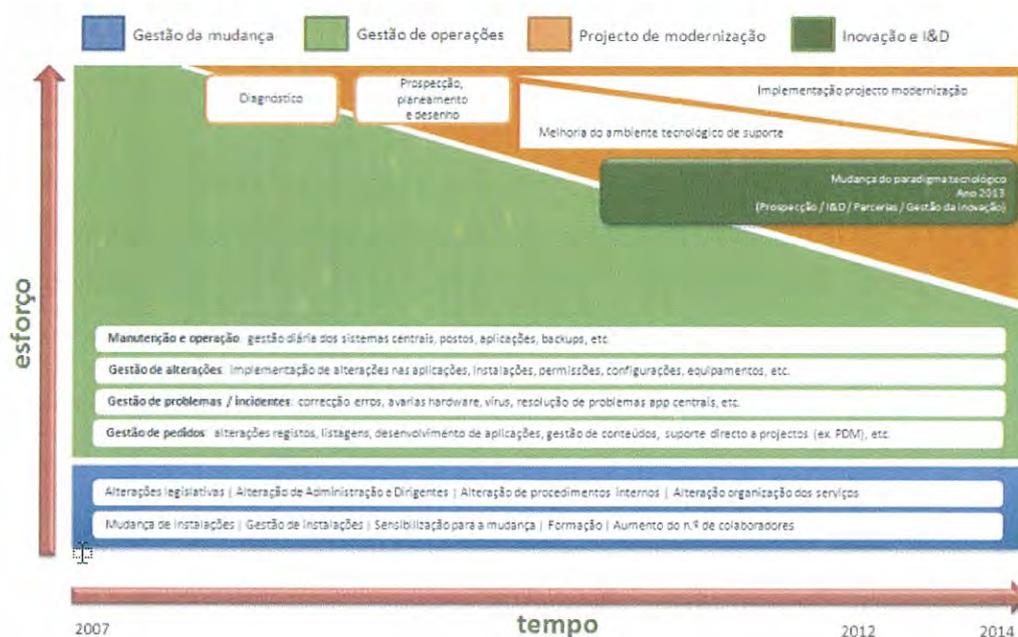


MISSÃO

A missão do Departamento de Tecnologias de Informação passa por garantir a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos sistemas de informação da organização, em paralelo com a promoção de serviços inovadores capazes de garantir valor acrescentado para a Gaiurb, EEM e para os cidadãos.

ESTRATÉGIA

A estratégia do DTI passa por uma gestão coordenada de quatro componentes críticas para o sucesso dos sistemas de informação na organização: a mudança, as operações, a modernização e a inovação. A aposta do Departamento, iniciada em 2008 pela mudança do paradigma de gestão, passa pela estabilização dos processos de operação, através de melhores equipamentos e melhores práticas de operação, diminuindo progressivamente o esforço necessário nesta componente. Através desta forma de actuar, pretende-se que o esforço nos projectos de modernização seja crescente, sustentado por práticas de operação consistentes e que não coloquem em causa o suporte aos utilizadores e a operação dos sistemas centrais.



RECURSOS HUMANOS

Organização: O DTI contou com a presença de cinco elementos (4 no último trimestre), divididos pela Direcção e três Unidades Técnicas (Disponibilidade, Suporte e Desenvolvimento). À Direcção cabe a responsabilidade de gestão geral do Departamento, incluindo as componentes de recursos humanos, planeamento e coordenação geral de trabalhos. Além das tarefas gerais de Direcção, cabe a esta unidade a responsabilidade directa sobre as componentes de política de segurança da organização e gestão dos projectos de modernização. À Unidade Técnica de Disponibilidade, cabe a tarefa de garantir a disponibilidade dos sistemas de informação, com enfoque particular nos sistemas centrais e salvaguarda de dados. Já no que diz respeito à Unidade Técnica de Suporte, a sua actividade centra-se no apoio diário a todos os colaboradores da empresa em termos aplicativos e de equipamentos. A Unidade de Desenvolvimento tem por objectivo desenhar e criar ferramentas capazes de potenciar um trabalho mais confortável e eficiente na organização. Independentemente das competências atribuídas a cada unidade, verifica-se a necessária cooperação entre as equipas e interdisciplinaridade dos vários colaboradores para vencer os desafios diários do Departamento.

Absentismo: Da análise efectuada para o ano de 2010, verificou-se um reduzido nível de absentismo e uma elevada disponibilidade por parte de todos os colaboradores, traduzida por na ausência de atrasos (média de 10 minutos de entrada antecipada ao serviço) e trabalho realizado após horário normal de expediente (média de 20 minutos diários por funcionário, num total superior a 330 horas). Este comportamento por parte da equipa equivale a um trimestre adicional de trabalho a tempo inteiro por parte de um funcionário.

Formação: Dentro das possibilidades, o Departamento tem vindo a encorajar e a facilitar a formação e qualificação dos seus colaboradores, traduzindo-se num departamento com elevadas qualificações académicas e técnicas: Mestres (1+1 em frequência), Pós-graduados (1), Licenciados (1 em frequência) e Técnicos Nível III (1) e Certificações especializadas (1).

Dimensionamento: O DTI apresenta um dimensionamento humano capaz de garantir o suporte básico, ainda que através de um esforço adicional por parte dos colaboradores e uma colaboração entre as várias unidades para a garantir a resposta. A Unidade de Suporte conta com dois técnicos para um universo de 250 computadores/utilizadores e a Unidade de Disponibilidade não apresenta nenhum colaborador directamente afecto, sendo as competências desta unidade realizadas pela Direcção e Unidade de Suporte.



ACTIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO

O esforço de desenvolvimento efectuado nos últimos três anos originou um conjunto de aplicações que, além de prestarem um apoio crucial à actividade da empresa, carecem de actualização e manutenção permanente por parte do Departamento de Tecnologias e informação. Em particular, destacam-se no ano de 2010 as seguintes aplicações desenvolvidas ou objecto de manutenção:

- SMIT – Sistema de Monitorização de Informação Territorial;
- SALC - Sistema de apoio à legalização de captações;
- UrbCall – Sistema de registo de chamadas telefónicas;
- UrbAtend - Sistema de gestão de filas do atendimento;
- ImportPicagens – Sistema de importação das picagens para ERP;
- GestWork – Sistema de monitorização de tarefas pendentes;
- PubliFOTO, PubliInforma e PubliGIS;
- GeoAnota e GeoAnota (Acad);
- Tableau de Bord e Execução Fiscal;
- Mapas de produtividade;
- Reformulação da página internet da Gaiurb;

No último trimestre do ano de 2010, o DTI viu a sua equipa de desenvolvimento reduzida a um elemento, com a saída da empresa de um dos técnicos superiores afectos a esta unidade. Nesse sentido, a estratégia de departamento na área do desenvolvimento teve necessariamente que ser objecto de revisão, nomeadamente no que diz respeito a novas aplicações e melhoria das já existentes. Por outro lado, o esforço de actualização e manutenção teve que ser distribuído pela Direcção e pela Unidade Técnica de Suporte, garantindo-se o suporte necessário ao bom funcionamento das aplicações referidas anteriormente.

ACTIVIDADES DE SUPORTE

Independentemente das actividades desenvolvidas e descritas na secção anterior, o DTI tem a sua face mais visível no sector de suporte e *help-desk*, já que este sector está particularmente exposto e tem um contacto permanente com todos os colaboradores da empresa. Sendo essencialmente assegurado pelos dois colaboradores da Unidade Técnica de Suporte, com o inevitável apoio dos restantes membros do Departamento, este serviço contempla todo e qualquer tipo de actividade de apoio junto dos 250 colaboradores da empresa que esteja relacionado com sistemas de informação. De forma generalista, a actividade de Suporte centra-se sobre as seguintes componentes:

0. Sistemas	Armazenamento	Servidores	Firewall	Router	Switching	UPS
1. Hardware	Computadores	Monitores	Periféricos	Impressoras	Scanners	Telefones
2. Software	Sistemas operativos	Office e E-mail	Autodesk / ESRI	Sigma /Gismat	ERP's	Outras
3. Configurações	E-mail / Webmail	Internet	Sistema de ficheiros	Permissões	Rede	Acessos
4. Conteúdos	Desktop	Notícias Web	Modelos Web			
5. Dados	Pastas pessoais	Pastas Depart.	Dados sistema	Dados Sigma		

De todas as actividades desempenhadas, existe uma em particular que é responsável por uma afectação considerável de toda a actividade de suporte. Trata-se de toda a actividade desenvolvida na gestão das aplicações SIGMA (Urbanismo, Fiscalização e Contra-ordenações, Publicidade, Atendimento e Pocal).

As actividades de suporte são encaminhadas ao DTI pela via presencial, telefónica ou por e-mail. Da análise de dados realizada, concluí-se que no ano de 2010 o DTI foi consultado em números próximos dos 10.000 pedidos, numa distribuição equitativa entre o e-mail e os telemóveis, seguidas da via extensão telefónica e presencial.

Ao nível do hardware contabilizam-se mais de 100 intervenções, divididas entre avarias e novas instalações. Ao nível de actividades de gestão de conteúdos destacam-se essencialmente a actualização da página Web e o desktop dos utilizadores, que frequentemente são actualizados com notícias de secções de interesse.



ACTIVIDADES DE MODERNIZAÇÃO

Além da actividade base de cada uma das unidades técnicas do departamento, o DTI está envolvido no projecto de modernização da organização em cooperação com os restantes departamentos da Gaiurb, EEM. Devido à elevada carga tecnológica que estes processos contêm a participação do DTI é inevitável, assumindo, em alguns casos, a chefia de algumas das actividades. São projectos, por regra, complexos e multidisciplinares, exigindo um planeamento de recursos cuidado, uma visão a médio prazo e uma coordenação cuidada com o que é a estratégia de modernização da empresa.

A estratégia de modernização da empresa passa por uma inevitável transformação da forma de trabalho, substituindo progressivamente o suporte em papel pelo suporte digital dando, de resto, seguimento às orientações legais subjacentes à revisão do Decreto-Lei 555/99. A concretização desta visão passa pela articulação complexa entre diversos actores (empresa, técnicos, requerentes e entidades externas) e um sem número de componentes sociais e tecnológicas (formação, conhecimento, serviços, infra-estrutura técnica, aplicações, etc.).

O processo de modernização iniciado no ano de 2008 deu já passos interessantes, ainda que a um ritmo inferior ao desejado pela empresa. O volume trabalho exigido para mudança de instalações e as alterações registadas na empresa afectaram o ritmo desejável para a implementação destes projectos, exigindo-se para a sua boa concretização uma estabilidade e afectação superior das equipas intervenientes. Considera-se, contudo, que a empresa apresenta as condições base e necessárias para levar o sucesso ao projecto de modernização, tendo sido dados passos importantes durante os anos de 2009 e 2010.

AS mudanças registadas na empresa durante o ano de 2010 tiveram um impacto relevante no normal desenvolvimento do projecto, com a saída de 3 funcionários directamente ligados à equipa de projecto. Nesse sentido, a estratégia de implementação foi focalizada na componente de infra-estrutura (equipamentos e aplicações), tendo sido finalizados 90% dos trabalhos de modernização necessários.



DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

O Departamento de Informação Geográfica (DIG) tem como principal objectivo centralizar e disponibilizar a informação geográfica, através da produção e edição de dados geoespaciais e disponibilização de interfaces gráficos, capazes de responder às exigências, cada vez maiores, da administração do território, nomeadamente no auxílio às tomadas de decisão.

Numa área em que a tecnologia sofre evoluções diárias, é imprescindível ser capaz de dar resposta aos novos desafios, realizando novas tarefas que vão de encontro às necessidades diárias dos serviços da Empresa e do cidadão, primando pela realização de um trabalho de excelência, em tempo útil, com os recursos disponíveis, inovando e valorizando a imagem da empresa e do departamento ao nível municipal, nacional e estrangeiro.

Com 9 anos de experiência em sistemas de informação geográfica, a Gaiurb, EEM no seu departamento de informação geográfica é hoje (dada a complexidade do território, heterogeneidade, extensão e complexidade social) detentora de um conhecimento e *know-how*, largamente reconhecido a nível municipal e nacional, que a motiva para a apresentação de novos produtos inovadores e que irão revolucionar a informação geográfica municipal de urbanismo.

No ano de 2010, os trabalhos realizados pelo departamento foram:

TRANSFORMAÇÃO DA INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA PARA O SISTEMA PT-TM06/ETRS89

No cumprimento da normativa europeia a Directiva INSPIRE, Infra-Estrutura de Informação Espacial na Comunidade Europeia, que obriga os Estados Membros a gerirem e a disponibilizarem os dados e os serviços de informação geográfica (IG) de acordo com princípios e regras comuns (metadados, interoperabilidade de dados e serviços de IG, princípios de acesso e partilha de dados). (<http://snig.igeo.pt/Inspire/>).

No caso concreto de Portugal a entidade responsável pela gestão e manutenção dos Sistemas de Referência, o Instituto Geográfico Português (IGP), considerou os sistemas anteriormente utilizados, Datum 73, entre outros, como obsoletos e adoptou o novo sistema de georreferenciação designado por PT-TM06/ETRS89, apoiado no sistema global de referência

ETRS89 (*European Terrestrial Reference System 1989*) recomendado pela EUREF (*European Reference Frame*, subcomissão da IAG - Associação Internacional de Geodesia).

Desde 2006 que o IGP adoptou este novo Sistema de Referência e por este motivo, com vista à uniformização da informação com o Datum oficial, a Gaiurb, EEM decidiu em 2008 iniciar o processo de adopção desse mesmo sistema. Para tal, foi necessário estudar e analisar quais os procedimentos mais adequados que garantissem o rigor posicional, uma célere transformação da informação cartográfica e a adopção de procedimentos globais de implementação em todos os serviços municipais, com o mínimo de impacto.

O DIG estudou o problema, analisando as diferentes soluções disponíveis no mercado e decidiu a implementação de uma metodologia própria e uma solução interna adaptada ao município que a após a validação e a análise estatística da qualidade posicional da cartografia convertida, se verificou um sucesso. Foi convertida toda a informação cartográfica de base do servidor, assim como das aplicações GISMAT e Emissão de Plantas de Localização. Foram ainda desenvolvidas ferramentas de conversão e disponibilizadas a todos os técnicos do município de Vila Nova de Gaia. Foi realizada uma sessão pública de apresentação e esclarecimento.

IMPORTAÇÃO DE INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA E TEMÁTICA PARA O GISMAT

A aplicação GISMAT permite centralizar, consultar e gerir toda a informação relativa aos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), Cartografia e Processos. A sua gestão e optimização é realizada pelo DIG e no ano de 2010 foram criados, geridos e actualizadas os temas, Cartografia, Pontos de Referência, Instrumentos de Gestão Territorial, Gestão Urbanística, Fiscalização e Publicidade, assim como a criação de diversos modelos de impressão e optimização dos existentes.

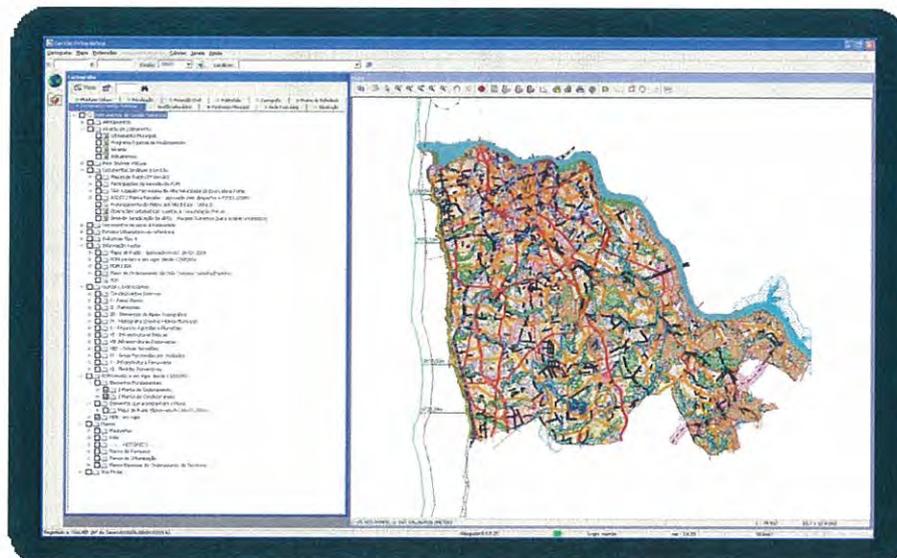


FIG.1 – Informação temática no GISMAT (IGT)

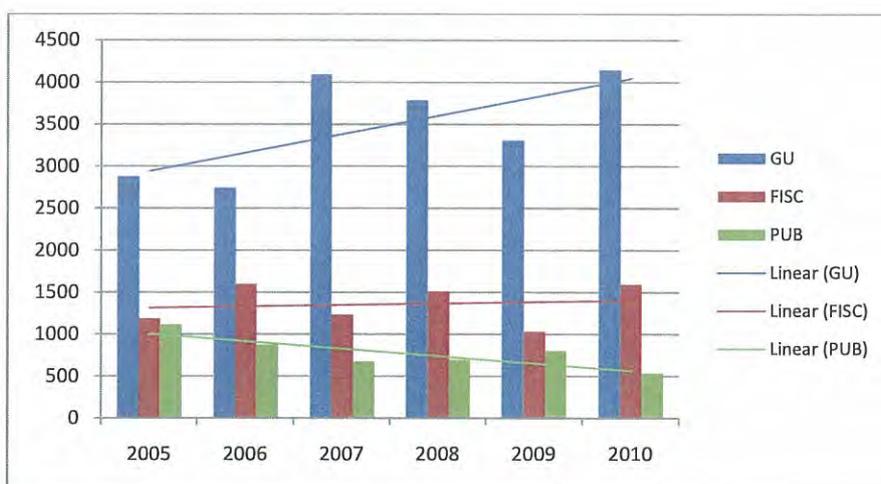
O volume de informação disponibilizada no GISMAT actualmente é elevado, estando disponível para consulta na aplicação intranet GISMAT e no mapa interactivo da web um total de 22.000 ficheiros, para qualquer utilizador. Existem disponíveis 3.233 *layers* de informação disponíveis para consulta.

A informação diária inserida no GISMAT é maioritariamente referente aos processos de Urbanismo, Fiscalização e Publicidade. Actualmente existem georreferenciados no GISMAT cerca de 150.000 entidades (cadastro e pretensão).

TAB.1 – Processos registados no GISMAT (2005 a 2010)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
GU	2881	2743	4096	3788	3308	4147	20963
FISC	1187	1598	1236	1511	1030	1592	8154
PUB	1117	878	677	697	805	537	4711
Média mensal	432	435	501	500	429	523	

Da análise aos anos de 2005 a 2010 a média mensal de registo de novos processo no GISMAT é de **500 processos/mês**, tendo existido um grande crescimento de 2009 para 2010 (GRAF.1).



GRAF.1 – Gráfico de evolução dos processos (2005 a 2010)

ORGANIZAÇÃO DE PROCESSOS

A fase inicial de análise de um processo de urbanismo, inicia-se no DIG, nomeadamente a montagem física do processo em papel, validação, organização do digital, georreferenciação e confrontação dos cadastros com os IGT.

1. VALIDAÇÃO DE PROCESSOS

Todos os processos que circularam pelo DIG foram validados automaticamente e numerados manualmente. A validação e numeração de páginas é um processo moroso, que se traduz pelos números globais obtidos para 2009 e 2010 (TAB.2).

TAB.2 – Número total de requerimentos e páginas validadas (2009 e 2010)

Ano	Requerimentos	Páginas validadas
2009	5.138	113.349
2010	6.268	149.705

2. CIRCULAÇÃO DE PROCESSOS

No ano de 2010 foram tramitados para o DIG **7.950 processos**, referente aos vários tipos de processos e de diferentes anos.



3. PROCESSOS DE URBANISMO (2009 – 2010)

No ano de 2010 foram georreferenciados **4.147 novos processos** de urbanismo, mais 835 processos que no ano anterior, com um maior destaque para as freguesias de Santa Marinha e Mafamude. Em 2010, relativamente ao ano anterior, verifica-se um aumento de 25,4 % no número de processos georreferenciados pelo DIG.

TAB.3 – Numero total de processos de urbanismo por freguesia (2009 e 2010)

FREGUESIA	2009	2010	FREGUESIA	2009	2010
ARCOZELO	177	233	PEDROSO	197	234
AVINTES	165	125	PEROSINHO	67	74
CANELAS	142	222	SANDIM	97	83
CANIDELO	297	361	SANTA MARINHA	402	515
CRESTUMA	29	31	SÃO FÉLIX DA MARINHA	154	171
GRIJÓ	116	143	SÃO PEDRO DA AFURADA	51	60
GULPILHARES	135	146	SEIXEZELO	18	24
LEVER	39	46	SERMONDE	20	21
MADALENA	139	159	SERZEDO	80	92
MAFAMUDE	388	541	VALADARES	117	159
OLIVAL	54	72	VILAR DE ANDORINHO	125	212
OLIVEIRA DO DOURO	192	230	VILAR DO PARAÍSO	107	193

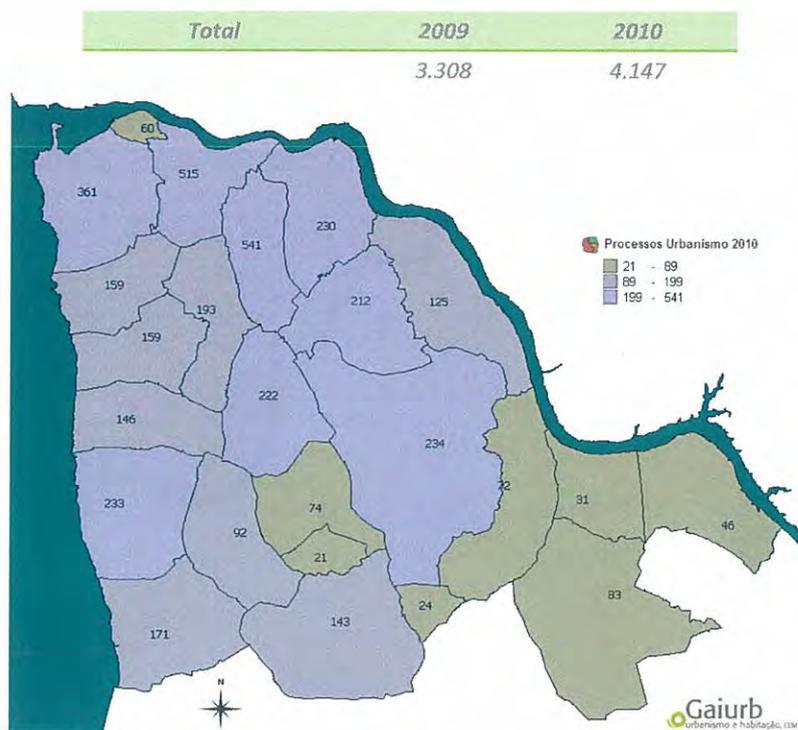
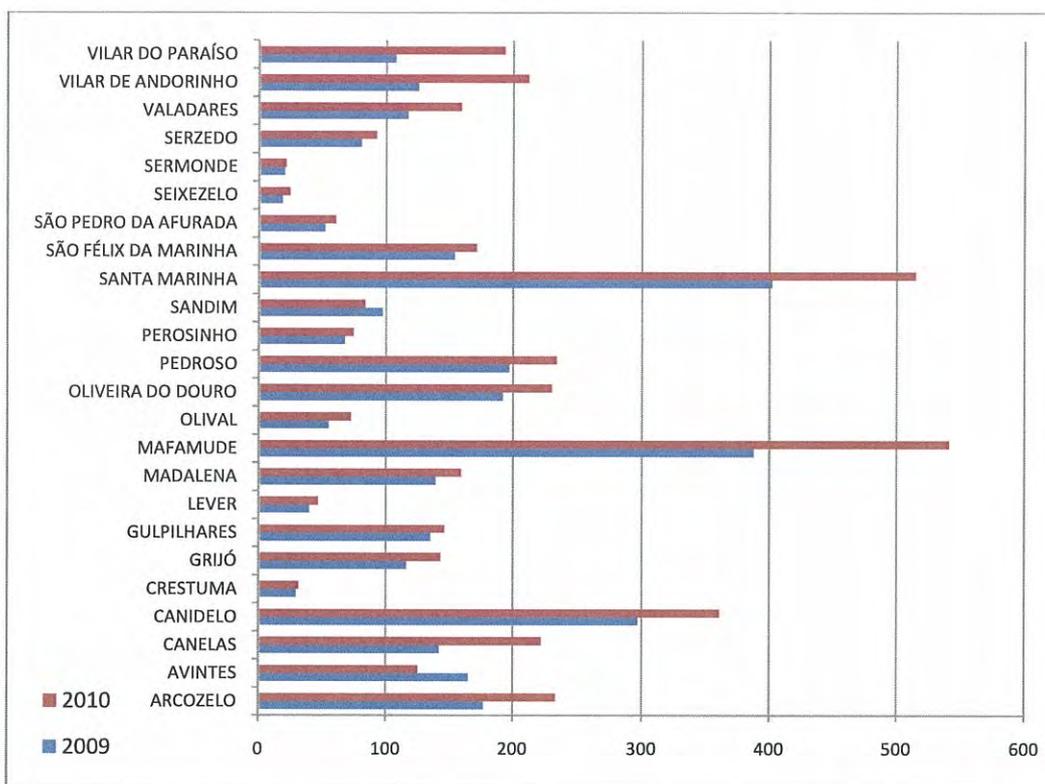


FIG.2 – Distribuição espacial dos processos de urbanismo por freguesia (2010)



GRAF.2 – Comparativo de processos de urbanismo (2009 e 2010)

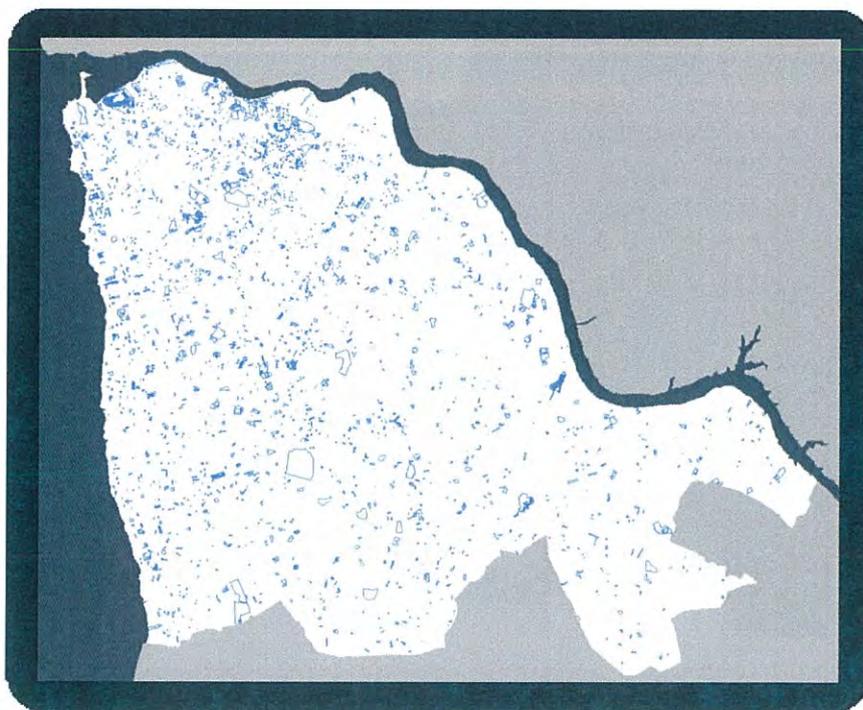


FIG.3 – Polígonos dos processos novos (2010)



4. PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

No ano de 2010 foram georreferenciados **1.592 processos** de fiscalização, nas 31 diferentes tipologias de processo.

TAB.4 – Número total por tipo de processos de fiscalização (2010)

Tipo Processo	Nº Processos	Tipo Processo	Nº Processos	Tipo Processo	Nº Processos
DSVA	17	EST_OUT	4	OOU_SUCATA	1
DV	23	EST_REST	28	OUT_DIV	128
FEL	124	OCUP_ESP	8	OUT_IND	2
FM	69	OOU_AVLO	1	OUT_RUIDO	14
JJ	7	OOU_CPOP	66	PUB_DIR	1
VP	419	OOU_DARV	1	PUB_LUM	3
EC	3	OOU_OBLIC	8	PUB_NLUM	4
ESCR_SERRA	1	OOU_PAC	1	PUB_PAIN	14
EST_COM	5	OOU_SPOP	601	REM_ENT	5
EST_EPS	12	OOU_STAND	5	RT_ATER	16
				RT_ESC	1
Total	1.592				

5. PROCESSOS DE PUBLICIDADE

No ano de 2010 foram georreferenciados **537 processos** de publicidade, nas 6 diferentes tipologias de processo.

TAB.5 – Tipo de processos publicidade (2010)

TIPO DE PROCESSO	Nº Processos
Estabelecimentos	357
Eventos e Acções Promocionais	35
Exteriores	57
Ocupação	25
Sinalização	19
Veículos	44
Total	537

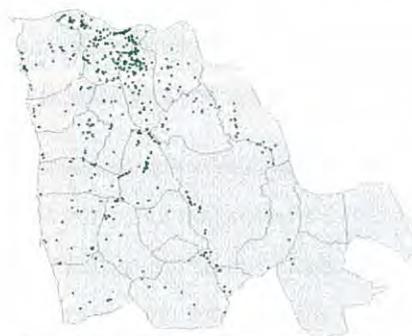


FIG.4 – Processos de publicidade (2010)

6. PROCESSOS DE ELEVADORES

O DIG faz a gestão dos pedidos de inspecção, reinspecção e selagem de elevadores, montacargas, escadas mecânicas e escadas rolantes, bem como a requisição das inspecções à Entidade Inspectora, ao abrigo do contrato de prestação de serviços entre a Gaiurb, EEM e a AIPEL. Informa os pedidos de selagem de elevadores, efectua o controlo de prazos da validade dos Certificados de Inspeção Periódica, bem como a notificação dos proprietários cuja validade dos mesmos seja ultrapassada.

Este departamento é o elo de ligação entre os vários intervenientes no processo de inspecção de elevadores, dando informações aos proprietários dos ascensores, Empresas de Manutenção e Entidade Inspectora.

No ano de 2010 foram analisados **1.239 requerimentos**, distribuídos da seguinte forma:

TAB. 6 – N.º Total de requerimentos de processos de elevadores (2009 e 2010)

TIPO DE REQUERIMENTO	2009	2010
COMUNICAÇÃO EMA	2	1
DIVERSOS	46	259
EXPOSIÇÃO OU RECLAMAÇÃO	3	4
PEDIDO DE ADITAMENTO DE DOCUMENTO		1
PEDIDO DE CESSAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE ELEVADORES	14	37
PEDIDO DE CESSAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE MANUTENÇÃO	18	10
PEDIDO DE INFORMAÇÃO / ESCLARECIMENTOS		1
PEDIDO DE INSPECÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE ELEVADORES	1	
PEDIDO DE INSPECÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADORES	516	666
PEDIDO DE REINSPECÇÃO DE ELEVADORES	28	115
PEDIDO DE SELAGEM DE ELEVADORES	3	9
REGISTO DE ELEVADOR	16	136
Total	647	1239

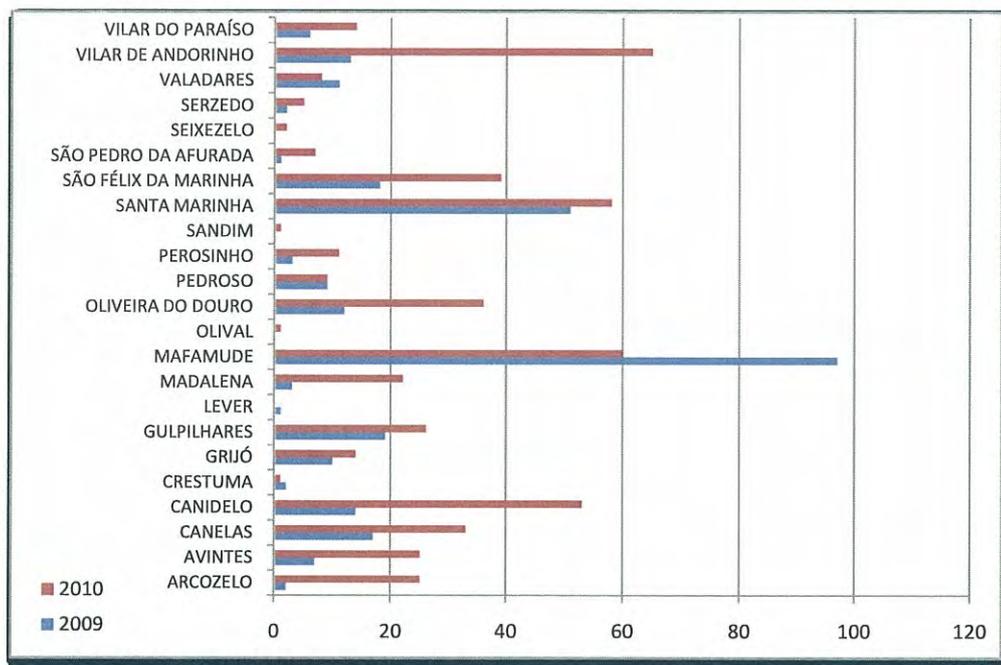
Em relação ao ano de 2009 verificou-se em 2010 um aumento de 91,5% no número total de requerimentos referente aos elevadores. Nos pedidos de inspecção periódica de elevadores, verificou-se em aumento de 29 %, assim como de 310 % nos pedidos de reinspecção.

Em 2010 existiu um acréscimo considerável no registo de novos processo de elevadores, devido ao facto de terem sido alterados os procedimentos administrativos, uma vez que aquando da emissão da licença de utilização é realizado o registo de um novo processo de elevadores, para todos os casos em que não exista registo nas aplicações informática de urbanismo.

TAB. 6 – N.º Total de novos processos de elevadores por freguesia (2009 e 2010)

FREGUESIA	2009	2010	FREGUESIA	2009	2010
ARCOZELO	2	25	PEDROSO	9	9
AVINTES	7	25	PEROSINHO	3	11
CANELAS	17	33	SANDIM	0	1
CANIDELO	14	53	SANTA MARINHA	51	58
CRESTUMA	2	1	SÃO FÉLIX DA MARINHA	18	39
GRIJÓ	10	14	SÃO PEDRO DA AFURADA	1	7
GULPILHARES	19	26	SEIXEZELO	0	2
LEVER	1	0	SERMONDE	0	0
MADALENA	3	22	SERZEDO	2	5
MAFAMUDE	97	60	VALADARES	11	8
OLIVAL	0	1	VILAR DE ANDORINHO	13	65
OLIVEIRA DO DOURO	12	36	VILAR DO PARAÍSO	6	14

Total	2009	2010
	298	515



GRAF.3 – Comparativo de processos de elevadores para os anos de 2009 e 2010

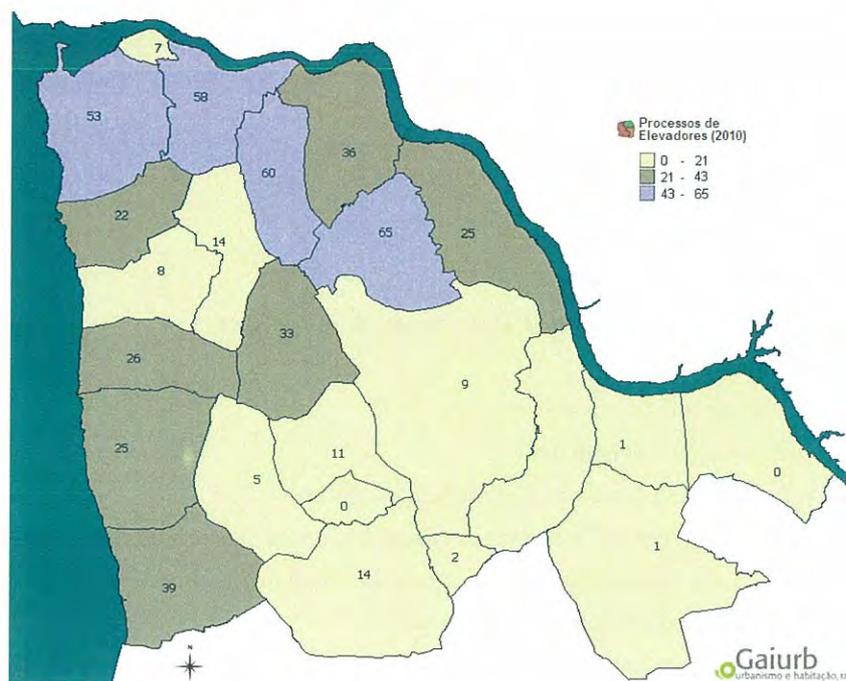


FIG.5 – Distribuição espacial dos processos de elevadores por freguesia (2010)

FICHAS TÉCNICAS DE HABITAÇÃO

A validação automática e realização de cópias das Fichas Técnicas de Habitação representam um grande volume de trabalho administrativo.

No ano de 2010 foram validados 23.852 páginas correspondendo a um total de 1.175 requerimentos de fichas técnicas de habitação.

NÚMEROS DE POLÍCIA

No âmbito dos processos de número de polícia e certidões, de Janeiro a Julho de 2010 (período da responsabilidade do DIG na gestão dos nºs de polícia) foram emitidas 201 informações.

Para além da análise do processo é indispensável uma deslocação ao campo para verificação dos vários atributos inventariados e é realizado registo fotográfico.

ALVARÁS DE LOTEAMENTO

A disponibilização da informação relativa aos alvarás de loteamento adopta uma série de procedimentos realizados no DIG:

- a) Recepção do processo;
- b) Inserção de dados na BD;
- c) Atribuição de nova charneira;
- d) Criação de pasta digital;
- e) Digitalização do texto do alvará e das peças desenhadas;
- f) Georreferenciação;
- g) Criação de quadro de áreas;
- h) Compactação dos ficheiros;
- i) Actualização do ficheiro de identificação dos lotes;
- j) Compatibilização da informação digital fornecida pelo requerente com as peças desenhadas apresentadas no processo do alvará de loteamento;
- k) Actualização da informação no GISMAT;
- l) Actualização da informação no ATENDIMENTO/PLANTAS.



No ano de 2010 foram organizados 159 processos de alvarás e aditamentos, distribuídos por freguesia da seguinte forma:

TAB.8 – N.º total de alvarás e aditamentos por freguesia (2010)

FREGUESIA	ALVARÁS	ADITAMENTOS	TOTAL
ARCOZELO	2	13	15
AVINTES	1	5	6
CANELAS	0	19	19
CANDELO	3	21	24
CRESTUMA	0	1	1
GRIJO	0	11	11
GULPILHARES	2	4	6
LEVER	0	2	2
MADALENA	2	10	12
MAFAMUDE	0	6	6
OLIVAL	0	3	3
OLIVEIRA DO DOURO	0	5	5
PEDROSO	0	10	10
PEROSINHO	0	2	2
S. FELIX DA MARINHA	0	6	6
S. PEDRO DA AFURADA	0	0	0
SANDIM	0	0	0
SANTA MARINHA	0	4	4
SEIXEZELO	0	1	1
SERMONDE	0	0	0
SERZEDO	0	5	5
VALADARES	0	8	8
VILAR DE ANDORINHO	0	7	7
VILAR DO PARAISO	2	4	6
Total	12	147	159

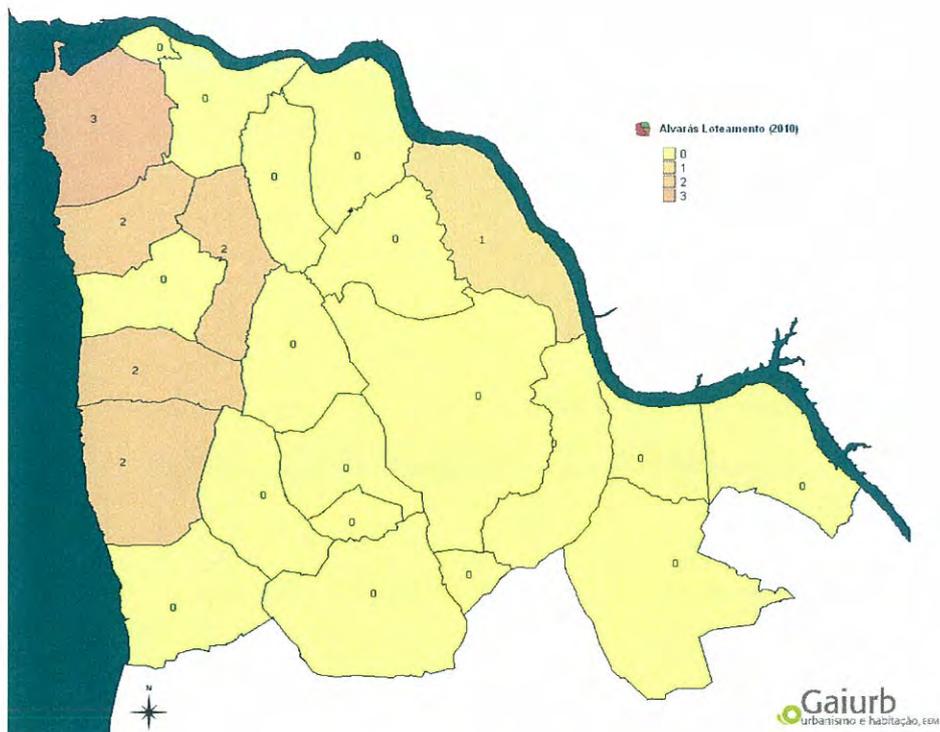


FIG.6 – Distribuição espacial do número total de alvarás por freguesia (2010)

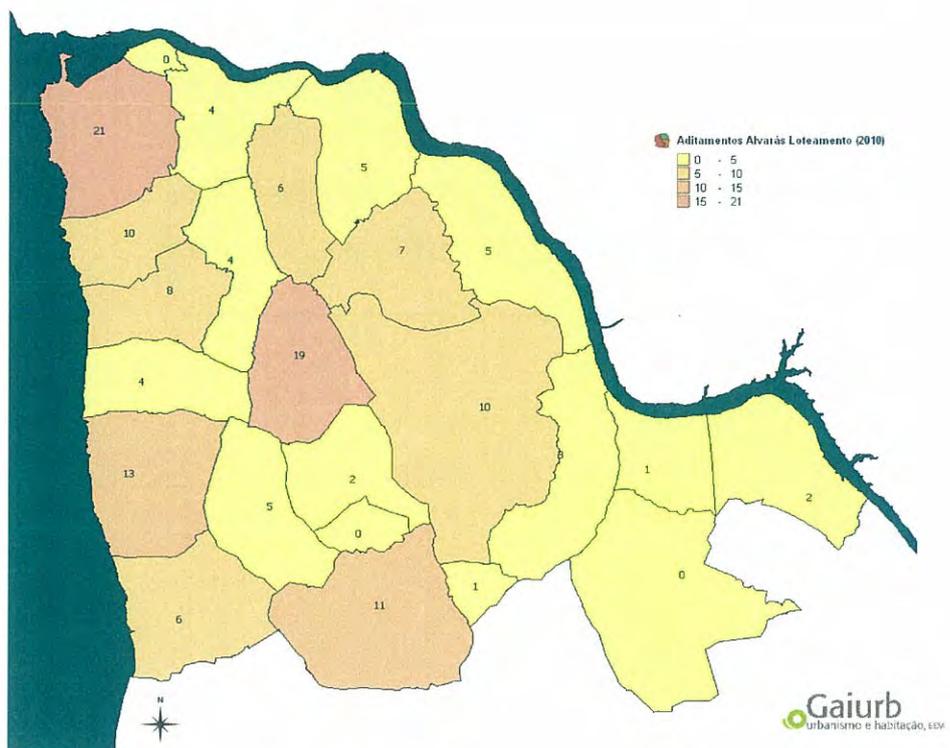


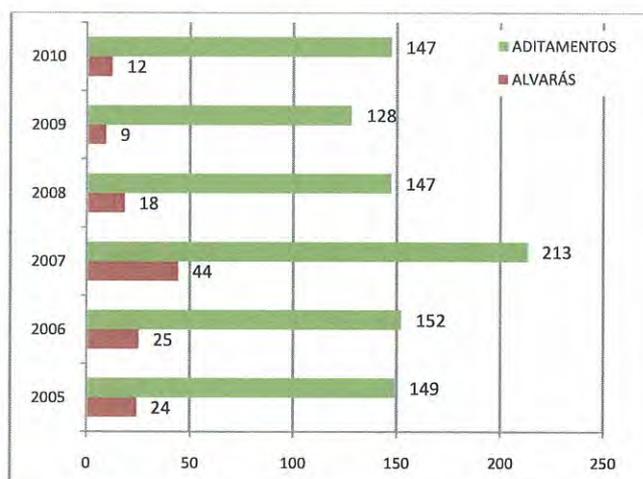
FIG.7 – Distribuição espacial do número total de aditamentos por freguesia (2010)

1. EVOLUÇÃO DOS ALVARÁS DE 2005 A 2010.

Comparativamente a 2009 no ano de 2010 regista-se um acréscimo de mais 3 alvarás de loteamento e 19 aditamentos a alvarás de loteamento, correspondendo a um aumento de 30% e 15% respectivamente.

TAB.8 – Numero total Alvarás e Aditamentos De 2005 a 2010

ANO	ALVARÁS	ADITAMENTOS	TOTAL
2005	24	149	173
2006	25	152	177
2007	44	213	257
2008	18	147	165
2009	9	128	137
2010	12	147	159
Total	132	936	1068



GRAF.4 – Alvarás e aditamentos (2009 e 2010)

ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS EM FORMATO DIGITAL, GEORREFERENCIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS

Os levantamentos topográficos e processos em formato digital, são disponibilizados pelo DIG na rede informática, com acesso geral de leitura a todos os utilizadores.

Em 2010 foram disponibilizados **2.224 requerimentos** de processos com informação digital, dos quais **979** são referentes a processos novos do ano de 2010.

TRABALHOS DE APOIO CARTOGRÁFICO, DOCUMENTAL E FORMAÇÃO

O departamento de informação geográfica responsável pela informação cartográfica da empresa, presta serviços para as restantes entidades externas, departamento municipais e empresas municipais, nomeadamente nas áreas de apoio cartográfico, documental, desenvolvimento de aplicações e formação.

- Durante o mês de Maio o Departamento de Informação Geográfica (DIG) realizou 9 sessões de formação da aplicação GISMAT para todo o universo de utilizadores na Gaiurb.
- No dia 23 de Junho o DIG realizou na assembleia municipal, uma sessão pública aberta a todos os serviços do município, sobre os procedimentos e mudança de sistema de referência cartográfico.
- De Julho a Dezembro de 2010 foram realizados 82 trabalhos de apoio cartográfico para as várias entidades externas e departamentos municipais, nomeadamente:

TAB.10 – Número total de pedidos internos

DEPARTAMENTOS	N.º PEDIDOS
CA - Conselho de Administração	1
Câmara Municipal	1
CMG - Chefe Div. Munc. Gestão Urbanística	2
CMG - Director Municipal Urbanismo	12
CMG - Presidente da Câmara	2
CMG - Secretariado de Apoio (DMU)	1
CMG- Fiscalização Urbanística	2
DFU	1
DFU - Director de Serviço	7
DFU - Secretariado de Apoio	1
DFU - UF Cidade	1
DFU - UF Frente de Rio	1
DFU - UF Interior	1
DGU - Departamento de Gestão Urbanística	2
DGU - Director de Gestão Urbanística	2
DGU - Gabinete Alinhamentos e Cadastro	1
DGU - UG Frente de Rio	1
DGU - UT Indústrias e Armazéns	2
DGU - UT Loteamentos	1
DIG - Director de Serviço	1
DPG - Director de Serviço	1
DPG - Unidade de Fiscalização	1
DRU - Unidade Técnica	1
GAJURB	1
SAP - Atendimento Público	9
Total	56

TAB.11 – Número total de pedidos a entidades externas

ENTIDADE EXTERNA	N.º PEDIDOS
Arquivo Municipal	1
Atchim - Jardim de Infância Lda.	1
Bombeiros Voluntários de Coimbrões	2
CELESTE DA GLORIA DE JESUS ALMEIDA SANTOS	1
CMG	1
Congregação das Testemunhas de Jeová de Canidelo	1
ESAP	2
Faculdade de Arquitectura da Lusíada	5
Faculdade de Engenharia do Porto	1
Gaia Social	1
IPL - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	1
José A. Fernandez e Luís Bernardez – Espanha	1
Junta de Freguesia de Canelas	1
Pelouro da Cultura	1
Presidente da Junta de Grijó	2
Presidente da Junta de Santa Marinha	1
Universidad de Alcalá – Madrid – Espanha	2
Universidade de Veneza – Italia – Espanha	1
Total	26

- Desde o dia 28 de Julho que toda a informação cartográfica de base, está disponível no novo sistema de referência cartográfica nacional (PT-TM06/ETRS89), após vários meses de estudo e conversão de informação cartográfica.



- Colaboração com o Departamento de Fiscalização na reformulação de procedimentos internos e externos da gestão dos processos de elevadores.
- Preparação em colaboração com o Departamento de Tecnologias de Informação (DTI) do documento com as linhas orientadores que a Gaiurb deseja para o Sistema de Informação Geográfica Municipal (DMSIG) e os modos de colaboração e disponibilização da informação para o sistema municipal.
- No dia 1 de Julho foi implementada a nova aplicação de **EMISSÃO DE PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO**, após uma fase de testes e formação aos funcionários.
- Disponibilização das PT's em formato digital (PDF) no *front-office*.
- Gestão corrente das aplicação informática geoespacial, GISMAT (Gestão Urbanística, Fiscalização e Publicidade), assim como de toda a informação cartográfica e temática que a suporta.
- Gestão corrente com montagem e georreferenciação dos processos de Urbanismo, Fiscalização e Publicidade, nas diferentes tipologias.
- Gestão corrente dos processos de elevadores.
- Apoio técnico à administração e direcção municipal na elaboração de documentos técnicos especializados.
- Apoio topográfico aos departamentos da empresa, e densificação da rede de apoios topográficos do município de Vila Nova de Gaia.
- Apoio à realização de um estágio de mestrado da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e dois estágios curriculares da Escola Profissional de Gaia.
- Colaboração na reformulação e gestão dos conteúdos da página da Web.
- Disponibilização intranet de vídeos de ajuda e procedimentos para GISMAT
- Disponibilização de vídeos com modelos tridimensionais urbanos com registos históricos de evolução urbana, com visualização sobre o GISMAT
- Disponibilização dos processos em formato digital em pasta partilhada.
- Elaboração do regulamento interno de utilização dos equipamentos topográficos de posicionamento GPS/GNSS assim como a definição dos procedimentos de disponibilização temporária dos mesmos à DMSIG.
- Participação nas reuniões de trabalho do Sistema Municipal de Informação Geográfica (SMIG).
- Iniciados os procedimentos de preenchimento dos **Metadados** da informação cartográfica no servidor.

- Disponibilização *on-line* da lista de informação cartográfica a ceder, para fins académicos e científicos (colaboração com DTI e DMU), para apoio às inúmeras solicitações de pedidos nacionais e internacionais, estando esta informação disponível em quatro línguas.
- Realização do levantamento de campo para a Fiscalização dos elevadores, indústrias, parques infantis e abastecimento de combustíveis. Realização de Manual de levantamento de campo e apoio à implementação da aplicação informática *On-Site GIS*, produzida pela Gaiurb, EEM.
- Preparação juntamente com o DTI e DPU de uma proposta de serviços da empresa.
- Organização e gestão do serviço de SANEAMENTO E CONSULTAS
- Apresentação a empresas privadas e instituições de ensino superior e secundário das metodologias de trabalho no DIG e a mais-valia da informação geográfica territorial.

Em conclusão, dos 12 pontos propostos nos Instrumentos de Gestão Provisional (IGP) de 2010, apenas dois deles não foi possível de concretizar, por motivos de ordem técnica e decisão geral da empresa, nomeadamente, a prestação de serviços de posicionamento topográficos e GPS, assim como a requisição de plantas topográficas *on-line*, no entanto neste último a aplicação informática estar preparada para suportar este serviço *on-line*.

Várias outras tarefas foram realizadas durante o ano de 2010 que não estavam previstos no IGP 2010, já referidos no presente relatório de actividades de 2010 do Departamento de Informação Geográfica.



DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

Compete ao Departamento de Planeamento Urbanístico (DPU) constituir-se como base estratégica das actividades da GAIURB urbanismo e habitação EEM estabelecendo os princípios orientadores, o desenho para o desenvolvimento sustentado do território que propiciem a sua gestão eficiente e racional. *As actividades desenvolvidas durante o ano de 2010 no Departamento de Planeamento Urbanístico (DPU) distribuem-se pelas seguintes áreas temáticas:*

- A. PDM – FASE PÓS-PUBLICAÇÃO
- B. REN E RAN
- C. PLANEAMENTO SUPRAMUNICIPAL
- D. PMOTS
- E. UNIDADES DE EXECUÇÃO
- F. ESTUDOS URBANÍSTICOS
- G. OUTROS ESTUDOS DE PLANEAMENTO
- H. ACTIVIDADES COMPLEMENTARES
- I. OUTRAS TAREFAS PERMANENTES DURANTE 2010
- J. ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS
- K. FORMAÇÃO

A. PDM - FASE PÓS-PUBLICAÇÃO

1. Monitorização do PDM

Conforme previsto no número 1) do artigo 144º do RJGT “As entidades responsáveis pela elaboração dos instrumentos de gestão territorial promovem a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos, bem como, relativamente aos planos sujeitos a avaliação ambiental, dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos imprevistos e aplicar as necessárias medidas correctivas previstas na declaração ambiental.”

À semelhança do que se passa a nível nacional, com o Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) e sua articulação com o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo, a Gaiurb, EEM tem vindo a desenvolver as correspondentes estruturas ao nível municipal: o Sistema Municipal de Informação Territorial (SMIT) e o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo de V. N. Gaia, que permitem corresponder às solicitações da DGOTDU.

Estas estruturas têm como objectivo a monitorização e avaliação da execução dos planos e da qualidade de vida do concelho de V. N. Gaia, através da recolha, tratamento e divulgação de informação de carácter estatístico, técnico e científico relevante para a elaboração dos relatórios bi-anuais do estado de ordenamento do território e ambiente. O fornecimento da informação é assegurado ao nível interno pelo DPU, DIG e DTI, e ao nível externo pelas restantes empresas municipais, CMG, instituições públicas e privadas, e por colaborações Ibéricas ao nível do Eixo-Atlântico.

2. Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT)

Em 2010 iniciou-se a preparação do Relatório do Estado de Ordenamento do Território (REOT), documento a elaborar de 2 em 2 anos, que pretende sintetizar as principais evoluções do território de Vila Nova de Gaia desde a entrada em vigor do actual PDM, ou seja, desde Agosto de 2009.

Os indicadores constantes no REOT resultam da implementação do SMIT, responsável pela monitorização dos PMOT's em vigor, assim como pela divulgação dos seus conteúdos na internet. Neste relatório serão igualmente apresentados os

resultados da Monitorização Ambiental, cujo enfoque se traduz no controlo do cumprimento da Declaração Ambiental resultante da Avaliação Ambiental Estratégica realizada durante o processo de revisão do PDM.



B. REN E RAN

Elaboração do dossier de rectificação da Reserva Ecológica Nacional (REN), propondo a eliminação do sistema "Praia" ao longo das margens do Rio Douro. Uma rectificação que não constitui uma exclusão à REN uma vez que as áreas em apreço integram a REN em áreas delimitadas como "áreas ameaçadas pelas cheias e áreas de máxima infiltração".

C. PLANEAMENTO SUPRAMUNICIPAL

1. Mobilidade e transportes

Produção de informações/pareceres sobre o Traçado de Alta Velocidade, a expansão da linha de metro e o traçado da A32-IC2.

2. Participação no processo de revisão dos Planos Directores Municipais de Gondomar e de Santa Maria da Feira.

D. OUTROS PMOTS

1. PU da SOENGA, Coimbrões

A elaboração do Plano de Urbanização da Soenga, incidindo numa área localizada no lugar de Coimbrões, freguesia de Santa Marinha, resulta da deliberação da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ocorrida na Reunião Pública de 25 de Novembro de 2009, na qual foram aprovados, por unanimidade, a delimitação da área e os termos de referência do plano.

O objectivo deste plano é estruturar a ocupação prevista, considerando a qualificação do tecido existente a manter, bem como a regulação da transformação das áreas actualmente deprimidas.

A área-plano abrange cerca de 3,3 hectares e situa-se na plataforma Cidade, e incluindo-se integralmente em perímetro urbano.

Neste contexto o plano destina-se a estabelecer uma disciplina supletiva ao PDM em vigor, relativamente a usos e edificabilidade para os dois quarteirões integrados na área-plano.

2. Depósito de PMOTs

O RJIGT, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro, estabelece no seu artigo 150º, o depósito legal obrigatório dos Instrumentos de Gestão Territorial na DGOTDU. Deste modo, procedeu-se, em 2010, à elaboração dos dossiers com todos os elementos necessários para o depósito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território relativos: à alteração do regulamento do PDM, publicado em DR em 26 de Janeiro de 2009; ao Plano de Urbanização da Barrosa, publicado em DR em 13 de Janeiro de 2009.

E. UNIDADES DE EXECUÇÃO

1. Lançamento e preparação técnica das Unidades de Execução (UE) OD3 - VL10, OD4 - Quebrantões, AR1 - Arcozelo, CD1 - Litoral de Salgueiros, MD3 – Parque da Ribeira de Atiães e SF3 – Área Industrial de São Félix.

F. ESTUDOS E PROJECTOS URBANÍSTICOS

Durante o ano de 2010 foram desenvolvidos os seguintes Estudos e Projectos Urbanísticos:

1. VALORIZAÇÃO E REORDENAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO DO LITORAL DE GAIA - Projecto de Recuperação do Corredor Ecológico da Ribeira de Atiães (Madalena).

O projecto enquadra-se no concurso de candidaturas ao Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, no domínio das “Acções de Valorização do Litoral” integradas no Objectivo Específico “Valorização e Qualificação Ambiental” do Eixo Prioritário III “Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial”.



O projecto de Recuperação do Corredor Ecológico da Ribeira de Atiães (Madalena) abrange uma área com cerca de 1,6 hectares, a Sul da Rua do Cerro, e integra a renaturalização das margens da ribeira, a requalificação ambiental dos espaços verdes adjacentes e a implementação de via ciclo-pedonal.

Sob a forma de projecto de execução, a presente proposta foi formulada no sentido de dar resposta ao objectivo de recuperação ecológica da Ribeira de Atiães e, simultaneamente, contemplar outras intervenções ao nível da reabilitação ambiental, em concreto através do desenho dos espaços verdes e da utilização de materiais de pavimentação adequados à envolvente imediata, nomeadamente nos percursos pedonais e cicláveis que respectivamente se localizam em contexto urbanizado ou em áreas verdes.

2. Quinta do Outeirinho

Elaboração do estudo de enquadramento urbanístico para a Quinta do Outeirinho (Olival) – um modelo de actuação em áreas de transição.

3. VL1 - desenvolvimento do estudo urbanístico da área envolvente à VL1 e análise do traçado da via em fase de ante-projecto.

4. Proposta de lançamento da UOPG AR1 – ampliação do campo de golfe de Miramar.

5. Elaboração da proposta de estruturação da malha e tecido urbano no litoral de Canidelo e Madalena.

6. Elaboração de estudos de alinhamento e cêrcea no âmbito dos processos de gestão urbanística: Av. da Beira Mar (Canidelo e Madalena), Rua da Bélgica e Rua do Cerro.

G. OUTROS ESTUDOS DE PLANEAMENTO

1. PMDFCI

No âmbito dos trabalhos de revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), foi elaborada a revisão da cartografia de risco – mapa de perigosidade - e respectiva nota explicativa. Este documento apresenta a problemática que suscitou a necessidade de revisão do referido plano, o âmbito da sua revisão, assim como a metodologia de trabalho seguida. Posteriormente

procedeu-se à definição das “Regras para a implantação de novas edificações em espaço rural”, tal como previsto da legislação referente ao Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios.

2. Estudo de Enquadramento Estratégico para a Valorização e Reordenamento do Espaço Público do Litoral de Gaia

O Departamento de Planeamento Urbanístico elaborou e apresentou em Novembro de 2010, o Estudo de Enquadramento Estratégico para a Valorização e Reordenamento do Espaço Público do Litoral de Gaia, com vista à fundamentação e enquadramento das propostas de candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

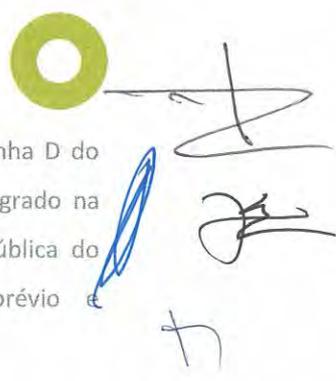
O estudo consta de relatório e plano de acção integrada no domínio do ordenamento do território, fiscalização, vias municipais, mobilidade, parques de estacionamento, higiene pública e salubridade, espaços verdes e protecção dunar.

Os vários níveis de actuação propostos reflectem a complementaridade entre a qualificação da faixa costeira e a sua consolidação como espaço urbano, assumindo este conceito como vector estratégico no modelo de desenvolvimento municipal. Com base nesta realidade visa-se concretizar a vocação de Gaia como Cidade Atlântica, potenciando a singularidade e excelência deste território segundo um referencial de sustentabilidade.

Enquadram-se assim várias acções propostas a candidatura, entre as quais os projectos de execução produzidos pela Gaiurb EEM referentes à “Recuperação do Corredor Ecológico da Ribeira de Atiães (Madalena)”, elaborado pelo Departamento de Planeamento Urbanístico, e às intervenções na Rua do Cerro e na Avenida de Sacadura Cabral integradas na “Construção do Percurso Ciclo-Pedonal entre a Aguda e Canidelo”, elaborados pelo Departamento de Reabilitação Urbana.

3. Participação e acompanhamento de Planos Estratégicos (PE)

- a. Encostas do Douro – PEDED.
- b. Prolongamento da Avenida da República até ao mar – requalificação do remate sul da cidade de Gaia.

- 
4. Elaboração do parecer técnico sobre o projecto de prolongamento da Linha D do Metro do Porto – Santo Ovídio/Vila D'Este e Trecho da futura VL3 (integrado na expansão da rede de metro ligeiro da AMP), no âmbito da consulta pública do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do estudo prévio e desenvolvimento do projecto.

H. ACTIVIDADES COMPLEMENTARES

1. No âmbito da estratégia de diversificação e divulgação das actividades empresariais da Gaiurb EEM, foram desenvolvidos, em parceria entre os Departamentos de Planeamento Urbanístico e de Reabilitação Urbana, as candidaturas aos concursos públicos lançados pela Polis Litoral Norte relativos à Requalificação da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo - Núcleo do Cabedelo e à Requalificação e Revitalização da Frente Ribeirinha de Caminha.

a. Projecto de Requalificação e revitalização da frente ribeirinha de Caminha

A proposta apresentada apostou na continuidade do plano fluvial, mediante o enterramento da via, trabalhando o rio com a cidade, diminuindo a pressão da circulação sobre a marginal e definindo um novo espaço que permitisse o usufruto da urbe, da natureza e da cultura. Sobre o parque de estacionamento propôs-se uma grande praça onde se implantaria um edifício multifuncional (mercado, correio, comércio e restauração). Foi dada especial atenção à articulação entre as cotas alta e baixa através da criação de pontos de contacto com o rio - anfiteatros, percursos pedonais, cais dos pescadores e locais de estadia. Em termos ambientais apostou-se na re-naturalização das margens e na definição de percursos pedonais e cicláveis pontuados por pequenos momentos - locais de estadia, equipamentos, serviços, praças - que se assumem como nós de amarração entre a cidade e o rio. Ao nível da mobilidade a proposta integrava-se na concretização da "grande rota" ciclável do litoral norte, que permite ligar, de forma contínua, os concelhos de Caminha, Viana do Castelo e Esposende.

b. Projecto de Requalificação da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo - Núcleo do Cabedelo

A proposta apresentada teve como objectivos estratégicos: potenciar as características naturais do local ao nível da sua rentabilização económica sustentável e do seu usufruto público - Vento, Praia, Pinhais litorais; potenciar os recursos económicos instalados ao nível das empresas de energias renováveis - Cluster das Eólicas; integrar os valores locais ambientais e de património cultural - pontos de interesse paisagístico e ambiental (Monte do Galeão, Parque Ecológico Urbano de Viana do Castelo, Monte de Santa Luzia, Ecovias do Rio Lima e Ecovia do Litoral prevista no PLN), património arquitectónico (incluindo o Centro Histórico de Viana do Castelo) e sítios arqueológicos; promover a diversificação da oferta turística, como actividade económica sustentável complementar às actividades náuticas e balneares - desportos náuticos (surf, windsurf e kitesurf), navegação de recreio e lazer (marinas), turismo balnear, campismo, novas tipologias de empreendimentos hoteleiros; programar a requalificação arquitectónica e infraestrutural do espaço público (a nível da paisagem urbana e da rede de novas tecnologias de comunicação), complementada pela dotação de novos equipamentos.

2. Actualização de infra-estruturas de referenciação geográfica do Instituto Nacional de Estatística referente aos censos de 2011, nomeadamente quanto à delimitação das subsecções estatísticas; subdivisão dos lugares, das vilas, ou da cidade; e à utilização da CAOP como delimitação base/prévia das Freguesias.
3. Elaboração da proposta de reestruturação da informação constante do separador “Instrumentos de Gestão Territorial” no GISMAT e no WEBSITE GAIURB.
4. Preparação de duas candidaturas aos Prémios Novo Norte, organizado pela CCDR-N, nas categorias ‘Norte Civitas’ e ‘Norte Sustentável’.
5. Comunicações e Work-Shops
 - a. Participação com comunicação no Encontro anual da Ad Urbem - “Avaliação da programação estratégica definida em PDM: o caso particular da programação das áreas de expansão urbana com recurso à função monitorização”
 - b. WORK-SHOP – Espaço Público em GAIA. O DPU acolheu a visita de um grupo de estudantes universitários e professores da ENSAN (École Nationale Supérieure



d'Architecture de Nantes), integrada na sua viagem de estudo à área metropolitana do Porto, e promoveu o Work-Shop – “O rio como espaço público”.

I. OUTRAS TAREFAS PERMANENTES DURANTE 2010

1. Foram desenvolvidas propostas e avaliações de pretensões constantes de processos em curso na gestão urbanística ou decorrentes de outras expectativas. A colaboração entre departamentos da Empresa foi assumida como uma das actividades fundamentais do DPU, a par da elaboração de propostas de estruturação urbanística consideradas oportunas, e que em conjunto visam garantir uma eficiente gestão do território, devidamente apoiada nas estratégias pré-definidas para o concelho de Vila Nova de Gaia.
2. Edição e disponibilização de informação sobre o Concelho a outros Departamentos e a entidades externas, quer institucionais, quer particulares.
3. Acompanhamento do processo de “Actualização da Infraestrutura Referenciação Geográfica do INE/Censos 2011.”

Preparação de documento sobre “Correcção de Limites de Freguesia” elaborado com o fim de esclarecer os Presidentes de Junta de Freguesia sobre os procedimentos exigidos pelo IGP para corrigir os limites de freguesia.

J. ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS

No sentido de aproximar as culturas universitária e empresarial, o DPU, no ano de 2010, acolheu e acompanhou 1 estagiário do Mestrado Integrado em Engenharia Civil da Faculdade de engenharia da Universidade do Porto e 1 estagiário à Ordem dos Arquitectos, no âmbito de uma política de cooperação que visa promover a produção e transferência de conhecimento.

K. FORMAÇÃO

1. Curso prático sobre o RIUE: Alterações do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação introduzidas pelo DL n.º26/2010 de 30 de Março.
2. Valorização de Sítios Arqueológicos: (Re)Criação de Cenários, PMA.
3. Seminário sobre Defesa da Floresta Contra Incêndios, Governo Civil do Porto.
4. América do Sul, Internacionalização e Energia: Novos Mercados e Novas Oportunidades para a Região Norte, CCDR-N.
5. 6ª URBAVERDE – Feira do Mercado das Cidades.
6. “Europa 2020 – Nova Estratégia, Novos Instrumentos de Financiamento”, CCDR-N.
7. Participação na Conferência anual do ON.2, Programa Operacional Regional do Norte.

ENQUADRAMENTO

A actuação dos serviços de gestão urbanística, apesar de assente num modelo consolidado, quer em termos funcionais e procedimentais, quer ao nível do quadro de recursos humanos da Gaiurb, EEM, não se pode dissociar da moldura legal conferida pelo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, pelo programa Simplex, bem como do panorama imobiliário geral. Em 2010 pretendeu-se perspectivar alguns ajustes no sentido da simplificação, agilização e optimização de alguns modos de procedimento, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos beneficiários directos deste serviço.

Em termos económicos e financeiros mantém-se a tendência já constatada em anos anteriores, de abrandamento nos processos de edificação, bem como no aumento da selectividade no mercado imobiliário. Neste contexto, onde claramente ganham destaque os empreendimentos que ascendem a um grau qualitativo superior, confirma-se também um cenário de estabilização na actividade dos serviços de gestão urbanística, principalmente ao nível do número de entrada de novas pretensões.

ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO

O Departamento de Gestão Urbanística em termos organizativos está dividido em cinco unidades de gestão que permitem por um lado o agrupamento de freguesias com características morfológicas e geográficas similares, e cinco unidades técnicas de gestão cuja actuação é transversal às referidas unidades de gestão, embora com tratamento autónomo dado a sua especificidade, introduzindo uma escala adequada ao tipo de apreciação específica em causa.

Esta organização permite a estas unidades uma sistematização eficiente de recursos de apreciação processual, pelo acumular de experiência e conhecimento territorial e pela especificidade das operações urbanísticas no sentido de garantir equidade, transparência e rigor na análise dos pedidos.

UNIDADES DE GESTÃO

8. Centro Histórico
9. Cidade
10. Litoral
11. Interior
12. Frente de Rio

UNIDADES TÉCNICAS GESTÃO

13. Loteamentos
14. Licenciamentos
15. Industrias e Armazéns
16. Estabelecimentos
17. Gabinete de Alinhamentos e Cadastro

COMPETÊNCIAS

De um modo geral compete ao Departamento de Gestão Urbanística coordenar e assegurar a compatibilização dos projectos de operações urbanísticas aos instrumentos eficazes de gestão territorial, à legislação e normativos legais aplicáveis e ao modelo de desenvolvimento urbanístico do Município, destacando-se nomeadamente:

- Appreciar e informar pedidos de informação, pedidos de informação prévia, comunicações prévias, pedidos de licenciamento, operações de loteamento, pedidos de Autorização de Alteração de Utilização;
- Fornecer os dados para a liquidação de taxas devidas no âmbito do urbanismo;
- Appreciar e informar pedidos de informação, pedidos de informação prévia, comunicações prévias, pedidos de licenciamento, operações de loteamento, pedidos de certidão de destaque de parcela;
- Appreciar pedidos de averbamento, prorrogação, licenças, substituição de técnicos;
- Aconselhamento técnico;



- Definir condições técnicas;
- Controlar prazos de apreciação de processos;
- Atendimentos ao público;
- Disponibilização de informação articulada com outros departamentos;
- Resposta a solicitações externas, nomeadamente ao tribunal e serviços de finanças.

Dentro das especificidades das Unidades Técnicas de Gestão destacam-se ainda as seguintes competências:

UNIDADE TÉCNICA DE LOTEAMENTOS

- Licenciamento de operações de loteamento;
- Alterações aos Alvarás de Loteamento;
- Emissão de Certidões que conduzem à alteração da configuração cadastral dos prédios.

UNIDADE TÉCNICA DE LICENCIAMENTOS

- Verificação dos projectos de especialidades;
- Elaboração de 2º despachos;
- Emissão de Alvarás;
- Informação da caducidade dos pedidos;
- Medição dos projectos;
- Licenciamento da instalação de armazenamento de combustíveis;
- Promoção das consultas às entidades externas.

UNIDADE TÉCNICA DE ESTABELECIMENTOS

- Apreciação de Estabelecimentos de Restauração e Bebidas;
- Apreciação de Estabelecimentos abrangidos pelo D.L370/99 e pelo D.L 259/07;

- Parecer sobre a viabilidade de Instalação de actividades económicas;
- Emissão de certidões;
- Apreciação dos empreendimentos turísticos e de alojamento local;
- Instalação de recintos de espectáculos e/ou divertimentos públicos.

UNIDADE TÉCNICA DE INDUSTRIAS E ARMAZÉNS

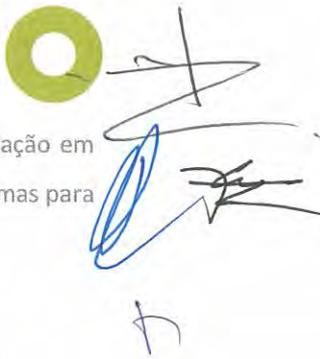
- Apreciação das operações urbanísticas destinadas a indústria/armazém;
- Apreciação da instalação/exploração de estabelecimentos industriais Tipo 3;
- Apreciação das infra-estruturas de suporte de radiocomunicações;
- Vistorias aos estabelecimentos industriais, no âmbito do regime jurídico do exercício da actividade industrial.

GABINETE DE ALINHAMENTOS E CADASTRO

- Emissão de Certidões;
- Elaboração de estudos de estruturação viária e definição alinhamentos em vias municipais;
- Georreferenciação;
- Elaboração de Projectos de Loteamentos Municipais;
- Alteração de Alvarás de Loteamentos Municipais;
- Apoio Técnico ao Departamento de Fiscalização.

OBJECTIVOS

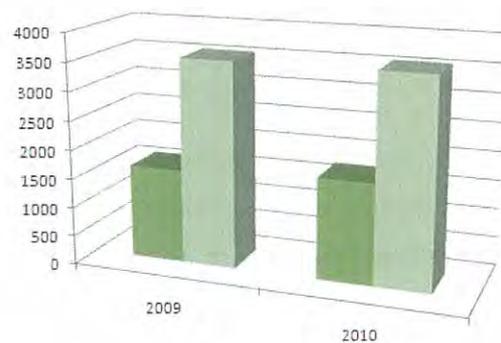
No âmbito das acções preconizadas no ano de 2010, o Departamento apostou na continuidade de todo o trabalho que tem vindo a ser efectuado, com vista a uma evolução permanente ao nível da simplificação e eficiência de procedimentos de forma a dar resposta às necessidades imediatas dos beneficiários directos deste serviço, destacando-se os seguintes aspectos:

- 
18. Actualização permanente da informação on-line com a divulgação da legislação em vigor afecta às operações urbanísticas bem como os requerimentos e as normas para instrução dos processos;
 19. Estabelecer on-line um conjunto de respostas a perguntas frequentes;
 20. Disponibilização on-line de um conjunto de informação geográfica digital para ser utilizado pelos alunos, docentes e investigadores nos seus trabalhos académicos e de investigação científica. Promovendo o reforço da cooperação técnico-científica e a criação de uma plataforma de intercâmbio de informação com as instituições de ensino;
 21. Rapidez na marcação dos atendimentos técnicos e rigor na informação transmitida, com o intuito de reduzir o número médio de atendimentos;
 22. Promover uma análise simples, eficaz e rigorosa das operações urbanísticas com o único objectivo de assegurar uma adequada e rápida intervenção física no território em conformidade com os instrumentos de gestão territorial e com a restante legislação em vigor;
 23. Diminuição do tempo de apreciação dos processos administrativos garantindo o cumprimento dos prazos legais e regulamentares previstos;
 24. Simplificação dos procedimentos Administrativos e rapidez na resposta aos pedidos apresentados, tendo como exemplo a emissão dos Alvarás de Licença de Construção em 24h;
 25. Acompanhamento e actualização de Regulamentos Municipais;
 26. Preparação do Guia do Múncipe com o intuito esclarecer as solicitações dos requerentes e dos técnicos ao nível dos procedimentos para a realização de obras, licenciamentos específicos, ocupação do espaço público e licenciamento de publicidade, dando a conhecer ainda os circuitos internos dos pedidos, documentação e outras questões associadas ao objecto da Empresa;
 27. Continuidade da aposta na formação dos colaboradores da Gaiurb, EEM.

Esta permanente informação dos beneficiários directos deste Serviço, a simplificação dos procedimentos e a redução dos tempos de apreciação, na economia actual, são uma forma de cativar a atenção de quem pretende intervir no território com eficácia, eficiência e qualidade.

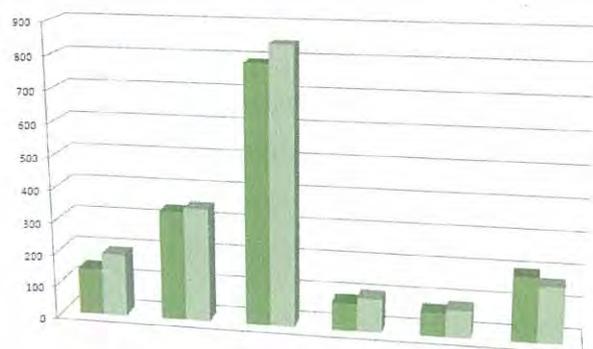
GESTÃO URBANÍSTICA EM 2010

O panorama de crise financeira vivido durante o ano de 2009, que se mantém durante o ano de 2010, conjuntamente com as sucessivas alterações da moldura legal de licenciamento e respectivos procedimentos, perpétua o clima de retracção grave destes dois últimos anos.



	2009	2010
Operações urbanísticas	1625	1747
Certiões	3563	3577

Durante o exercício de 2010 deram entrada na Empresa 1747 processos referentes a Pedidos de Informação Simples, Pedidos de Informação Prévia, Comunicações Prévias, Declarações Prévias, Pedidos de Licenciamento, verificando-se um ligeiro acréscimo face ao ano de 2009.

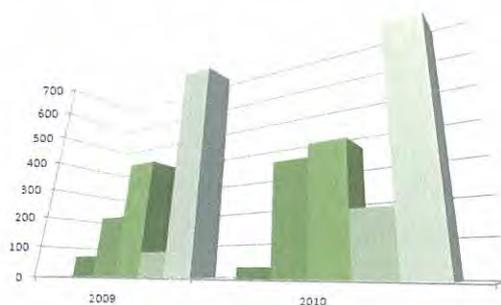


	Comunicações Prévias	Declarações Prévias	Pedidos de Licenciamento	Pedidos de Informação simples	Pedidos de Informação prévia	Outras operações
2009	144	336	790	85	72	196
2010	195	349	846	103	84	172



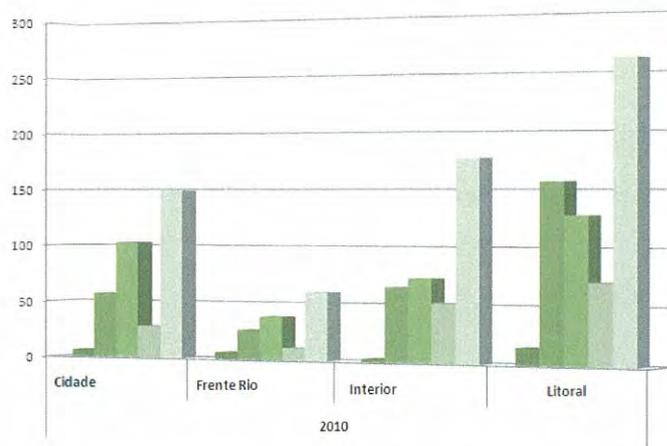
Resultantes da análise dessas operações urbanísticas, nomeadamente do Licenciamento de construções e da Admissão de Comunicações Prévias, foram emitidas 839 Licenças de Construção (somatório dos Alvarás de Construção e das Certidões de Admissão de Comunicações Prévias) e 647 Licenças de Utilização.

Em 2010 foi possível identificar um ligeiro acréscimo do número de Licenças para construção emitidas (somatório dos Alvarás de Construção e das Certidões de Admissão de Comunicações Prévias) em relação às Licenças para construção emitidas em 2009 (706), ao contrário do que aconteceu com a emissão das Licenças de Utilização.



	2009	2010
■ Aditamento	67	30
■ Alteração em obra	192	305
■ Construção	371	342
■ Comunicação Prévia	76	162
■ Utilização	673	647

Feito este balanço, em relação aos títulos emitidos pelo município, que permitem a transformação física do território, destaca-se um maior investimento por parte dos particulares na zona litoral do concelho, em detrimento das freguesias mais periféricas bem como das freguesias mais centrais.



2010				
	Cidade	Frente Rio	Interior	Litoral
Aditamento	6	6	3	15
Alteração em obra	57	26	65	157
Construção	103	38	73	128
Comunicação Prévia	28	11	52	71
Utilização	149	60	177	261

Como resultado final desta análise estatística ficam alguns casos concretos, de interesse relevante na transformação do território durante o ano de 2010:

APOIO DE PRAIA GRANJA - ARCOZELO





APOIO DE PRAIA CANIDELO

Antes



Depois

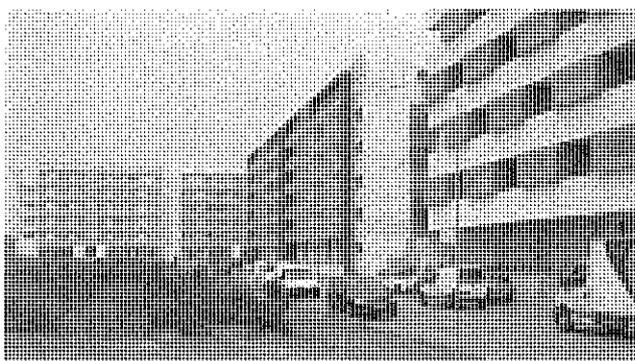
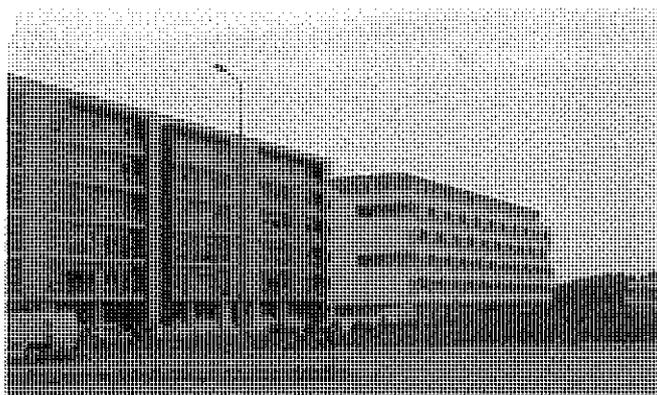
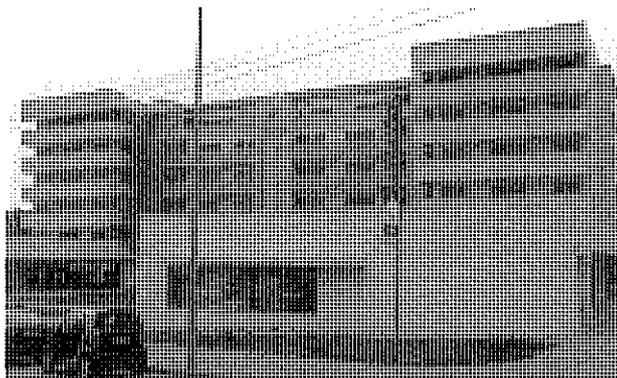


QUINTA DE FORBES MULTIFAMILIARES – ARCOZELO

Antes



Depois



ÁREA DE SERVIÇO/POSTO DE COMBUSTÍVEL – CANIDELO

Antes



Depois



ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA SAÚDE – SANTA MARINHA

Antes



Depois





HOTEL YEATMAN – SANTA MARINHA

Antes



Depois





EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR – CAIS DA FONTINHA, SANTA MARINHA

Antes



Depois





EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR – CAIS CAPELO IVENS, SANTA MARINHA

Antes



Depois





HEALTH CLUB VIRGIN ACTIVE – SANTA MARINHA

Antes



Depois



UNIDADE INDUSTRIAL CERISOL – SERZEDO

Antes



Depois



UNIDADE DE ARMAZENAGEM BESLIESING – CANELAS

Antes



[Handwritten signatures and scribbles in black and blue ink.]

Depois

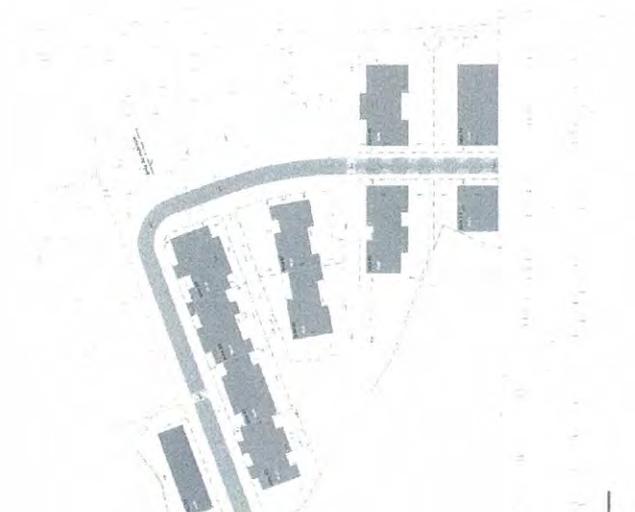


LOTEAMENTO VILAJAM – MAFAMUDE

Antes



Proposta



Depois





DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA

No exercício do ano **2010** ao Departamento de Reabilitação Urbana competiu, fundamentalmente aglutinar a vertente operacional e valências de projecto, donde, em síntese, decorre ser **missão do Departamento de Reabilitação Urbana:**

- Elaborar estudos e projectos urbanos e urbanísticos que visem a recuperação e reabilitação ou reconversão de áreas definidas com processo de transformação do solo urbanizado, nomeadamente as integradas no Centro histórico e em ACRRU;
- Elaborar projectos de requalificação do espaço público e de reabilitação e ou reconversão do edificado;
- Elaborar estudos e projectos de enquadramento e inserção integrada referentes aos estudos de reabilitação ou reconversão urbanística desenvolvidos ou outros que potenciem alteração expressiva na paisagem, de elementos de mobiliário e equipamento urbano, publicidade e sinalética
- Objectivar a dinâmica dos Serviços na promoção do desenvolvimento local, mediante a implementação, de forma direta ou indireta, da reabilitação e revalorização urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e de reconversão urbanística do Município:
- Assegurar a qualificação na criação de infraestruturas adequadas e de elevado nível de mobilidade e segurança;
- Acompanhar a execução de trabalhos e de obras na prestação de assistência técnica aos projectos e confirmar o cumprimento dos termos e das condições fixados a que devem obedecer.
- Elaborar estudos e projectos de enquadramento e inserção integrada referentes aos estudos de reabilitação ou reconversão urbanística desenvolvidos ou outros que potenciem alteração expressiva na paisagem, de elementos de mobiliário e equipamento urbano, publicidade e sinalética;
- Expor e oferecer a capacidade competitiva de prestação de serviços, enquadrada nestas valências de projecto, ao sector público e privado, no mercado nacional e externo, de forma a possibilitar uma permanente base de experimentação e de investigação profissional e colaborar para a sustentabilidade económica da Empresa

TRABALHOS DESENVOLVIDOS DURANTE O ANO 2010

REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO/SRU

O DRU tem a atribuição da tarefa de desenvolvimento de projectos de requalificação e de reconversão do espaço público dos arruamentos contidos nas Unidades de Intervenção Centro Histórico definidas, e a que correspondem uma unidade funcional ou estrutura urbana morfo-tipológica caracterizada, contidas nas candidaturas do Município de Vila Nova de Gaia ao QREN no Programa Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana, área de intervenção que se integra em Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) – e dos Documentos Estratégicos nele constantes elaborados por iniciativa da ‘Cidade Gaia – Sociedade de Reabilitação Urbana, EEM’.

Depois da entrega do QREN I, foram elaborados e entregues os Projectos de Execução de arquitectura dos arruamentos que integram o núcleo incluído na área de intervenção definida para a elaboração dos documentos estratégicos e sujeitas a candidatura do QREN II.

O núcleo II (QREN II) compreende 11 projectos, a que corresponde a área aproximada de 9.500m² e cerca de 1.650 metros de extensão:

- Rua do Pinhal, Escadas do Pedrosa, Rua Guedes Amorim, Rua da Mesquita, Rua da Fervença, Rua do Pilar, Rua Calçada da Serra, Rua do Casino da Ponte, Rua Cabo Simão (troço entre o Largo D. Luís e Rua Casino da Ponte).

Equipa – Rita Amaral, Marta Gomes e Joana Magalhães

Requalificação da Rua Cabo Simão

Dono da Obra – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia / Projectos 2013

Extensão: 600 metros ; Área: 2.700 m²

Projecto das Encostas do Douro – troço entre a Rua Casino da Ponte e o Largo da antiga Tinturaria da Beira – Santa Marinha



No âmbito do desenvolvimento do Projecto das Encostas do Douro foi atribuída ao DRU a elaboração do projecto de arquitectura para a requalificação do espaço público do troço da Rua Cabo Simão entre a Rua Casino da Ponte e Travessa Cabo Simão (freguesia de Santa Marinha).

Projecto de Execução concluído

Com a implementação das obras a Gaiurb, representada pelo DRU, autor do projecto de arquitectura, deverá prestar a assistência técnica aos respectivos projectos, durante todo o processo construtivo.

Valor estimado da obra:

Equipa – Rita Amaral, Marta Gomes e Joana Magalhães

Projecto de Requalificação da Rua Rocha Leão (Jardim do Morro)

Santa Marinha

Dono da Obra – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia /Águas de Gaia e Parque Biológico, EEM

Extensão: 300 metros ; Área: 2.680 m²

Projecto de execução concluído e entregue

Requalificação do espaço público e reestruturação funcional da rua Rocha Leão no contexto de acessibilidade e mobilidade ao Teleférico.

Equipa – Rita Amaral, Marta Gomes e Joana Magalhães

Projecto de Requalificação e Reutilização de Caminha

Município de Caminha

Participação em Concurso Público

Dono da Obra – Município de Caminha

Área: 12,6 há

Numa participação conjunta DRU/DPU a Gaiurb, EEM apresentou-se como candidata ao Concurso Público para a Elaboração do projecto de Requalificação e Reutilização de Caminha.

O projecto apresentado ficou classificado em 4º lugar no conjunto de 25 candidaturas, demonstrando-se inequívoca a disponibilidade e capacidade profissional dos elementos de ambos os departamentos e a elevada potencialidade que a Gaiurb, EEM possui, também na área de planeamento e projecto para, no mercado, público ou privado, se apresentar competitiva e inovadora, pois não era conhecida idêntica prestação de outra Empresa Municipal de Urbanismo em todo o país.

Equipa DRU – Rita Amaral, Marta Gomes e Joana Magalhães

Valorização e reordenamento do espaço público no Litoral

Dono da Obra – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Avenida Sacadura Cabral – Arcozelo

Extensão: 2.150 metros ; Área: 2,6 ha

Rua do Cerro – Madalena

Extensão: 680 metros ; Área: 8.100 m²

Projectos de Execução de Requalificação do espaço público concluídos e entregues

Com a implementação das obras a Gaiurb, representada pelo DRU, autor do projecto de arquitectura, deverá prestar a assistência técnica aos respectivos projectos, durante todo o processo construtivo.

Equipa – Rita Amaral, Marta Gomes e Joana Magalhães

Projecto de Requalificação Urbana da Marginal Atlântica

▪ CONCLUSÃO DE OBRA

Dono da Obra – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Extensão: 1.300 metros ; Área: 11,5 ha

Salgueiros / Madalena – Candidatura ao QREN

(Trabalho iniciado e concluído no Departamento de Paisagem Urbana)

O DRU tem garantido o acompanhamento técnico do projecto em obra.

Equipa – Rita Amaral, Marta Gomes e Joana Magalhães

Requalificação de Espaços Residuais na Marginal de Salgueiros

Canidelo

Projectos (4) de reestruturação do espaço público complementares ao procedimento de licenciamento de pretensões privadas – licenciamento de obras de edificação e urbanização – na confluência da Avenida da Beira-Mar, freguesia de Canidelo:

- Rua da Pedra Torta;
- Rua das Galés;
- Rua do Campismo;
- Avenida da Beira-Mar
-

Equipa – Cláudio Dória, Rita Amaral, Marta Gomes e Joana Magalhães

Relatório sobre enquadramento do Bairro da Fonte Santa

Santa Marinha

Dono da Obra – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Área: 4.000 m²

Relatório sobre enquadramento urbano e paisagístico do Bairro da Fonte Santa

e Proposta de programação da requalificação;

Concluído.

Equipa: Duarte Rocha.

Projecto de requalificação do Jardim e Largo do Souto – S. Lourenço

Vilar de Andorinho

Dono da Obra – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia /Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho

Área – 3.000 m²

Estudo Prévio do Projecto de Requalificação do Jardim e Largo do Souto em Vilar de Andorinho requerido pela Junta de Freguesia com vista a execução de obra por administração directa.

Estudo Prévio concluído.

Equipa – Duarte Rocha e Joana Magalhães

Requalificação do Centro Cívico de Crestuma – Avenida da Saudade

Crestuma

Dono da Obra – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia /Junta de Freguesia de Crestuma

Área – 10.000 m²



Projecto de requalificação do espaço público com proposta de reestruturação funcional urbana da área envolvente ao edifício da Junta de Freguesia, quartel dos Bombeiros Voluntários e Cemitério.

Equipa – Rita Amaral, Marta Gomes e Joana Magalhães

Requalificação do “Largo das Ameixoeiras”

Rua das Ameixoeiras – Gulpilhares

Dono da Obra – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia /Junta de Freguesia de Gulpilhares

Área – 250 m²

Requalificação de pequeno largo e jardim envolvente ao moinho, na Rua das Ameixoeiras, com demolição de tanque lavadouro público.

Equipa – Rita Amaral, Marta Gomes e Joana Magalhães

Reorganização do Átrio de Acesso Público às instalações da Gaiurb, EEM

Por indicação do Conselho de Administração foi elaborado projecto de remodelação funcional do Átrio com a finalidade de serem criadas condições de conforto aos funcionários que ali garantem o atendimento público em “front office” e segurança na acessibilidade, optimizando as condições térmicas através da reorganização do espaço, sem prejuízo da funcionalidade partilhada – público / funcionários – e com economia de recursos.

Equipa – Cláudio Dória

Percursos Pedonais no Centro Histórico

Santa Marinha

Proposta de Implementação

O denominado Centro Histórico de Gaia possui características morfológicas particulares, preservando em si recantos e enquadramentos urbanos com acentuada ambiência rural normalmente associadas a quintas envolventes às Caves ou quintais de moradas ancestrais, assim como oferecer-se como balcão de desfrute de paisagens e “cones visuais” únicos. O trabalho que se pretende apresentar selecciona percursos pedonais que, sem se objectivar num destino, oferece um trajecto de passeio com selecção de lugares particularmente interessantes mostrando os sítios e os ambientes preservados na sua ancestralidade, os caminhos e muros, regatos, cultivos e arvoredos num segundo plano da urbanidade. Pode ser uma oferta turística, cá dentro, que se desvia dos destinos “santuários” do Vinho do Porto, mas que os completa.

Equipa – Rita Amaral, Marta Gomes e Joana Magalhães

B. Recursos Humanos

O grupo de trabalho do DRU que durante o ano de exercício desenvolveu os trabalhos constitui o corpo de recursos humanos: Director (arquitecto), coordenadora da área de projecto (arquitecta), e dois arquitectos seniores, um dos quais Paisagista.

As tarefas desenvolvidas corresponderam a um volume de trabalhos concluídos preencheram, em valores absolutos, a disponibilidade do Departamento.



NOTA INTRODUTÓRIA

Ao Departamento Municipal de Fiscalização estão atribuídas as competências no âmbito das seguintes divisões:

- Divisão Municipal de Fiscalização Urbanística
- Divisão Municipal de Fiscalização
- Divisão Municipal de Contra-Ordenações

Para melhor explicitar a articulação entre a organização do serviço e as suas atribuições, apresenta-se um organigrama e os respectivos fluxogramas do departamento.

1. Origem dos procedimentos de fiscalização

1.1. Entrada de requerimentos

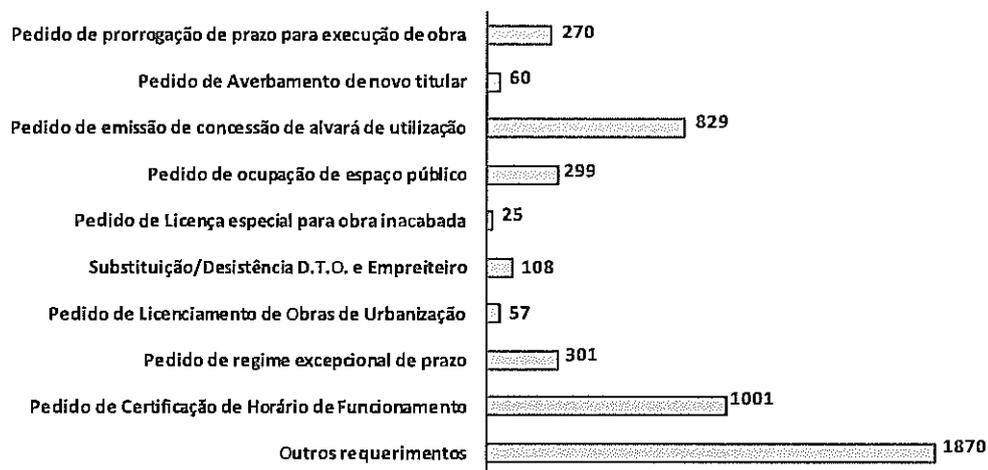
Foram remetidos a este departamento 10.350 requerimentos, distribuídos pelas diversas áreas de intervenção.

O gráfico 1 representa o total de requerimentos das diversas áreas de intervenção e o gráfico 2 representa o total por tipo de requerimentos apresentados no âmbito do licenciamento de obras particulares, obras de urbanização e certificação de horários de funcionamento.

Gráfico 1 – Total de requerimentos por áreas de intervenção



Gráfico 2 – Total de requerimentos por tipo

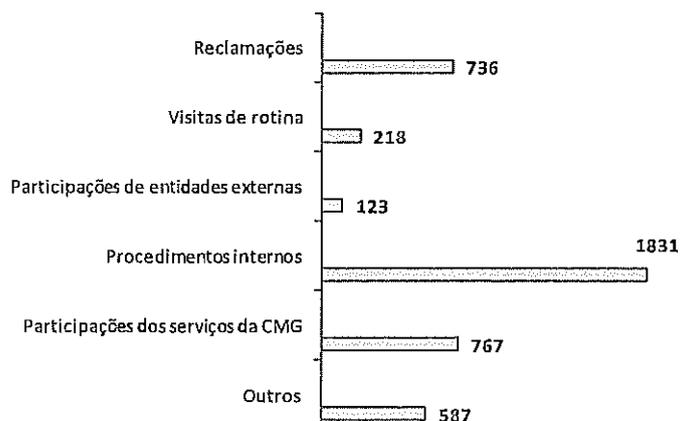


1.2. Origem dos processos de fiscalização

Foram organizados 4.262 processos de fiscalização dos quais 2.865 são relativos a processos de fiscalização urbanística.

Importa realçar um aumento de 312% dos processos de fiscalização urbanística organizados em relação ao ano de 2009, facto este justificado pela organização de 1855 processos de fiscalização de elevadores e 188 relativos a processos no âmbito da requalificação urbana.

Gráfico 3 – Total de processos organizados por origem





1.3. Licenças de construção válidas/admissão de comunicação prévia válidas

Quadro de Valores – Comparação entre as licenças válidas e as visitas efectuadas

As licenças válidas para execução de obras, são também motivo de intervenção deste Departamento, onde é na globalidade garantido o acompanhamento das obras durante a sua execução. Pela análise efectuada verifica-se que são efectuadas, em média, duas visitas a cada obra licenciada.

Designação	
Licenças válidas em 2010	1131
Nº de visitas efectuadas nas obras incluídas nas licenças válidas em 2010	3013
Valor percentual	266%

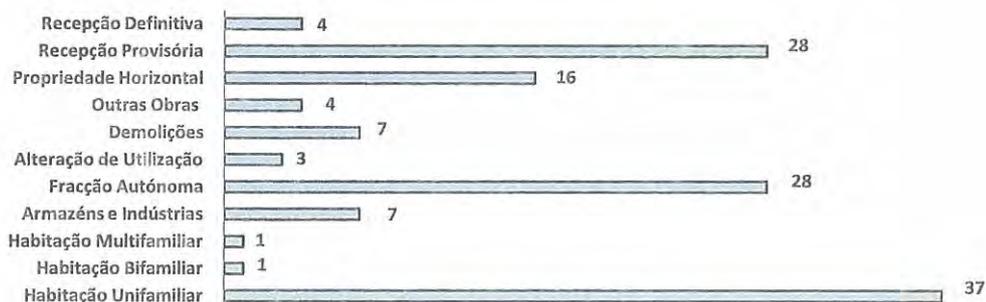
2. Actuação das unidades técnicas

2.1. Vistorias

O gráfico 4 representa o total de vistorias realizadas para efeitos de emissão de alvará de autorização de utilização, alvará de alteração de utilização e obras de demolição, por tipo de edificação. Da análise do gráfico podemos também retirar os valores relativos às vistorias para efeitos de recepção provisória e definitiva das obras de urbanização.

Foram ainda realizadas 326 vistorias com vista a verificar o estado de conservação do edificado.

Gráfico 4 – Vistorias por tipo



No decorrer dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010, verifica-se a tendência para uma diminuição significativa das vistorias realizadas para efeitos de concessão de autorização de utilização, facto este justificado pelas alterações legislativas e também por um maior acompanhamento das obras durante a fase de execução, com a conseqüente diminuição da necessidade da realização de vistorias a obras concluídas.

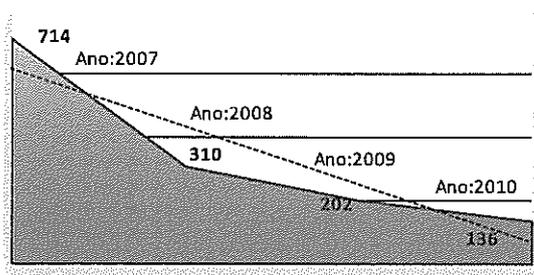


Gráfico 5 – Tendência ao longo dos anos

2.2. Pareceres emitidos

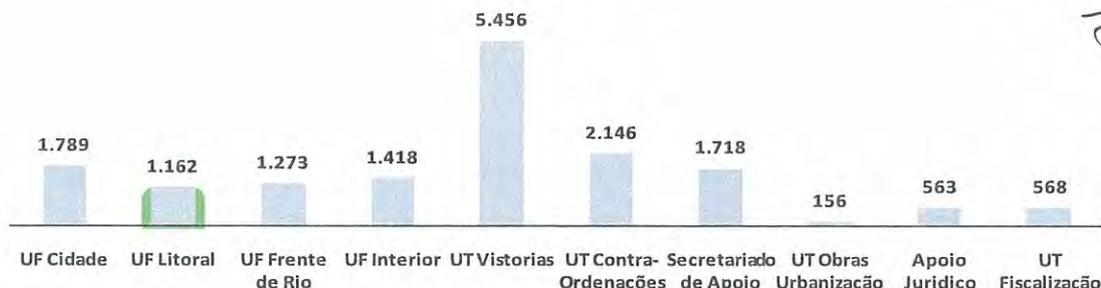
É também atribuição deste Departamento a análise e emissão de pareceres em resposta a requerimentos apresentados pelos munícipes durante o decorrer da obra até à sua conclusão, tendo sido elaborados emitidos 7800 pareceres, neste âmbito.

São também analisados os requerimentos relativos a reclamações e pedidos de realização de vistorias para verificação do estado de conservação do edificado, tendo sido emitidos 5837 pareceres, em resposta a pedidos de esclarecimentos ou fornecendo orientações com vista à reposição da legalidade.

Foram elaborados na totalidade 16.249 pareceres.

O gráfico 6 representa todos os pareceres emitidos pelas unidades técnicas e secretariado de apoio.

Gráfico 6 – Pareceres

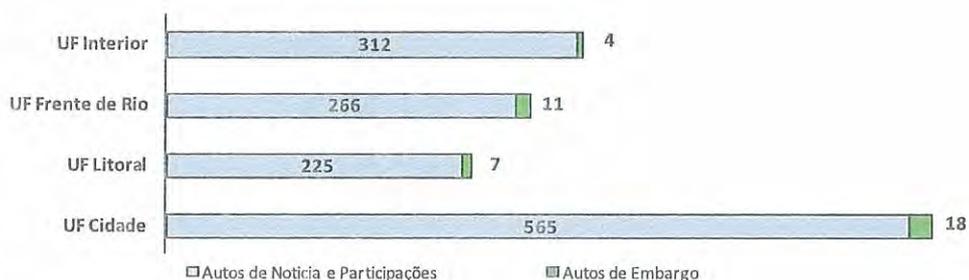


2.3. Outras actuações

Compete a este Departamento actuar e orientar nas situações em que são detectadas operações urbanísticas ilegais realizadas pelos munícipes, agindo no sentido da reposição da legalidade urbanística.

Foram elaborados 974 autos de notícia, 417 participações e 40 autos de embargo. O gráfico 7 representa os autos de notícia e autos de embargos relativos a operações urbanísticas ilegais, distribuídos pelas unidades de fiscalização. Dos 974 autos de notícia elaborados, 23 reportam-se a incumprimentos de ordens proferidas no âmbito dos autos de vistoria elaborados para efeitos de verificação do estado de conservação do edificado.

Gráfico 7 – Autos de Notícia e Autos de embargo



A actuação neste tipo de operações urbanísticas tem como origem essencialmente as reclamações apresentadas pelos munícipes, bem como acções de fiscalização de rotina.

O gráfico 8 ilustra o total de processos de fiscalização urbanística organizados na sequência de visitas de rotina e processos de fiscalização de elevadores.

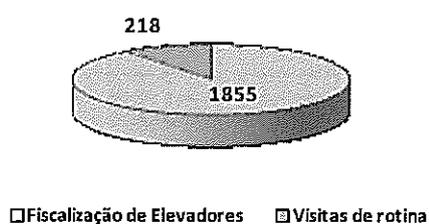


Gráfico 8 – Processos organizados

3. Resultados obtidos na actuação da fiscalização

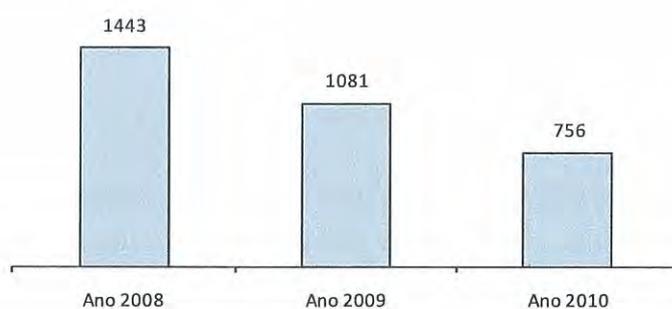
3.1. Notificações enviadas no âmbito dos processos de licenciamento/certidões de comunicação prévia admitidas

Da actuação das Unidades Técnicas de Fiscalização resultaram 7.080 notificações, na sequência dos requerimentos apresentados pelos munícipes e das visitas efectuadas no decorrer da obra, nomeadamente face às desconformidades detectadas em obra, falta de registos no livro de obra e aos pedidos de concessão de autorização de utilização mal instruídos ou com irregularidades após visita ao local.



O gráfico 9 representa uma análise comparativa dos anos de 2008, 2009 e 2010 e refere-se às notificações por irregularidades detectadas em obras na sequência dos pedidos de emissão de concessão de autorização de utilização bem como ao total das notificações remetidas aos titulares de alvará de construção/comunicantes de comunicações prévias e aos directores técnicos de obra, alertando-os para as irregularidades e indicando os procedimentos a adoptar.

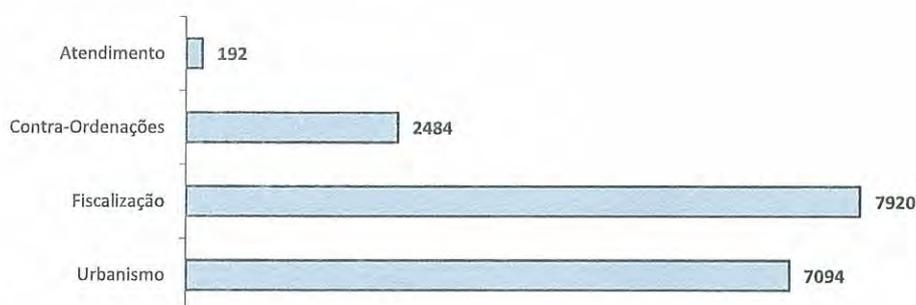
Gráfico 9 – Análise comparativa



3.2. Total de notificações – 17.690

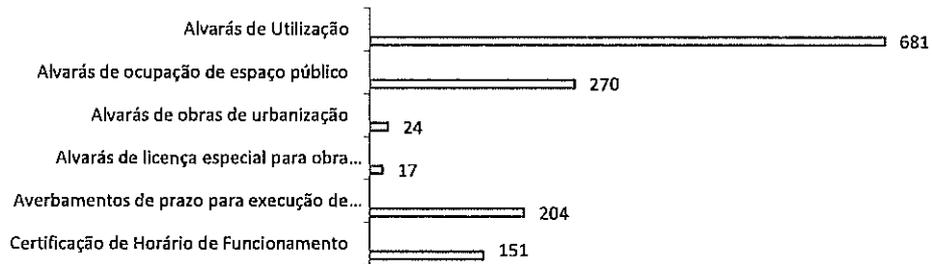
Da actuação das unidades técnicas foram realizadas 17.690, das quais 2484 foram remetidas no âmbito dos processos de contra-ordenação, como consequência dos autos de notícia elaborados.

Gráfico 10 – Total de Notificações



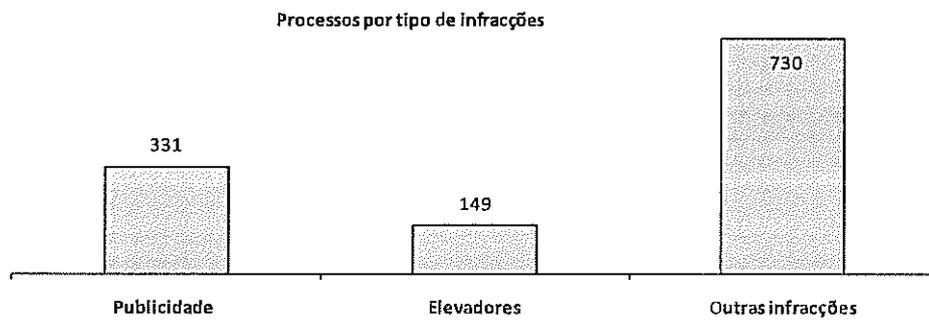
4. Secretariado de Apoio

4.1. Alvarás emitidos

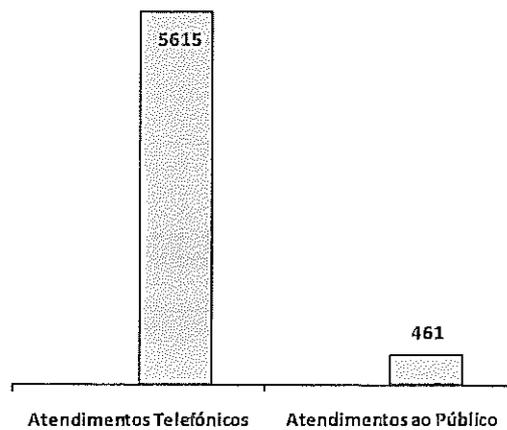


4.2. Instauração de processos de contra-ordenação

Na sequência das actividades realizadas no âmbito das diversas operações urbanísticas e outras contra-ordenações, foram instaurados 1210 processos de contra-ordenação.



4.3. Atendimentos

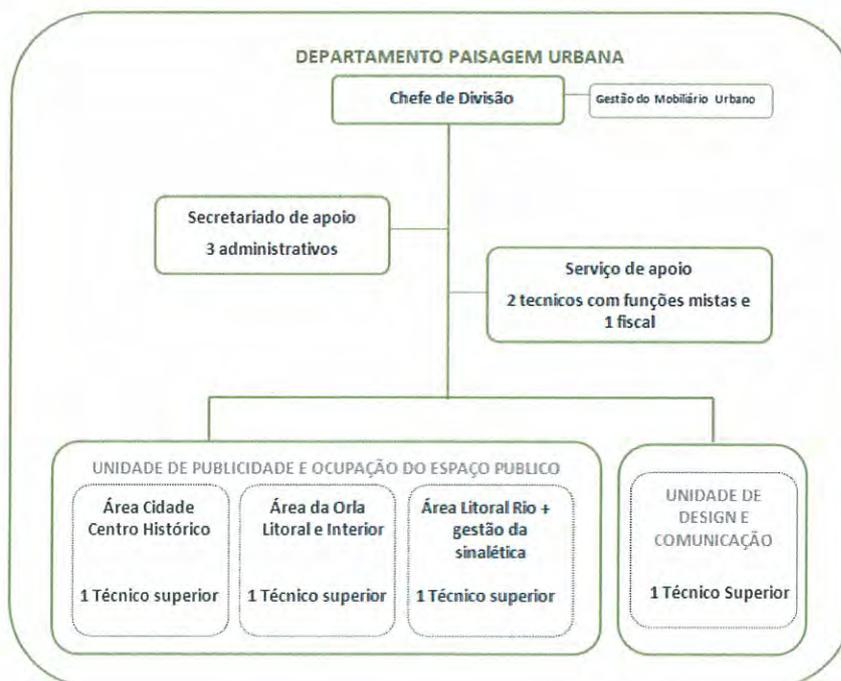




ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

É missão deste departamento contribuir para a melhoria da paisagem urbana, promovendo o enquadramento estético do concelho e a qualidade da comunicação publicitária exterior em todos os seus domínios, com maior relevância nas áreas públicas assim como regular e regulamentar os usos de natureza publicitária e de ocupação do espaço público que de alguma forma possam interferir com o equilíbrio urbano e ambiental.

É ainda missão deste departamento promover e contribuir para a melhoria dos conteúdos e imagem da empresa Gaiurb, EEM em todas as suas vertentes nomeadamente ao nível da comunicação para o exterior.



PRINCIPAIS ACÇÕES

1. Licenciamento da publicidade/ Identificação e ocupação do espaço público
 - Desenvolvimento e consolidação das alterações já iniciadas em 2009, relativas ao novo modelo de gestão da informação da Publicidade e Ocupação do Espaço Público
 - Adaptação dos procedimentos ao novo Regulamento Municipal de Publicidade e Defesa da Paisagem e ao Regulamento de Taxas e Outra Receitas do Município que entraram em vigor a 01 de Janeiro de 2010.
 - Adaptação dos templates existentes e criação de novos modelos tipo de informação/resposta com vista a uma maior simplificação e racionalização de procedimento, destacamos os referentes a processos com taxas em dívida, execuções fiscais, cancelamentos, arquivamentos, averbamentos, alterações de mensagem e propostas de deferimentos.
 - Criação de novos templates para os diferentes tipos de alvarás
 - Criação de novos modelos de requerimentos para pedidos de licenciamento de suportes publicitários e de esplanadas
 - Melhoria ao nível do controle sobre o pagamento das Taxas, quer das licenças anuais em processo de renovação, quer ao nível das licenças trimestrais e mensais o que se constata através de um menor número de devedores e um aumento da receita na ordem dos 20%, mesmo com redução do número de licenças activas.
 - Sistematização e simplificação de fluxos para os diferentes tipos de procedimentos.
 - Gestão da sinalética - melhoria significativa no âmbito deste tipo de licenciamento estabilizando procedimentos e criando um *“modus operandi”* entre os diferentes serviços intervenientes neste processo designadamente, Divisão de Paisagem Urbana, Departamento Municipal de Mobilidade, Cemusa Portugal e o Requerente.
 - Implementação da distribuição, sob pagamento, da placa identificativa dos painéis exteriores



- Atendimentos ao Público, no âmbito do licenciamento foram também efectuados atendimentos dos quais a grande maioria foi para esclarecimentos referente aos pagamentos de taxas em dívida e para regularização da publicidade já instalada.

2. Aplicações informáticas

(Em estreita colaboração com o DTI, cabendo a este serviço a detecção de erros e falhas do sistema e colaboração na procura de soluções que respondam com maior eficácia aos objectivos e necessidades do Departamento).

- Sigma, modo publicidade: Adaptação e aperfeiçoamento da aplicação informática ao novo modelo de classificação dos diferentes tipos de suportes publicitários e de ocupação de espaço público e sua associação às diferentes modalidades de licenças (Anuais, Trimestrais, Mensais ou Temporárias).
- Ainda ao nível da aplicação Sigma, concluiu-se finalmente o procedimento de eliminação dos processos com múltiplas vistas que originava inúmeras dificuldades na gestão dos processos.
- Gismat: Em colaboração com o DTI e DIG, durante este ano continuaram-se a efectuar esforços no sentido de se melhorar esta aplicação. A criação de um layer histórico para todos os processos arquivados, uma melhor ligação com a aplicação Sigma, e a adaptação ao novo modelo de estruturação da informação, pela classificação dos diferentes suportes publicitários em seis “famílias”, a saber: Estabelecimentos, Veículos, Sinalização, Ocupação, Exteriores e Eventos/ Acções promocionais foram algumas das inovações solicitadas e que se pensa estarem finalizadas durante o ano 2011
- Continuidade e desenvolvimento dos aplicativos já criados em 2009, designado por GeoAnota para procedimentos referentes à publicidade ilegal, e para tarefas de processamento de informação alargando a sua aplicabilidade à gestão dos direccionadores e ao mobiliário urbano.
- Utilização destes aplicativos como indicadores para a quantificação dos objectivos definidos para os funcionários para implementação do SIADAP Publifoto; Publiinforma WebGis e para gerir os processos de publicidade ilegal.

3. Levantamento concelhio da Publicidade, Inventariação e Regularização

Dando-se continuidade ao trabalho iniciado em 2009, referente aos levantamentos dos suportes publicitários colocados ilegalmente, optou-se por questões de disponibilidade orçamental pela utilização do método mais tradicional do registo fotográfico efectuado por técnicos no terreno previamente delineado.

Como resultado registaram-se durante o ano 2010 um total de 285 OPI's (ofícios de publicidade ilegal) todos eles georreferenciados, dos quais 83 tiveram posteriormente uma resposta do município com vista à sua regularização pelo que podemos dizer que existiu uma taxa de sucesso de 28%. No entanto reconhece-se que esta percentagem pode ser substancialmente superior, após actuação dos procedimentos subsequentes por parte dos serviços de fiscalização nomeadamente pela instauração de processos de contra-ordenação.

Total	Regularizaram	Fiscalização
285	83	202

4. Fiscalização

Na continuidade dos novos procedimentos referentes aos levantamentos efectuados para a publicidade ilegal, foram consolidados os procedimentos com o departamento de Fiscalização urbanística que como resultado visível tem a quantidade de autos e processos de contra-ordenação que foram criados no âmbito das comunicações efectuadas para a publicidade e ocupação do espaço público e que tem como reflexo imediato a entrada de novos processos de licenciamento para regularização dos casos detectados, esta situação foi mais visível no fim deste ano 2010.



5. Estudos sectoriais, levantamentos e propostas

Destacam-se os seguintes trabalhos

- Estudo para a localização de painéis electrónicos no espaço público;
- Estudo regulador para a colocação de painéis publicitários no espaço público e na da Orla Marítima. (Em curso);
- Contribuição na elaboração do regulamento das Esplanadas culminando ainda na apresentação de mais sugestões, no âmbito da apreciação pública do projecto de Regulamento de esplanadas, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 27 de Julho de 2010;
- Elaboração dos conteúdos do capítulo 08 b do Guia do utente e participação na estruturação deste documento na sua totalidade;
- Levantamento e sistematização de todos os processos relativos a esplanadas;
- Estudos para regular a colocação das esplanadas ao longo da Av. Diogo Leite, na zona envolvente ao Mercado Municipal da Beira Rio e em algumas zonas da Orla Marítima do concelho;
- Actualização do dossier (fichas) das caves do vinho do Porto compostas por foto/planta de localização/descrição do tipo de suporte e estado do processo;
- Ponto de situação de todos os processos da AEVP com vista à sua regularização;
- Continuação dos levantamentos sistemáticos devidamente planeados para áreas do centro da cidade Av. da Republica, (2ª fase) e toda a parte restante das freguesias de Mafamude e Stª Marinha que não se inserem dentro do Centro Histórico;
- Levantamentos em áreas industriais: Zona Industrial da Feiteira; Zona Industrial de Mourões; Zona Industrial de S. Caetano (Canelas); Zona Industrial da Mina (Canelas); Zona Industrial dos Cruzeiros (Serzedo);
- Outros Levantamentos: Rua do Jardim (Vilar do Paraíso); Rua Norton de Matos (Gulpilhares) e Av. Doutor Moreira de Sousa (Pedroso);

- Elaboração de varias propostas com inserção de fotomontagens, para substituição de suportes existentes que contrariam o Regulamento ou decorrentes de pedidos quer de munícipes quer do próprio município;
- Reestruturação da sinalética relacionada com as Caves do Vinho do Porto (Centros de Visita), efectuando-se também a actualização do Layout dos direccionadores, tipo Versailles da Cemusa Portugal;
- Regularização da sinalética dos hotéis e dos respectivos processos, com informações complementares de dívidas (ainda em curso).

6. Mobiliário Urbano

6.1. Gestão do mobiliário Urbano

- Efectuou-se o ponto da situação do contrato existente para Fornecimento em regime de Comodato, Instalação, Manutenção e Concessão de Exploração do Mobiliário Urbano com a Cemusa Portugal, o qual está actualmente a ser objecto de apreciação;
- Concluiu-se o levantamento e respectiva georeferenciação de todo o mobiliário urbano com excepção dos direccionadores colocado ao abrigo dos contratos existentes com as empresas JCDecaux e Cemusa respectivamente;
- Estabeleceram-se novos procedimentos para melhoria da gestão do mobiliário urbano de forma a estabelecer um *modus operandi* com os departamentos e organismos que de alguma forma façam utilização do mobiliário urbano no âmbito dos contratos acima referidos designadamente com a DMVMM e DMM e com a empresa Cemusa , esperando-se no entanto durante o ano de 2011 consolidar e otimizar esta gestão particularmente com a Gaianima;
- Conclui-se o ponto de situação do contrato com a JCDecaux que terminou em 31 de Dezembro de 2010, com a respectiva proposta conclusiva para o fecho das contas muito embora esteja ainda pendente este último procedimento e a remoção dos equipamentos instalados, mas que se prevê estarem definitivamente resolvidos durante o mês de Maio de 2011.



6.2 Concurso público internacional para fornecimento de Mobiliário Urbano

Na sequência do determinado pelo senhor Presidente da Câmara, concluiu-se a primeira fase do processo para concurso público internacional para fornecimento de mobiliário urbano estando actualmente o documento em apreciação no DMAJ, Departamento Municipal de Assuntos Jurídicos. A nossa intervenção consignou-se juntamente com o DAJ no acompanhamento à empresa Soulparkers, Assessoria Estratégica de Gestão, Lda com a qual a Gaiurb, EEM celebrou contrato de prestação de serviços para elaboração deste processo de Concurso Público Internacional, fornecendo-lhe todos os elementos necessários e sistematizando todo o conjunto de especificações técnicas e condições que devem integrar o respectivo processo de concurso particularmente ao nível do caderno de encargos.

7. Design e Comunicação

Desenvolvimento de comunicação gráfica de inúmeros projectos/documentos produzidos pela administração e pelos diversos departamentos, com o objectivo de transmitir e reflectir o conceito da empresa para o exterior, como detentora de uma imagem coesa, consistente e actual, gerando uma comunicação eficaz e adequada ao público a que se destina.

Destacam-se os seguintes trabalhos

- Layout do Guia do Utente e tratamento de imagens (a produzir)
- Site Gaiurb (layout actual mais novo a implementar)
- Newsletter (a implementar)
- Caderno PDM (ainda não produzido)
- Biblioteca de Praia (ilustração revestimento - implementado)
- Conferência Construção Sustentável (material de divulgação-convite/cartaz)
- Curso Prático RJUE DL 555 (material de divulgação – cartaz/convite/certificado)
- Boletim Geográfico (layout de 2 n.ºs)
- Desdobrável "Em Obra" (a produzir)
- Guia Normativo do Logótipo Gaiurb (em vigor)
- Documentos para a Administração (Relatório Actividades+requerimentos+cartões diversos)
- Economato (layout nova imagem)

8. Valores em números no âmbito do licenciamento de mensagens publicitárias e da Ocupação do Espaço Público e respectivo pagamento das taxas

- Procedimentos relativos aos pagamentos de taxas anuais em processo de renovação.

Em Janeiro de 2010 foram emitidos 3432 avisos, equivalente a um potencial de receita máxima de € 517.703.70€, em Junho foram emitidos 596 segundos avisos, com incorporação de juros de mora.

Ano 2010	
<i>Total a receber</i>	517.703.70€
<i>Processos a receber</i>	3432
<i>Tesouraria</i>	197.043,40
<i>Processos tesouraria</i>	840
<i>Multibanco</i>	232.644,28 €
<i>Processos multibanco</i>	2200
<i>Total recebido</i>	385593,28
<i>Total processos recebidos até Julho</i>	3040
<i>Por receber</i>	89.865,08*
<i>Por receber</i>	392*

Dos 392* processos por receber verificou-se que 135 processos estavam com requerimentos em análise muitos com pedidos de cancelamento, pelo que estariam em dívida apenas 257 processos e a que correspondia um valor por receber de apenas 24.045,69€. Até ao fim de 2010 alguns foram regularizados, e os restantes 190 foram remetidos para a Divisão Municipal de Execução Fiscal com emissão de certidões de dívida.

Constata-se também que 64% dos pagamentos foram efectuados por multibanco.



- Procedimentos relativamente às taxas em dívida com pagamentos mensais e trimestrais.

Ao longo do ano foram efectuadas sucessivas listagens para controle dos pagamentos de todos os processos com taxas em dívida enviando-se as respectivas notificações de dívida. Estas listagens serviram também para detectar erros na classificação dos suportes que têm sido corrigidos com o apoio do DTI. Pensa-se que durante o ano de 2011 este procedimento esteja já completamente solucionado

- Procedimentos relativos aos pedidos de isenção e pagamentos em prestações.

A tabela abaixo representa o número de processos com pedidos de isenção, sendo que o valor dos pedidos deferidos foi de 43.221,86€.

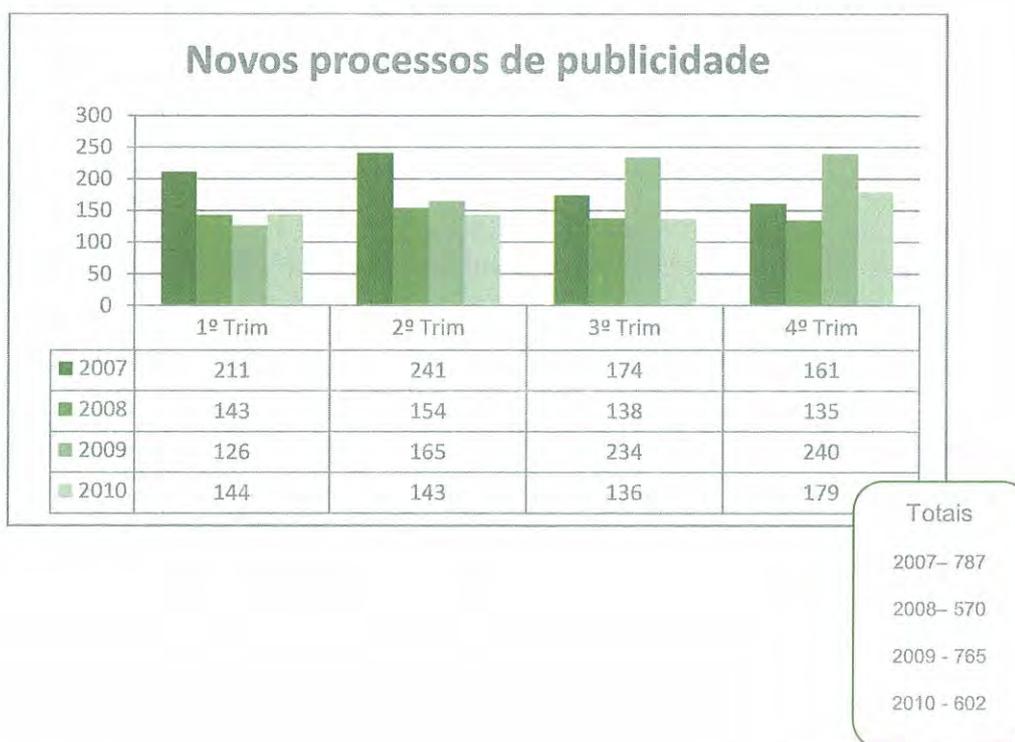
<i>Isentos</i>	36
<i>Análise</i>	19
<i>Não Isentos</i>	7
<i>Arquivados</i>	6
<i>Não efectuou pedido de isenção</i>	2
<i>Certidão de Dívida</i>	1
<i>Total</i>	71

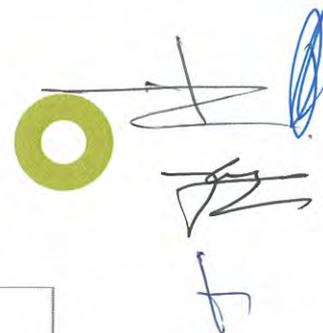
Foram otimizados os procedimentos inerentes a estes pedidos, criando-se para o efeito uma base de dados e melhorando-se a articulação com o Departamento Jurídico. Durante o ano de 2011 prevê-se a criação de uma situação similar para os pedidos para pagamentos em prestações.

- Estatísticas

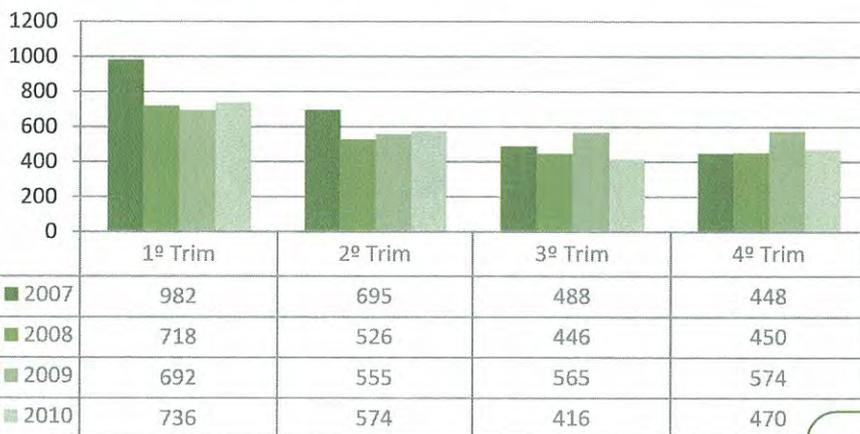
Nº de processos registados -----	602
Nº de alvarás emitidos -----	693
Nº de requerimentos registados -----	2196
Nº de Notificações processadas -----	3307
Quantidade de processos arquivados -----	1013
Nº de licenças de publicidade -----	4394
Valor recebido das licenças de publicidade -----	1.606 230,38€
Nº de processos enviados para a Div M. de Execução Fiscal-----	191
Nº de certidões de dívida emitidas -----	287

- Em conformidade com o relatório do ano anterior, apresentamos alguns dados comparativos com os anos 2007, 2008 e 2009 respectivamente.



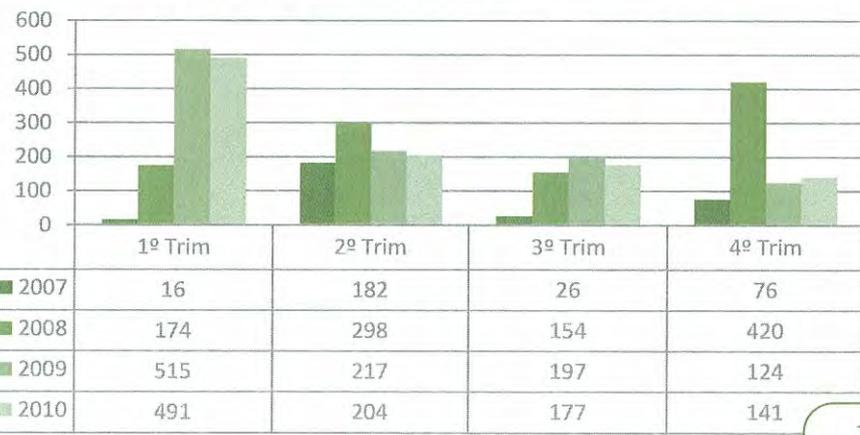


Requerimentos de publicidade



Totais
2007- 2613
2008- 2140
2009 - 2386
2010 - 2196

Processos Arquivados



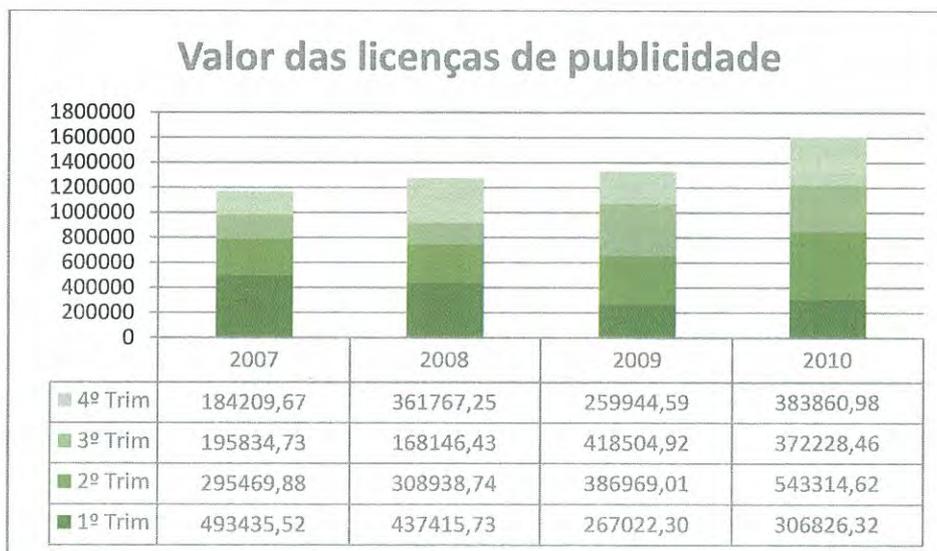
Totais
2007- 427
2008- 1445
2009 - 1053
2010 - 1013

Licenças de publicidade



Totais a)	2007 – 3694	2008 – 4308	2009 - 5022	2010 - 4394
-----------	-------------	-------------	-------------	-------------

Valor das licenças de publicidade



2007 – 1.168 949,80€	2008 – 1.276 268,15€	2009 – 1.332 440,82€	2010 - 1.606 230,38€
----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

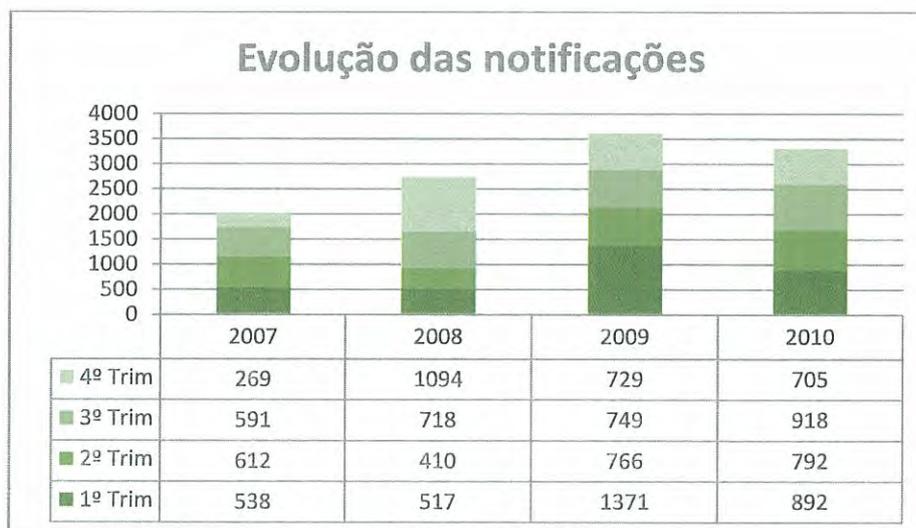


Valor das Licenças em Espaço Público 2010



2008 - 15.764,72€ 2009 - 19.059,58€ 2010 - 23.646,14€

Verificou-se ao nível da receita um aumento relativamente a 2009 de 24%





SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ACTIVO



A GAIURB, EEM no desenvolvimento da sua missão de promoção do desenvolvimento local, nomeadamente, através da gestão urbanística e do ordenamento do território, tem analisado com rigor e transparência o planeamento e gestão, promovendo assim a qualidade urbanística do território do concelho de Vila Nova de Gaia, a valorização da sua imagem, do seu valor ambiental e social e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Dada a conjuntura económico-financeira dos últimos anos, o Sector Empresarial Local e as Autarquias Locais enfrentaram, em 2010, um período de enorme esforço de tesouraria, obrigando a uma racionalização constante dos recursos e a uma política de contenção de gastos ainda mais rigorosa.

Durante o exercício em análise foram investidos 181 123 euros em activos tangíveis, correspondendo cerca de 29% em material informático nomeadamente computadores e monitores com o intuito de substituição de equipamento já obsoleto e cerca de 25% diz respeito à aquisição de Arquivo Móvel de forma a dotar as novas instalações de meios adequados ao seu funcionamento.

A rubrica Outras Contas a Receber no montante de 368 266 euros releva o valor que ainda falta receber do Programa Operacional Regional ON2, bem como o valor imputado a acréscimos de rendimentos, nomeadamente ao reconhecimento das receitas provenientes das Taxas de Publicidade referentes ao ano de 2010 que irão ser liquidadas no exercício seguinte.

Os gastos a reconhecer totalizam no final do exercício o montante de 23 375 euros.

As Disponibilidades ascendiam no final do exercício a 102 883 euros.

CAPITAL PRÓPRIO

A GAIURB, EEM foi constituída com o capital estatutário de 250 000 euros, totalmente detido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

O Capital Próprio da Empresa atingirá o valor total de 2 105 232 euros.

A Empresa em 2010 apresenta um Resultado Líquido Negativo de 361 832 tendo recuperado em cerca de 44,79% face ao ano transacto.

PASSIVO

Foram reconhecidos Passivos Por Impostos Diferidos no montante de 1 120 694 euros de acordo com as normas introduzidas pelo Sistema de Normalização Contabilística SNC.

As Dívidas a Instituições de Crédito totalizam o montante de 684 178 e encontram-se repartidas no balanço no passivo corrente e não corrente e dizem respeito às operações bancárias de Leasing, Confirming e uma Conta Cauçionada no montante de 175 000 euros que será liquidada aquando do recebimento das verbas do QREN.

A rubrica de Fornecedores ascende o montante de 312 775 euros.

As Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, totalizam o montante de 111 570 euros, e releva os descontos obrigatórios dos trabalhadores e das respectivas contribuições da Empresa nomeadamente o IRS, o IVA, o Imposto de Selo, as contribuições para a Segurança Social, CCD, ADSE, CGA, entre outras.

A rubrica Outras Contas a Pagar inclui o montante das receitas das Taxas Municipais cobradas e ainda não transferidas para o Município no montante de 479 366 euros, bem como o valor em dívida aos fornecedores de investimento e os acréscimos de gostos referentes ao ano de 2010.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO



Os Rendimentos da GAIURB, EEM atingiram, no exercício, o valor de 5 667 055 euros, assim distribuídos:

<i>Rendimentos do Exercício</i>	Valores
<i>Prestações de Serviços</i>	4 315 789
<i>Subsídios à Exploração</i>	1 168 524
<i>Outros Rendimentos e Ganhos</i>	180 836
<i>Rendimentos e Ganhos de Financiamento</i>	1 906
Total	5 667 055

(euros)

Do total dos Rendimentos da GAIURB, EEM, salientam-se os resultantes das Prestações de Serviços que atingiram o montante de 4 315 789 euros, verificando-se um aumento na ordem dos 2,23% em relação ao exercício anterior.

O quadro seguinte mostra que as licenças de autorização e as taxas de publicidade assumem um peso de cerca de 77% do total das prestações de serviço.

Prestações de Serviços	Valores
<i>Licenças de autorização</i>	1 776 718
<i>Venda de plantas topográficas</i>	64 925
<i>Fornecimento cópias autenticadas</i>	32 734
<i>Taxa de publicidade</i>	1 555 800
<i>Ocupação via pública – obras</i>	118 876
<i>Inspecção de elevadores</i>	169 964
<i>Vistorias</i>	8 982
<i>Apreciação</i>	445 571
<i>Venda de fotocópias</i>	10 403
<i>Outras</i>	131 816
Total	4 315 789

(euros)

A GAIURB, EEM tem como objecto principal o ordenamento do território e a gestão urbanística do Município de Vila Nova de Gaia, pelo que, o seu objecto social, bem como os correspondentes poderes de autoridade atribuídos às pessoas ao seu serviço, inserem-se no âmbito de uma delegação de serviço público, visando a realização de objectivos sectoriais integrados nas atribuições da Câmara Municipal.

Assim, constitui também receita da GAIURB, EEM a contrapartida no valor de 1 140 000 euros, atribuída pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, para fazer face aos custos com as actividades desenvolvidas, tendo por base a prossecução dos objectivos programados.

A GAIURB, EEM, durante o ano de 2010, procedeu à cobrança das receitas provenientes da Taxa Municipal de Urbanismo, da Taxa de Compensação e da Taxa de Ocupação do Domínio Público, cujos valores são posteriormente transferidos para o Município, verificando-se um decréscimo comparativamente ao exercício de 2009 na ordem dos 42%, atingindo a valor total de 2 731 252 euros, assim discriminadas:

	2010
<i>Taxa Municipal de Urbanismo</i>	2 033 659
<i>Taxa de Compensação</i>	646 483
<i>Taxa de Ocupação Domínio Público</i>	23 094
<i>Juros - Urbanismo</i>	28 016
Total	2 731 252

(euros)

Os Gastos do Exercício no valor de 6 049 764 euros, sofreram um decréscimo de 3,89% comparativamente ao exercício anterior, repartidos do seguinte modo:

<i>Gastos do Exercício</i>	Valores
<i>Fornecimentos e Serviços Externos</i>	955 487
<i>Gastos com o Pessoal</i>	4 717 890
<i>Gastos de Depreciação e de Amortização</i>	273 827
<i>Outros Gastos e Perdas</i>	79 475
<i>Gastos e Perdas de Financiamento</i>	23 085
Total	6 049 764

(euros)



As rubricas com maior relevância e peso na estrutura de gastos da Empresa são os Gastos com o Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos (F.S.E.).

Tendo em consideração a política de contenção da despesa que tem vindo a ser implementada na Empresa, verificou-se no ano de 2010 um decréscimo de 14,15% dos Fornecimentos e Serviços Externos relativamente ao exercício anterior, que atinge, neste exercício, a verba de 955 487 euros.

Dada a natureza da Empresa, os Gastos com o Pessoal, que ascenderam a 4 717 890 euros, são o encargo mais relevante na estrutura de custos e incluem as remunerações e respectivos encargos, os seguros de acidentes de trabalho e doença, os custos com a acção social e ainda os custos com a formação profissional.

É de salientar que em 2010 este encargo decresceu cerca de 3,4% relativamente ao ano transacto.

Os Gastos de Depreciação e de Amortização foram calculadas às taxas mínimas e fiscalmente aceites como custos, tendo atingido o valor de 273 827 euros.

Os Gastos e Perdas de Financiamento cifram-se em 23 085 euros e resultam essencialmente dos juros suportados com os financiamentos obtidos e com os leasings das viaturas.

O exercício de 2010 apresenta um Resultado Líquido Negativo de 361 832 euros.



[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in black ink]
[Handwritten signature in black ink]

DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL

Declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, dando-se assim cumprimento ao estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 41/91, de 17 de Outubro.



A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page, overlapping the green circular logo.

ARTIGO 397º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Não se verificaram nenhuma das situações contempladas nesta disposição legal



Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Atendendo ao determinado no Despacho nº 117/2010, de 13 de Outubro de 2010, do Exm^o Senhor Presidente da Câmara Municipal e aos respectivos considerandos, os órgãos de administração das três entidades empresariais municipais, CidadeGaia - SRU e Gaia Social e Gaiurb, EEM, deliberaram de forma a proceder à concentração das actividades das sociedades incorporadas (as duas primeiras) na incorporante (a última), tendo como missão o cumprimento dos objectivos determinados pelo Município de Vila Nova de Gaia, para a promoção do desenvolvimento local.

Assim, para além da simplificação e transparência que uma gestão unitária acarreta, através do aproveitamento eficiente de sinergias potenciais, designadamente das tendentes à criação de mecanismos de controlo e concentração racional de esforços, verificar-se-ão significativas racionalizações de custo, mediante a eliminação de obrigações e actos inerentes às sociedades que se incorporaram numa só.

Por despacho de 1 de Janeiro de 2011 do Exm^o Sr. Presidente da Câmara, foi nomeado o Conselho de Administração com cinco elementos e foi mantida a nomeação do Fiscal Único. O despacho da Presidência foi ratificado em 27 de Janeiro de 2011.

Foi Publicado o “Guia do Munícipe”.

Foi concluída a avaliação dos funcionários da Câmara Municipal de Gaia em regime de acordo de cedência - SIADAP.

Foi concluída a execução do projecto eléctrico definitivo para as instalações do Espaço Corpus Christi, permitindo assim a instalação do quadro eléctrico definitivo e do sistema de ar condicionado.

Foi aprovado o ‘Regulamento de uso do Refeitório’.

Foi concluído o processo de representação da Gaiurb, Urbanismo e Habitação. EEM no espaço do município da Loja do Cidadão de Vila Nova de Gaia.

Na sequência das disposições legais que levaram a ARHNorte a promover a legalização de todas as captações de água, a Gaiurb, EEM, desenvolveu um software de apoio a essa legalização, denominado, SALC. Com o objectivo de promover a descentralização desse sistema levou a cabo uma acção de formação destinada às Juntas de Freguesia, para utilização desse programa. Na sequência da finalização do tempo de declaração das captações, os resultados desse levantamento foram entregues à ARHNorte em 2011.

PERSPECTIVAS PARA O ANO 2011



Os processos de desenvolvimento não são lineares e a formatação da estratégia e missão de uma empresa recém constituída irá com certeza sofrer adaptações, à medida que a monitorização da sua actividade apontar caminhos de comprometimento com novos objectivos.

È no entanto possível determinar desde já grandes linhas de orientação, que pautarão o trabalho de toda a organização e que, embora contemplem as especificidades das diferentes áreas de actividade, se estabelecem como alicerce da empresa no seu todo.

A organização geográfica em três locais físicos distintos irá obrigar ao estabelecimento de conectividades e a uma crescente interoperabilidade entre os sistemas operacionais, informáticos e outros, preexistentes, garantindo-se progressivamente a sua uniformização e a consolidação de infra-estruturas únicas. Na mesma linha de pensamento a apresentação da empresa para o exterior deverá progressivamente assumir uma linha gráfica uniforme e um site único com gestão centralizada de notícias e de imagem.

A avaliação por objectivos de todos os trabalhadores da empresa durante o ano de 2011, irá permitir lançar o processo de construção do histórico de dados que possibilitarão a auto-avaliação e monitorização do processo produtivo, tendo como fim último a credenciação da empresa pelas Normas ISO.

A um nível mais sectorial, é objectivo estratégico da empresa a monitorização do PDM e a elaboração do 'Relatório do Estado do Ordenamento do Território', a aprovar em Assembleia Municipal, o que irá envolver diversos sub – sistemas organizacionais, quer na recolha de informação quer no tratamento dessa mesma informação, dirigida para o traçado de sínteses conclusivas que possam orientar a tomada de decisão, corrigir eventuais desvios de percurso e trocar informação para efeito de 'rankings' nacionais e internacionais do território municipal.

È objectivo estratégico da empresa reconverter os serviços de Reabilitação Urbana, adaptando-os no sentido da legislação vigente, dando-lhe um significado que transcende o âmbito geográfico do Centro Histórico, sem deixar de ter em conta que a pequena área do Centro Histórico tem uma capacidade de reprodução acelerada dos exemplos aí situados dada a sua natureza profundamente icónica e de confluência ancestral de afectividades.

A extinta 'Gaiasocial' adoptou e a GAIURB, EEM pretende dar continuidade, a uma política de resposta humanizada aos problemas da habitação social, com edificação de fogos em todas as freguesias do Concelho, evitando assim o dramático desenraizamento das populações relativamente às suas comunidades de origem.

Dando continuidade ao Projecto de Requalificação de Vila D' Este, durante o ano de 2011, irá ser mantida a candidatura à Fase II – Requalificação Urbana e Inclusão Social e Valorização Sócio-Económica e Profissional, estimando-se um investimento elegível de 10.000.000,00€, sendo 7.000.000,00€ comparticipados pelo FEDER (70%) e os restantes, 3.000.000,00€, assegurados pelo Município (30%).

Tendo como meta principal acolher o desafio lançado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Conselho de Administração da Gaiurb, EEM, propõe-se a definição de uma estratégia de prestação de serviços que irão estruturar a nova abordagem da empresa em relação aos mercados da gestão urbanística dos territórios.

Esta estratégia firma-se em dois objectivos operacionais:

“Prestar um serviço público de excelência” e “Assegurar a autonomia financeira da empresa contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade local”.

O desafio para os próximos anos será assegurar o cumprimento destes dois objectivos, que deverão apresentar um nível de articulação superior e estar presentes em todas as actividades a desenvolver pela empresa.

A estratégia de crescimento da componente de serviços para o exterior da Gaiurb, EEM deverá desenvolver-se em três fases:

Lançamento: a fase de lançamento será executada no ano de 2011 e traduz-se pelo desenho e implementação do próprio negócio, estando já também implícita a entrada no mercado;

Consolidação: a segunda fase será implementada nos anos de 2012 e 2013, e representa a consolidação da prestação de serviços nos vários mercados, pretendendo-se assegurar a solidificação da marca Gaiurb, EEM e o reconhecimento desta por parte dos mercados;

Crescimento: a partir de 2013, será dado início à estratégia de crescimento, que passará, inevitavelmente, pela internacionalização dos serviços.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe, nos termos da alínea g) do art.º 24.º dos Estatutos da Empresa, que o Resultado Negativo do Exercício de 2010, no montante de 361 832 euros se mantenha em Resultados Transitados.

De acordo com o artigo 31.º da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro, o accionista único, Município de Vila Nova de Gaia, procederá à cobertura do Resultado Líquido Negativo.

Vila Nova de Gaia, 13 de Maio de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 24.º dos Estatutos da Empresa, juntam-se os quadros para o efeito elaborados:

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período de 2009

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no Período de 2010

BALANÇO



GAIURB - Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia, EEM		Ano 2010	
Rubricas	Notas	2010	2009
A C T I V O			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	5.104.139,19	5.166.477,44
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Trespasse (Goodwill)		0,00	0,00
Activos Intangíveis	7	104.090,90	134.456,82
Activos Biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras (metodo de equivalência patrimonial)		0,00	0,00
Participações financeiras (outros métodos)		0,00	0,00
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
Subtotal		5.208.230,09	5.300.934,26
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Activos Biológicos		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	28.3	6.516,97	0,00
Accionistas/Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	28.1	368.265,68	621.054,15
Diferimentos		23.374,93	25.152,74
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	102.883,28	630.975,89
Subtotal		501.040,86	1.277.182,78
Total do activo		5.709.270,95	6.578.117,04
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado		250.000,00	250.000,00
Ações (quotas próprias)		0,00	0,00
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Premios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		10.326,70	10.326,70
Outras reservas		92.940,29	92.940,29
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Outras variações de capital próprio		3.114.234,91	3.063.584,67
Resultados transitados		-1.000.438,01	-317.581,57
Subtotal		2.467.063,89	3.099.270,09
Resultado líquido do exercicio		-361.832,16	-655.406,19
Total do capital próprio		2.105.231,73	2.443.863,90
P A S S I V O			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		80.395,63	65.978,45
Responsabilidade por beneficios pós-emprego			
Passivo por impostos diferidos		1.120.693,55	1.102.431,89
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		1.201.089,18	1.168.410,34
Passivo corrente			
Fornecedores	28.2	312.774,66	293.543,24
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes publicos		111.570,48	114.012,05
Accionistas/Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	603.782,72	528.782,72
Outras contas a pagar	28.2	1.374.822,18	2.029.504,79
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Subtotal		2.402.950,04	2.965.842,80
Total do Passivo		3.604.039,22	4.134.253,14
Total do capital próprio e do passivo		5.709.270,95	6.578.117,04

(valores em euros)

O Conselho de Administração

A Técnica Oficial de Contas

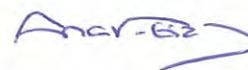
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

GAIURB - Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia, EEM		Ano 2010	
Rendimentos e Gastos	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	21	4.315.789,40	4.221.516,73
Subsídios à exploração		1.168.523,82	1.144.383,38
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	31,1	-955.486,86	-1.113.036,02
Gastos com pessoal	29	-4.717.889,52	-4.878.313,81
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de activos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		182.742,20	226.124,44
Outros gastos e perdas		-84.106,29	-4.901,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-90.427,25	-404.226,48
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8	-273.827,40	-240.810,63
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-364.254,65	-645.037,11
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-18.453,57	-4.031,81
Resultado antes de impostos		-382.708,22	-649.068,92
Impostos sobre o rendimento do período		20.876,06	-6.337,27
Resultado liquido do período		-361.832,16	-655.406,19

(valores em euros)

O Conselho de Administração

A Técnica Oficial de Contas



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

GAIURB - Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia, EEM		Ano 2010	
RUBRICAS	Notas	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimento de clientes		7.152.436,37	8.231.342,21
Pagamento a fornecedores		-1.019.048,23	-2.240.923,39
Pagamento ao pessoal		-3.077.346,52	-3.156.395,64
Caixa gerada pelas operações		3.056.041,62	2.834.023,18
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-5.134,75	2.832,95
Outros recebimentos/pagamentos		-2.939.332,86	-1.826.585,10
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		111.574,01	1.010.271,03
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-451.252,00	-1.687.728,55
Activos intangíveis			-113.438,00
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			350.000,00
Juros e rendimentos similares		17.555,33	23.672,78
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-433.696,67	-1.427.493,77
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		250.000,00	350.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-427.680,52	-256.130,53
Juros e gastos similares		-28.289,43	-4.833,59
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-205.969,95	89.035,88
Varições de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		-528.092,61	-328.186,86
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		630.975,89	959.162,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período		102.883,28	630.975,89

(valores em euros)

O Conselho de Administração

A Técnica Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio					
		Capital realizado	Ações (quótas) próprias	Outros instr. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transiitórios	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio		Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	250.000,00				10.326,70	92.940,29									0,00	267.817,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2																
Alteração de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Reavaliação de excipientes de reavaliação de activos financeiros e intangíveis																	
Excedentes de activos financeiros e intangíveis e respectivas variações																	
Ajustamentos por impostos diferidos																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2																
RESULTADO INTEGRAL	3																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4 = 2+3																
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	5	250.000,00	0,00	0,00	0,00	10.326,70	92.940,29	-317.581,57								0,00	2.443.863,90
	6=1-2+3+5																

O Conselho de Administração

A Técnica Oficial de Contas



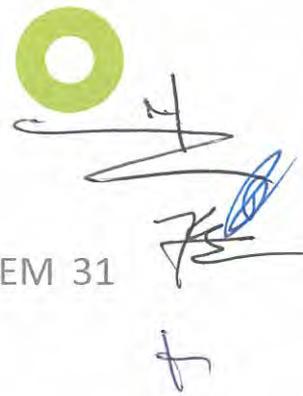

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DESCRIÇÃO	Módulo	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Ações (partes) próprias	Outros Intr. de capital próprio	Premios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transf. Trib.	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio		Resultado Líquido do período	Total	
1	1	250.000,00	0,00	0,00	10.326,70	92.940,29	-317.581,57				3.063.584,67	-655.406,19	2.443.863,90	0,00	2.443.863,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	2														
Premia adoção de novo referencial contábilístico															0,00
Alteração de políticas contábilísticas															0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															0,00
Realização de excêntricos de valorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															0,00
Excedentes de ativos financeiros e intangíveis e impactos negativos															0,00
Ajustamentos por impostos diferidos															0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															0,00
2	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-27.450,25	68.911,90				655.406,19	68.911,90		68.911,90
3	3														
4 = 2+3	4 = 2+3														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO															
RESULTADO INTEGRAL															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Distribuições															
Entradas para coberturas de perdas															
Outras operações															
5	5	250.000,00	0,00	0,00	10.326,70	92.940,29	-1.000.038,01								
6 = 1+5+6+5	6 = 1+5+6+5														
6 = 1+5+6+5	6 = 1+5+6+5														

O Conselho de Administração

A Técnica Oficial de Contas





NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

1. IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE

GAIURB – Gestão Urbanística e da Paisagem de Gaia, EEM é uma pessoa colectiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Tem a sua sede no Largo de Aljubarrota, nº 13 – Vila Nova de Gaia.

Constituída em 9 de Abril de 2002, ao abrigo do estabelecido na Lei n.º 58/98 de 18 de Agosto, alterada pela Lei nº 53-F/2006 de 29 de Dezembro, a empresa iniciou a sua actividade em 1 de Junho de 2002.

Tem como objecto principal, por delegação do Município nos termos do n.º 1 do artigo 17º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, o ordenamento do território e gestão urbanística do Município de Vila Nova de Gaia.

As Demonstrações Financeiras apresentadas neste documento referem-se ao período decorrido entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no Sistema de Normalização Contabilística, não sendo aplicáveis a esta Empresa as notas cuja numeração se encontra omissa deste documento.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e respectivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

A Informação financeira relativa a 31 de Dezembro de 2010, foi reexpressa em obediência à NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF, tendo envolvido apenas reclassificações de todas as rubricas do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas. No concerne à rubrica imobilizado incorpóreo e respectivas amortizações foi efectuado o desreconhecimento da parte que não preenchia os critérios para reconhecimento como activo intangível, sendo corrigido e levados à rubrica de resultados transitados. Os acréscimos e diferimentos – proveitos diferidos – subsídios ao investimento foram reclassificados e levados à rubrica de capital próprio – outras variações de capital. Segundo a NCRF 25 foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

De igual modo procedeu-se à reclassificação das anteriores classificações segundo a codificação das contas do POC, para as codificações previstas no SNC, no cumprimento dos modelos de demonstrações financeiras adoptadas.

- Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores:

	<u>31-12-2009</u>
Capital Próprio - POC	-432.074,01
Ajustamentos do período em resultados:	
Propriedade Industrial	-172,86
Despesas de investigação e desenvolvimento	<u>-44.312,79</u>
	-44.485,65
Ajustamento do período em capital próprio:	
Propriedade Industrial	172,86
Despesas de investigação e desenvolvimento	44.312,79
Propriedade Industrial	-2.141,86
Despesas de investigação e desenvolvimento	-185.504,90
Passivo por Impostos Diferidos	-1.102.431,89
Subsídios	<u>4.166.016,56</u>
	2.920.423,56
Capital Próprio - SNC	<u>2.443.863,90</u>



- Reconciliação do resultado relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período:

	2009
Resultado Líquido do Exercício - POC	-699.891,84
Ajustamentos do período em resultados:	
Propriedade Industrial	172,86
Despesas de investigação e desenvolvimento	44.312,79
	44.485,65
Resultado Líquido do Exercício - SNC	-655.406,19

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da GAIURB, EEM mantidos de acordo com o SNC.

3.1. Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis, encontram-se relevadas pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações, que são calculadas a partir do exercício em que entram em funcionamento, com base no método das quotas constantes, às taxas mínimas, de acordo com as taxas de amortização fiscalmente aceites como custo e fixadas no DR 25/2009 de 14 de Setembro.

Da aplicação das taxas de amortização fiscalmente aceites como custo, resultam as seguintes vidas úteis estimadas:

	<i>Anos de vida útil</i>
<i>Edifícios e Outras Construções</i>	<i>100</i>
<i>Equipamento Básico</i>	<i>16 - 20</i>
<i>Equipamento de Transporte</i>	<i>8</i>
<i>Equipamento Administrativo</i>	<i>6 - 16</i>
<i>Ferramentas e Utensílios</i>	<i>10</i>
<i>Outros Activos Fixos Tangíveis</i>	<i>8 - 20</i>

3.2. Activo Fixo Intangível

Os activos fixos intangíveis, correspondem, essencialmente, aos investimentos em projectos de desenvolvimento que poderão originar benefícios económicos futuros para a empresa, sendo amortizados segundo o método das quotas constantes às taxas mínimas, a partir do ano de aquisição, em conformidade com as taxas de amortização fiscalmente aceites como custo, durante um período de 6 anos.

3.3. Subsídios recebidos para Investimentos

Os subsídios recebidos para financiamento de activos fixos tangíveis, estão registados no Balanço em Capital Próprio na rubrica Outras Variações de Capital Próprio e em 31 de Dezembro de 2010 o seu valor, abatido dos correspondentes passivos por impostos diferidos no montante de 1 120 693,55 euros, era de 3 114 234,91 euros.

Anualmente, e durante a vida do activo relacionado com o subsídio, são calculadas e transferidas para a conta de Outros Rendimentos e Ganhos, verbas correspondentes ao produto do valor dos referidos subsídios, pelas taxas de depreciação aplicadas aos respectivos activos fixos tangíveis.



3.5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros na GAIURB, EEM classificam-se conforme a seguinte discriminação e a sua mensuração depende da categoria.

3.5.1 Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósito à ordem, todos eles imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.5.2 Contas a Receber

As dívidas a receber são registadas pelo seu valor nominal.

3.5.3 Contas a Pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo valor nominal.

3.5.4 Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo seu valor nominal. São apresentados no passivo não corrente as obrigações que se vençam há mais de um ano e no passivo corrente, as dívidas que se vençam no prazo de 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos obtidos são contabilizados como gastos do período.

3.6. Especialização de Exercícios

A Gaiurb, EEM regista os réditos e os gastos de acordo com o princípio da periodização económica, pelo qual os réditos e os gastos são reconhecidos quando incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os

montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos” e “diferimentos”.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e seus equivalentes, constante do balanço e da demonstração de fluxos de caixa, tem a seguinte decomposição.

Decomposição		2010	2009
Caixa	Numerário	24.112,73	146.031,57
Depósitos Bancários	Depósitos à Ordem	78.770,55	484.944,32
	Depósitos a Prazo	----	----
Saldo de caixa e depósitos bancários		102.883,28	630.975,89

(Valores em euros)

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

A GAIURB, EEM não procede à contabilização de activos por impostos diferidos relacionados com os prejuízos fiscais apurados, uma vez que não existem expectativas seguras quanto á sua recuperação, dada a crescente incerteza relativamente ao futuro panorama económico a nível nacional.

6. PARTES RELACIONADAS

A empresa é detida a 100% pelo Município de Vila Nova de Gaia, tendo celebrado neste exercício um contrato-programa para financiamento da actividade nos seguintes montantes:

- a. Transferências Correntes: 1 140 000 euros.



7. ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento contabilístico pelo seu custo de aquisição.

Na transição entre o POC e o SNC houve activos e respectivas amortizações que foram desreconhecidos, por não cumprimento dos critérios estabelecidos na NCRF 6.

O valor apresentado como saldo inicial, corresponde aos montantes reconhecidos como projectos de desenvolvimento que reúnem os requisitos estipulados na Norma.

Os activos são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo de custo. Não foi feita qualquer reavaliação dos activos.

As amortizações referentes ao ano foram calculadas pelo método das quotas constantes às taxas mínimas, em conformidade com o DR 25/2009 de 14 de Setembro.

Durante o período o movimento ocorrido nos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas expressa-se da seguinte forma:

Activos Fixos Intangíveis	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Projectos de Desenvolvimento	182.213,74	0,00	0,00	0,00	0,00	182.213,74
Total	182.213,74	0,00	0,00	0,00	0,00	182.213,74

(Valores em euros)

Amortizações Activos Fixos Intangíveis	Saldo inicial	Reforço	Anulação/reversão	Saldo final
Projectos de Desenvolvimento	47.756,92	30.365,92	0,00	78.122,84
Total	47.756,92	30.365,92	0,00	78.122,84

(Valores em euros)

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento contabilístico pelo seu custo de aquisição. Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo que prolonguem a vida útil do bem são reconhecidas como activos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Na transição entre o POC e o SNC nenhum activo foi reconhecido ou desreconhecido.

Os activos são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo de custo. Não foi feita qualquer reavaliação dos activos.

Durante o período em análise, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, expressa-se da seguinte forma:

Activos Fixos Tangíveis	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Edifícios e Outras Construções	3.743.867,87	0,00	31.878,17	0,00	0,00	3.775.746,04
Equipamento Básico	299.049,31	0,00	3.908,91	0,00	0,00	302.958,22
Equipamento de Transporte	398.112,84	0,00	42.000,00	0,00	0,00	440.112,84
Equipamento Administrativo	1.841.253,44	0,00	57.284,70	0,00	0,00	1.898.538,14
Outros Activos Fixos Tangíveis	161.164,44	0,00	46.051,45	0,00	0,00	207.215,89
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	858.326,14	0,00	0,00	0,00	0,00	858.326,14
Total	7.301.774,04	0,00	181.123,23	0,00	0,00	7.482.897,27

(Valores em euros)

Amortizações Activos Fixos Tangíveis	Saldo inicial	Reforço	Anulação/reversão	Saldo final
Edifícios e Outras Construções	269.336,61	37.757,49	0,00	307.094,10
Equipamento Básico	203.632,38	17.182,60	0,00	220.814,98
Equipamento de Transporte	385.354,98	8.439,47	0,00	393.794,45
Equipamento Administrativo	1.193.122,49	167.338,69	0,00	1.360.461,18
Outros Activos Fixos Tangíveis	83.850,14	12.743,23	0,00	96.593,37
Total	2.135.296,60	243.461,48	0,00	2.378.758,08

(Valores em euros)

10. LOCAÇÕES FINANCEIRAS



Os Bens utilizados em regime de Locação Financeira são os seguintes:

Bens	Quantidade	Valor Unitário	Valor Contabilístico
Viaturas Ligeiras de Passageiros:			
Volkswagen Passat	1	36.750,00	36.750,00
Volkswagen Jetta	1	9.568,39	9.568,39
Smart Fortwo Coupé CDI	4	0,00	0,00
Toyota Yaris	11	0,00	0,00
Audi A4	0	0,00	0,00
Mobiliário	1	33.342,37	33.342,37
		79.660,76	79.660,76

(Valores em euros)

O montante em dívida está registado na rubrica financiamentos obtidos – locações financeiras e em 31 de Dezembro de 2010 o valor era de 80 395,63 euros.

11. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Esta rubrica está decomposta da seguinte forma:

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		2010	2009
Empréstimos bancários	Banco BPI, SA	175.000,00	350.000,00
	Banco Santander Totta	428.782,72	178.782,72
Total		603.782,72	528.782,72

(Valores em euros)

Os empréstimos bancários estão, na sua integralidade, denominados em euros e vencem juros às taxas de mercado. Não existem garantias para o cumprimento das responsabilidades bancárias.

21. RÉDITO

É política da empresa reconhecer os réditos quando estes incorrem, independentemente do momento em que são recebidos. Nos anos de 2010 e 2009 os réditos reconhecidos tiveram a seguinte proveniência:

Quantias dos réditos reconhecidos no período	2010		2009	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total
Prestações de Serviços	4.315.789,40	76,16%	4.221.516,73	75,49%
Subsídios à Exploração	1.168.523,82	20,62%	1.144.383,38	20,46%
Outros Rendimentos e Ganhos	182.742,20	3,22%	226.124,44	4,04%
Rendimentos e Ganhos de Financiamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	5.667.055,42	100,00%	5.592.024,55	100,00%

(Valores em euros)

As vendas e as prestações de serviços estão discriminadas da seguinte forma:

	2010	2009
Vendas	0,00	0,00
	0,00	0,00
Prestações de serviços:		
- Venda de Plantas Topográficas	64.924,88	74.206,65
- Fornecimento Cópias Autenticadas	32.734,10	26.043,68
- Licenças de Autorização	1.776.717,97	2.010.666,64
- Taxa de Publicidade	1.555.800,03	1.287.892,23
- Ocupação Via Pública - Obras	118.875,73	120.990,22
- Inspeção de Elevadores	169.964,36	133.795,00
- Vistorias	8.982,00	8.378,00
- Apreciação	445.570,85	452.463,02
- Venda de Fotocópias	10.402,63	10.803,84
- Outras	131.816,85	96.277,45
	4.315.789,40	4.221.516,73

(Valores em euros)

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

A dia 31 de Dezembro de 2010 foi assinado a escritura de fusão por incorporação da GaiaSocial, EEM e CidadeGaia, SRU, EEM na GAIURB, EEM. Tendo sido registada a 3 de Janeiro de 2011, esta operação consubstanciou-se na extinção das duas sociedades incorporadas, originando a transferência global do património destas para a sociedade incorporante, a qual se passará a designar por “GAIURB – Urbanismo e Habitação, EEM”.



26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Foi apurado no final do período, um imposto estimado de 6 574,19 euros. Este valor resulta, única e exclusivamente do apuramento das Tributações Autónomas do ano de 2010, uma vez que o resultado é negativo, não existe mais nenhum valor a crescer aquele.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Outras Contas a Receber

A Conta “Outras contas a receber” inclui o seguinte:

Outras contas a receber	2010
Devedores por acréscimos de rendimentos	113.859,00
Juros a receber	3.186,36
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	110.672,64
Outros Devedores	254.406,68
Total	368.265,68

(Valores em euros)

Os acréscimos de rendimento resultam do reconhecimento como rendimento do exercício diversas taxas que dizem respeito ao exercício de 2010 e que irão ser liquidadas pelos Municípios no decorrer de ano de 2011.

A conta de outros devedores traduz essencialmente o valor em dívida do programa de acção já aprovado pelo ON.2 – Programa Operacional Regional e que será recebida durante o ano de 2011.

28.2. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

A conta de fornecedores apresentava em 31 de Dezembro de 2010 o valor de 312 774,66 euros.

Relativamente a “outras contas a pagar”, esta rubrica estava distribuída da seguinte forma:

Outras contas a pagar	2010
Pessoal	127,85
Fornecedores de Investimentos	263.087,71
Credores por acréscimos de gastos	589.223,29
Remunerações a liquidar	472.878,04
Outros acréscimos de gastos	116.345,25
Outros Credores	522.383,33
Total	1.374.822,18

(Valores em euros)

28.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 não há dívidas registadas ao Estado e Outros Entes Públicos em situação de mora.

No âmbito de um procedimento de uma Acção Inspectiva aos anos de 2005 e 2006, promovida pela Administração Tributária, a GAIURB, EEM foi notificada a proceder à correcção da matéria tributável, em sede de IVA, por se considerar ter havido falta de liquidação daquele imposto relativamente às Prestações de Serviços – Taxas / Licenças e aos Subsídios – Transferências correntes. Os montantes reclamados, adicionados de juros de mora e acrescidos, ascendem a cerca de 2 617 500,00 euros.

Por discordar do entendimento da Administração Tributária foi interposto um Recurso Hierárquico e, até decisão em contrário, o Conselho de Administração decidiu não relevar contabilisticamente a correcção proposta, bem como, todos os demais procedimentos adjacentes.



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa, dos anos de 2007 a 2010, poderão vir a ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

28.4. Capital Social e Accionistas

O Capital Social da Empresa, em 31 de Dezembro de 2010, é detido na sua totalidade pelo Município de Vila Nova de Gaia.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os Gastos com o Pessoal apresentaram a seguinte distribuição:

Quantias dos gastos reconhecidos no período	2010		2009	
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total
Remunerações	3.968.855,87	84,12%	4.035.391,21	82,72%
Encargos sobre remunerações	685.471,71	14,53%	739.607,51	15,16%
Seguros de acidentes de trabalho	23.778,00	0,50%	36.156,42	0,74%
Gastos de acção social	14.643,18	0,31%	47.297,06	0,97%
Formação profissional	5.468,10	0,12%	2.934,00	0,06%
Outros gastos com o pessoal	19.672,66	0,42%	16.927,61	0,35%
Total	4.717.889,52	100,00%	4.878.313,81	100,00%

(Valores em euros)

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tinha ao seu serviço 192 funcionários.

Os cinco elementos do Conselho de administração auferiram, no ano de 2010, as seguintes remunerações:

Órgão social	Remunerações atribuídas			
	Vencimento	Sub de férias e de natal	Despesas de representação	Subsídio de Refeição
Conselho de Administração	88.991,78	18.342,66	18.341,89	986,37
Fiscal Único	19.352,40	0,00	0,00	0,00
Total	108.344,18	18.342,66	18.341,89	986,37

(Valores em euros)

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. Fornecimentos e Serviços

A conta de fornecimentos e serviços externos apresentava-se distribuída da seguinte forma:

Quantias dos gastos reconhecidos no período	2010		2009	
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total
Serviços Especializados	511.668,66	53,55%	602.619,56	54,14%
Materiais	40.962,74	4,29%	52.710,50	4,74%
Energia e Fluídos	80.867,13	8,46%	69.933,70	6,28%
Deslocações, Estadas e Transportes	2.464,67	0,26%	5.640,28	0,51%
Serviços Diversos	319.523,66	33,44%	382.131,98	34,33%
Total	955.486,86	100,00%	1.113.036,02	100,00%

(Valores em euros)

Como resultado do esforço de racionalização de recursos pela implementação de políticas de contenção de gastos, foi possível em 2010 poupar cerca de 160 000 euros em fornecimentos e serviços, comparativamente a 2009.



ANEXO: CONTRATO-PROGRAMA



Município de V. N. Gaia

Gaiurb
empresa municipal de urbanismo

Entre

Município de Vila Nova de Gaia, entidade Equiparada a Pessoa Colectiva com o nº 505 335 018, aqui representada pelo seu Presidente, Exmo Senhor Dr. Luis Filipe Menezes Lopes, que outorga no uso de poderes concedidos nos termos e para os efeitos da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, abreviadamente designado por Município, como Primeiro Outorgante

E a

Gaiurb, Empresa Municipal de Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana, E.E.M. aqui representada pelo Presidente do Conselho de Administração, abreviadamente designada por Gaiurb, E.E.M., como Segunda Outorgante



Município de V. N. Gaia

Gaiurb
empresa municipal de urbanismo

Considerando que:

Por deliberação de 12 de Março de 2002 a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia decidiu proceder à criação da Gaiurb, Gestão Urbanística e da Paisagem de Gaia, E.E.M., empresa que tem como objecto principal o ordenamento do território e gestão urbanística do Município de Vila Nova de Gaia, nos termos do artigo 1º dos respectivos estatutos;

O objecto social da empresa, bem como os correspondentes poderes atribuídos, se inserem no âmbito da delegação de serviço público visando a prossecução de objectivos sectoriais integrados nas atribuições do Município, de acordo com o disposto no artigo 13º alíneas a), c), n) e o) com respectivas remissões para os artigos 16º, 18º e 29º da Lei nº 159/99 de 14 de Setembro;

O cabal desenvolvimento do Objecto da Empresa, e dos Instrumentos de Gestão Previsional para 2010 que se submete a aprovação, implica necessariamente a realização de investimento de rendibilidade não demonstrável, em função do tipo de serviços que a mesma prestará por força da referida delegação de serviço público;

Assim,

Atento ao disposto no nº 2 do artigo 34º da Lei nº 53-F/2006 de 29 de Dezembro, e ao abrigo do regime consagrado no Capítulo VII do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local;

É celebrado o seguinte Contrato-Programa que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

(Objecto)

O presente Contrato-Programa tem por objecto o estabelecimento das condições de cooperação entre os Outorgantes, para o cabal desenvolvimento, pela GAIURB, EEM, dos objectivos, actividades e funções de desenvolvimento económico local decorrentes da delegação de serviço público concretizada no seu objecto estatutário, para o exercício financeiro de 2010, bem como a determinação das participações financeiras públicas a conceder como contrapartida pelas mesmas.

Clausula 2.ª

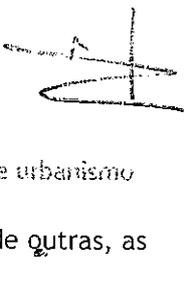
(Orientações Estratégicas)

- 1 - Tendo em vista um melhor cumprimento da sua missão a GAIURB, EEM parametrizará a sua acção de modo a:
 - a. Garantir a sua estabilidade económica e financeira;
 - b. Aumentar a sua autonomia financeira;
 - c. Melhorar a qualidade do edificado e do espaço público;
 - d. Promover uma imagem de confiança e credibilidade nos serviços prestados;
 - e. Melhorar a satisfação do cliente relativamente aos serviços prestados;
 - f. Apoiar a captação de investimento estruturante;
 - g. Aumentar a sua notoriedade;
 - h. Contribuir para a valorização profissional, social e pessoal dos colaboradores;
 - i. Contribuir para a produção e divulgação do conhecimento do urbanismo.

Clausula 3ª

(Obrigações da GAIURB, EEM)

- 1 - Constituem obrigações, no âmbito da actividade da Empresa:
 - a. O incremento do sistema de planeamento territorial no Município de Vila Nova de Gaia, incluindo a monitorização e acompanhamento da implementação das opções do PDM;
 - b. O desenvolvimento de todos os planos em curso nos Serviços de Planeamento Urbanístico, de Gestão Urbanística, de Fiscalização Urbanística e de Paisagem Urbana, e a agilização do sistema de instrução dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas no Município de Vila Nova de Gaia;
 - c. A racionalização dos procedimentos, processos e projectos actualmente em curso nos referidos Serviços;
 - d. A cobrança das receitas provenientes de TMU, Taxas de Compensação e Taxa de Ocupação ao Domínio Público no valor previsível de € 3.464.500,00 para 2010 a transferir mensalmente para a Câmara no mês seguinte à respectiva cobrança.



2 - No desenvolvimento das obrigações referidas no número 1, a GAIURB, EEM, desenvolverá, além de outras, as seguintes actividades:

- a. Estudos de articulação entre os instrumentos de planeamento territorial vigentes e eficazes no território do Município de Vila Nova de Gaia, bem como de outros que se encontre em preparação e cuja entrada em vigor se preveja para um momento próximo;
- b. Apresentar ao Município de Vila Nova de Gaia, os estudos e propostas a que se refere o artigo 3º dos seus Estatutos, no que respeita ao planeamento territorial;
- c. Estudos de apreciação técnica sobre o modo de instrução de procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas no Município de Vila Nova de Gaia;
- d. Apresentar ao Município de Vila Nova de Gaia propostas no que respeita à simplificação e racionalização dos procedimentos referidos na alínea anterior;
- e. Elaborar o seu plano de actuação no domínio dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas no Município de Vila Nova de Gaia, cuja realização e concretização deverá ter início logo que possível, e de acordo com as solicitações dos munícipes;

3 - A GAIURB, EEM, compromete-se a assegurar uma estreita colaboração com o MUNICÍPIO, com vista ao mais correcto acompanhamento e execução do presente Contrato-Programa.

4 - A GAIURB, EEM, facultará ao MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA, trimestralmente, um relatório onde exponha o nível de implementação dos objectivos programados, bem como das actividades correspondentes, referidas nos números anteriores.

Cláusula 4ª

(Obrigações do Município de Vila Nova de Gaia)

1 - Para prossecução dos objectivos programados e respectivas actividades, a GAIURB, EEM receberá do MUNICÍPIO um subsídio anual no montante de €1 140 000, a liquidar em 12 prestações de €95 000 cada, com referência a Janeiro de 2010, para suportar os custos das actividades referidas neste Contrato-Programa e nos Instrumentos de Gestão Previsional de acordo com o Quadro I em anexo;

Cláusula 5ª

(Indemnizações Compensatórias)

1 - A GAIURB, EEM, elaborará um relatório semestral sobre o seu Plano de Actividades, no qual, demonstrará de modo fundamentado, caso se verifique, a insuficiência do subsídio referido na cláusula 4ª para a realização das actividades que o mesmo a deveria suportar.

2 - Caso se verifique a insuficiência referida no número anterior, o relatório será submetido a parecer do fiscal único, podendo a GAIURB, EEM, tendo em vista o seu equilíbrio económico e financeiro, receber do MUNICÍPIO uma indemnização compensatória, calculada com base nos resultados do exercício do ano económico anterior.



Gaiurb
empresa municipal de urbanismo

3 - O pagamento das indemnizações compensatórias a que houver lugar ocorrerá obrigatoriamente no prazo de 60 dias após a emissão de respectivo parecer por parte do fiscal único da GAIURB, EEM.

Cláusula 6ª

(Execução e Vigência)

1 - Para efeitos da execução do presente Contrato-Programa, considera-se este integrado nos Instrumentos de Gestão Previsional da Segunda Outorgante, para o ano de 2010.

2 - O período de vigência do presente Contrato-Programa será de um ano a contar do início do exercício de 2010

3 - Nos casos de prorrogação de vigência deste contrato, a Segunda Outorgante enviará ao Primeiro, o Plano de Actividades correspondente ao período da prorrogação, que deverá, por declaração do MUNICÍPIO, achar-se conforme aos objectivos do Contrato.

Cláusula 7ª

(Fiscalização)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 8ª

(Alterações)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Quinta, quaisquer alterações ou adaptação ao presente Contrato carecem de prévio acordo do Primeiro Outorgante e implicarão a celebração de um contrato escrito.

Pelos outorgantes foi dito, na qualidade em que outorgam, que aceitam as condições expressas neste Contrato-Programa, comprometendo-se a cumprir inteiramente as respectivas condições e cláusulas.

Assim o disseram e outorgaram e rubricaram todos os anexos que fazem parte integrante do presente Contrato-Programa.

Aprovado em Reunião de Câmara de 23 de Dezembro de 2009, feito nos Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia, aos 4 dias do mês de Janeiro de 2010, em duplicado, ambos valendo como originais.

Pelo MUNICÍPIO

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Pela GAIURB, EEM

O Presidente do Conselho de Administração



Município de V. N. Gaia

Gaiurb
empresa municipal de urbanismo

Anexo ao Contrato-Programa

Quadro I | Subvenção a pagar pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia para o ano de 2010

Mês	Valor
Janeiro	95.000,00 €
Fevereiro	95.000,00 €
Março	95.000,00 €
Abril	95.000,00 €
Maio	95.000,00 €
Junho	95.000,00 €
Julho	95.000,00 €
Agosto	95.000,00 €
Setembro	95.000,00 €
Outubro	95.000,00 €
Novembro	95.000,00 €
Dezembro	95.000,00 €
Total	1.140.000,00 €



CERTIFICAÇÃO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de "**GAIURB – URBANISMO E HABITAÇÃO, E.E.M.**" as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidenciam um total de 5.709.270,95 euros e um total de capital próprio de 2.105.231,73 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 361.832,16 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do principio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **"GAIURB – URBANISMO E HABITAÇÃO, E.E.M."**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- No dia 3 de Janeiro de 2011 concretizou-se a fusão por incorporação das sociedades "GAIASOCIAL – Entidade Empresarial Municipal De Habitação, E.E.M." e "CIDADEGAIA, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.E.M." na sociedade "GAIURB – Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia, E.E.M.", que passou a adoptar a designação social de "GAIURB – Urbanismo e Habitação, E.E.M.";



Mgi & Associados, SROC, Lda.
Inscrição na OROC N.º 78
Registo na CMVM N.º 251

- Conforme se encontra divulgado na nota 28.3 do Anexo, a GAIURB tem pendente de recurso hierárquico uma correcção à liquidação de IVA dos exercícios de 2005 e 2006. Os valores em discussão não foram objecto de registo uma vez que a Empresa entende que os procedimentos adoptados estão de acordo com a legislação aplicável.

Porto, 13 de Maio de 2011

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'José Augusto Silva Mendes'.

MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:

José Augusto Silva Mendes

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores:

Em cumprimento da lei e dos estatutos, o Fiscal Único da Sociedade **"GAIURB - URBANISMO E HABITAÇÃO, E.E.M."**, vem apresentar o relatório da sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração.

No decurso do exercício em apreço, acompanhamos a evolução dos negócios sociais, tendo para o efeito reunido com o Conselho de Administração e obtido as informações e esclarecimentos que entendemos convenientes.

Verificamos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte.

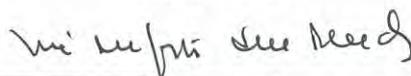
Analizamos as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados de acordo com o novo modelo de normalização contabilística (SNC) para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009.

Examinamos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas, concluindo que os mesmos respeitam as normas em vigor e reflectem uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Em face do exposto e considerando o teor da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de opinião que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados do exercício, apresentados pelo Conselho de Administração estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias e merecem a nossa concordância.

Porto, 13 de Maio de 2011

Fiscal Único



José Augusto Silva Mendes, em representação de
MGI & Associados, SROC, Lda

